



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ADRIANO CRAVEIRO DE OLIVEIRA

**TRABALHADORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ (1889-1930):**

Estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação

BELÉM/PARÁ

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

O48t Oliveira, Adriano Craveiro de  
Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930) :  
estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação /  
Adriano Craveiro de Oliveira. — 2019.  
138 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade  
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Mutualismo. 2. Sindicalismo. 3. Classe operária. 4.  
Cultura. 5. Identidade. I. Título.

CDD 981.05

---

**ADRIANO CRAVEIRO DE OLIVEIRA**

**TRABALHADORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ (1889-1930):**

Estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social. Orientadora: Profa. Doutora Edilza Joana Oliveira Fontes.

**Data de defesa:**

**Banca examinadora:**

---

**Doutora Edilza Joana Oliveira Fontes**

**(Orientadora: PPHIST/UFPA)**

---

**Doutor César Augusto Bubolz Queirós**

**(Membro Externo à Instituição: PPGH/UFAM)**

---

**Doutor Pere Petit Peñarrocha**

**(Membro Interno: PPHIST/UFPA)**

---

**Doutor Thiago Broni de Mesquita**

**(Membro Externo ao Programa: Escola de Aplicação/UFPA)**

---

**Doutor Francivaldo Alves Nunes**

**(Membro Interno Suplente: PPHIST/UFPA)**

BELÉM/PARÁ

2019

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta obra aos meus pais, Jorge Carlos e Maria Valdirene, os quais do seu sangue fizeram a minha carne, e me guiaram no caminho da retidão.

## AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer encerra uma pequena história da humildade, pois ser grato por um bem prestado a si requer o reconhecimento de que não podemos fazer tudo sozinhos, e que as mãos, as quais se estendem a nós, diminuem a nossa solidão diante do mundo. Por isso, agradeço à minha orientadora Edilza Fontes, sobretudo, por sua disposição em acompanhar-me todos estes anos, indicando-me as saídas para os impasses, que surgiam na minha pesquisa. Além dela, estendo os meus agradecimentos ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, e à sua secretária, a qual sempre foi muito solícita em resolver as dúvidas surgidas, e encaminhar as soluções, para toda ordem de problemas, que brotam de todos os cantos da vida dos seres humanos, principalmente dos seres acadêmicos. Desejo agradecer aos servidores e aos estagiários, que me receberam no *Centro de Memória da Amazônia*, sempre cordiais e atenciosos, e aos servidores da *Biblioteca Pública Arthur Vianna*, pois de alguns, inclusive, tornei-me amigo, devido a tanta convivência; assim como sou grato pela companhia dos meus colegas de Curso, que nunca me esqueceram. Por fim, tenho guardado um agradecimento na alma para aqueles, que acreditam em mim, no silêncio e a distância, assim, agradeço aos meus pais, pois a eles devo tudo, até parte da minha esperança na humanidade.

“O verdadeiro lugar de nascimento é aquele em que lançamos pela primeira vez um olhar inteligente sobre nós mesmos.”

(Marguerite Yourcenar, em *Memórias de Adriano*)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
<b>CAPÍTULO I AS SOCIEDADES MUTUALISTAS EM BELÉM DO PARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA .....</b>	<b>27</b>
1. 1 A Caracterização das Sociedades Mutualistas .....	30
1. 2 A Predominância das Mutualistas no Pará da Primeira República .....	35
1. 3 Demandas Sociais Institucionalizadas: Os Benefícios Concedidos .....	37
1. 4 Sociedades Mutualistas, Sindicatos Operários e Movimentos Sociais .....	45
<b>CAPÍTULO II AS REBELIÕES, AS GREVES E AS INSTITUIÇÕES NA PERSPECTIVA DA CULTURA .....</b>	<b>53</b>
2. 1 A Greve dos Foguistas da <i>Companhia Amazonas</i> e As Táticas da Ação Direta .....	53
2. 2 A Revolta Popular Contra a <i>Pará Electric</i> .....	60
2. 3 As Experiências Associativas: Entre o Mutualismo e o Sindicalismo no Pará (1913-1918) .....	70
2. 4 Entre Mutualidade e Ação Direta: O Caminho do Operariado no Pará .....	72
2. 5 Sociedades Mutualistas e Sindicatos Operários: A Mutualidade Institucional .....	76
2. 6 Trabalhadores e República: Nasce o Sindicalismo Revolucionário .....	77
<b>CAPÍTULO III A GREVE GERAL DA <i>PORT OF PARÁ</i>: ECONOMIA, SOCIEDADE E CLASSES SOCIAIS NO PARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA .....</b>	<b>84</b>
3. 1 Algumas Condicionantes da Carestia de Vida e sua Relação com a Economia Popular .....	88
3. 2 O Capital Global e suas Relações com o Regional no Pará .....	90
3. 3 As Condições Sociais e Econômicas da Classe dos Estivadores da <i>Port of Pará</i> .....	93
3. 4 As Negociações em Torno das Reivindicações dos Estivadores .....	96
3. 5 A Deflagração da Greve Geral dos Estivadores .....	98
3. 6 Alguns Impasses e A Solução da Greve Geral .....	101
3. 7 Globalidade e Classe Operária .....	104
CONCLUSÃO .....	107
REFERÊNCIAS .....	114
FONTES .....	114
BIBLIOGRAFIA .....	133

## **RESUMO**

O presente estudo historiográfico pretende analisar e interpretar as instituições e as greves trabalhistas, para elaborar a história do movimento operário na Primeira República brasileira no Estado do Pará. Nesse sentido, procurou-se investigar as sociedades mutualistas, os sindicatos, o motim de protesto e as greves na perspectiva da formação da classe operária. Dessa forma, o estudo em questão se pautou pela pesquisa das culturas operárias e pelo registro histórico das identidades operárias.

**PALAVRAS-CHAVE: Primeira República Brasileira, Mutualismo, Sindicalismo, Classe Operária, Motim, Greve, Cultura, Identidade.**



## **ABSTRACT**

The present study historiographical intends to analyze and to interpret the institutions and the workers strikes to elaborate the story the labor movement in the First Brazilian Republic in the State of Pará. In this sense, it was sought to investigate mutual societies, unions, mutiny of protest and strikes in the perspective of the formation of the working class. In this way, the study in question was based on the research of the working culture and the historical of its working-class identity.

**KEYWORDS: First Brazilian Republic, Mutualism, Trade Unionism, Working-Class, Mutiny, Strikes, Culture, Identity.**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Mutualistas e Fechamentos .....	p. 32
Tabela 02 - Fundação de Sociedades por Ano .....	p. 36
Tabela 03 - Benefícios Ofertados .....	p. 39
Tabela 04 - Porcentagem de Benefícios .....	p. 41
Tabela 05 - Datas de Fundação de Sociedades .....	p. 46
Tabela 06 - Aumentos Salariais .....	p. 103

## **LISTA DE SIGLAS**

CMA: Centro de Memória da Amazônia.

FON: Federação Operária do Norte.

GLPP: Grêmio Literário Português do Pará.

UGT: União Geral dos Trabalhadores.

UFPA: Universidade Federal do Pará.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico tem a intenção de registrar e de analisar a cultura da classe operária. Neste sentido, analisa, de maneira ampla, a cultura popular e a cultura operária; e, de modo mais específico, a cultura de classe e a cultura de ofício. Seguindo esse critério, é necessário enunciar que, no interior deste conjunto conceitual, buscar-se-á analisar e interpretar a formação, a identidade e a solidariedade da classe operária na Primeira República brasileira no Estado do Pará, no período de 1889 a 1930.

Nesse aspecto, é ponto pacífico que a Primeira República foi proclamada em 1889 no Brasil. No entanto, o período do recorte temporal adotado nesse trabalho em particular, o qual elege o ano de 1860 como seu início, justifica-se pela razão de o objeto da pesquisa ter parte de suas fontes primárias apontando para esta década do século XIX. Dessa forma, as fontes documentais permitem a hibridização cronológica, permeando e entrelaçando o surgimento do objeto e a demarcação temporal clássica da História do Brasil, a qual é uma cronologia política.

Desse modo, o período se estende ao Brasil monárquico (1822-1889), por um lado, e se limita ao fim da Primeira República (1889-1930), por outro; porém, o tempo do objeto poderia ter se alongado, regressivamente, a 1840 e, progressivamente, a 1956 (Governo JK, 1956-1961), pois são os anos que a primeira e a última fontes do corpo documental, reunido em pesquisa, indicam. Logo, vê-se que o critério escolhido poderia ter sido outro, mas, por conta do estágio atual do desenvolvimento da pesquisa, escolhemos o período, que se destaca no título desse trabalho e se reforça no começo desta introdução.

Em acréscimo a essas explicações preliminares, desejamos indicar a metodologia pela qual objetivamos chegar ao cerne de nossas questões. Por conseguinte, em referência à constituição do objeto e ao seu desdobramento, em virtude da sua exploração científica, acabamos por selecionar determinados fenômenos, como a formação de sociedades mutualistas, a formação de sindicatos, a eclosão do motim de protesto e a deflagração de greves, fossem estas por questões dos ofícios, por fatos conjunturais ou por razões solidárias. Dessa forma, deixamos evidente desde já que um grupo de fenômenos pode, no trabalho em apreço, prestar-se a mais de uma interpretação, e aparecer em mais de uma seção desta Dissertação com questões diferentes, pois não será necessariamente o evento analisado

anteriormente, apenas conservando, desse jeito, a sua natureza histórica a partir do exame de outros fenômenos similares.

Dessa maneira, pretendemos construir um perfil das sociedades mutualistas em Belém do Pará, durante a Primeira República brasileira. Essa construção ambiciona um trabalho estrutural com fontes documentais, sendo um constructo, que se pretende analítico e interpretativo na perspectiva de sua historicidade. A elaboração deste prospecto das sociedades de ajuda mútua visa à reconstrução das práticas sociais e dos significados culturais comuns aos indivíduos de uma determinada época. Nesta toada, visamos o que propõe Raymond Williams (2008), isto é, o registro e a análise de uma cultura capaz de designar um modo de vida em seu conjunto, dotado de significados e orientações compartilhadas. Consoante a isso, a cultura a que aludimos possui a sua dimensão instituída, ou seja, treinada e apreendida socialmente, sendo entranhadamente capilar, pois se expressa nas artes, nos saberes e nas instituições de uma sociedade (WILLIAMS, 2008, p. 39, 46).

Durante o Mestrado, o tema do mutualismo seguiu determinado percurso acadêmico em nossa experiência até ser incorporado definitivamente a esta pesquisa. Apresentamos a seguir, de maneira sucinta, a constituição desse objeto de pesquisa. Na seleção para o Mestrado Acadêmico em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), de 2014, a banca do processo seletivo aprovou o Projeto de Dissertação com a ressalva de que fossem “diversificadas” as suas fontes, para tornar a pesquisa mais “viável”. Na ocasião, um dos membros da Banca de Seleção alertou para a existência de mais de duas dezenas de estatutos de sociedades de trabalhadores da Primeira República no *Centro de Memória da Amazônia* (CMA), arquivo histórico mantido pela UFPA.

Logo após o resultado final da Seleção de Mestrado, coletamos em torno de dezessete estatutos de associações de trabalhadores (entre ligas, mutualistas e sindicatos) presentes no CMA. Dessa forma, antes do início do Curso de Mestrado, já possuíamos em nosso poder parte da documentação sugerida por aquela Banca de Seleção, no entanto, percebíamos-la como fonte complementar de documentação coletada anteriormente, pois havíamos pesquisado e reunido um corpo documental extenso de fontes periódicas, durante a graduação superior em história.

A aceção de documento com a qual lidamos tem correspondência com a noção apresentada por Georges Duby (1993), pois para ele o documento é um repertório finito de materiais, que concretizam a lembrança do acontecimento histórico (DUBY, 1993, p. 15). O

documento é um repertório finito, mas, conforme Michel de Certeau, também é um repertório construído, uma vez que a operação de sua constituição se inaugura no ato de separar, de reunir e, por fim, de transformar em documentos objetos antes distribuídos de outra maneira. Desse modo, a constituição do documento implica transformar uma coisa, com sua posição e seu papel, em outra coisa, que funcione diferentemente (CERTEAU, 1982, p. 81, 83). Nossa pesquisa se apropria dessa noção de documento histórico, para construir o seu objeto de estudo, sendo uma noção conceitual, que se desdobra em estratégias metodológicas específicas na organização do material coletado e, por conseguinte, na sua análise histórica.

A documentação coletada anteriormente, para a pesquisa em questão, foi reunida durante a elaboração da monografia de conclusão do Curso de História, em 2012, e no intervalo da defesa desse trabalho, em 2013, na UFPA, e da participação no Processo Seletivo de Mestrado, de 2014. Essa documentação se compõe exclusivamente de jornais do período de 1910 a 1920, sendo que esse recorte cronológico, e essas fontes documentais sustentaram o Projeto de Dissertação. O tema central desde a graduação era o movimento operário na Primeira República no Pará, nos anos de 1917 a 1919, e a sua ampliação para o recorte temporal de 1910 a 1920, com vistas ao Mestrado Acadêmico em História Social da Amazônia da UFPA.

No decorrer do Curso de Mestrado, das orientações, das leituras e das pesquisas, a discussão a respeito do mutualismo operário, em particular, e do mutualismo, em geral, ganhou centralidade, e os estatutos de sociedades do CMA cresceram em relevância, para a constituição do objeto de pesquisa e de sua análise historiográfica.

Tivemos na leitura de Claudio H. M. Batalha (2008) e de Vicente Salles (1992) os momentos fundadores, que de alguma forma nos levaram à escolha do atual tema de pesquisa. O encontro com as obras desses estudiosos se deu ainda na graduação em História da Universidade Federal do Pará. A leitura de Claudio H. M. Batalha (2008) ocorreu na disciplina História do Brasil III, cujo texto compunha a bibliografia do curso; e, a leitura de Vicente Salles (1992), aconteceu na disciplina Metodologia da História I, sob a indicação do professor ministrante desta disciplina, depois de uma orientação individual. Embora a leitura desses autores tivesse ocorrido em momentos diferentes do curso de graduação, a complementaridade do pensamento deles fundamentou a nossa maneira de perceber os processos de formação da classe operária no Brasil e no Estado do Pará. As perspectivas desses estudiosos têm acompanhado o desenvolvimento do nosso pensamento histórico,

passando por sucessivos refinamentos e enriquecimentos de percepções teóricas e metodológicas, colhidos em outros autores ligados à História do Trabalho.

O texto de Claudio H. M. Batalha (2008), a que aludimos, realiza uma reflexão a respeito da formação da classe operária no Brasil, comparando a trajetória do movimento operário brasileiro com os movimentos operários do Chile e da Argentina. O autor problematizou as visões meramente econômicas acerca do fenômeno operário, como também as ideias sobre a sua composição étnica, a sua dimensão de gênero, a sua qualificação profissional e a sua organização por ofício; a questão da imigração na organização operária; as associações operárias (sociedades mutualistas, profissionais, classistas, políticas, partidárias, culturais, educativas, recreativas, carnavalescas, dançantes e esportivas); as correntes ideológicas presentes no movimento operário, como o positivismo, o socialismo e o anarquismo; a questão do sindicalismo revolucionário; as expectativas dos trabalhadores em torno da então recém-proclamada Primeira República brasileira; a luta por direitos sociais e políticos; e, a questão mais ampla da cidadania operária (BATALHA, 2008, p.161-189).

A obra, de inspiração marxista, de Vicente Salles (1992) é a história do pensamento político-revolucionário no Estado do Pará. Para Salles (1992), o pensamento político-revolucionário seria o pensamento das classes oprimidas, refletindo a luta de índios e de negros pela cidadania. Podemos afirmar que no interior da história escrita por Vicente Salles (1992) se desdobra a história da luta pela emancipação política dos índios, dos negros, dos pobres, dos trabalhadores e das suas instituições (mutualistas, sindicatos e partidos operários), em suma, a história da emancipação política do povo. A obra percorre extenso período da história social do Pará, do século XVIII ao XX, e demarca a articulação de seu argumento a partir da Revolução Cabana, pois Salles (1992) faz a história dos eventos, que levaram à eclosão da Cabanagem, e as consequências dessa revolução popular na história das classes pobres no Estado do Pará. O autor justifica a abrangência do período em estudo, afirmando que o “fato local, a luta de um povo oprimido, tem, portanto em qualquer época, significação universal; tem igualmente sentido de continuidade que não pode ser menosprezado” (SALLES, 1992, p. 11).

De acordo com Salles (1992), em 1870 já havia classe proletária no Pará, sendo que na década de 1880 se iniciou o movimento operário no Estado. O autor declara, no entanto, que na década de 1860 um pequeno proletariado existente se organizou e promoveu a fundação de diversas sociedades mutualistas (SALLES, 1992, p. 8-9, 158, 179). A obra de Vicente Salles (1992) relaciona classe operária, sociedades de auxílio mútuo e sindicatos com o surgimento

do movimento operário no Estado do Pará. Nesse aspecto, a periodização histórica das primeiras sociedades beneficentes no Pará proposta por Salles (1992) é confirmada por nossa pesquisa sobre o fenômeno mutualista no Estado, durante a Primeira República brasileira.

A ampliação da discussão acerca do mutualismo em Belém do Pará levou-nos à convicção de que o corpo documental, para embasá-la deveria ser ampliado, de acordo com a centralidade adquirida pelo objeto da pesquisa. A documentação primária para nossa reflexão são documentos cartoriais recolhidos ao *Centro de Memória da Amazônia* (CMA). Os documentos são extratos de estatutos e estatutos de sociedades civis localizados no fundo arquivístico *Cartório de Títulos e Documentos*. Esses estatutos foram encontrados na forma de livretos impressos (encontramos mais de um exemplar referente a determinadas sociedades, mas, no geral, havia apenas um exemplar para cada sociedade), em forma de extratos (versão resumida ao principal dos seus artigos estatutários) de estatutos, de estatutos em versão manuscrita (em letra cursiva) e na forma publicada (em letra de fôrma) no *Diário Oficial do Estado do Pará*, nas secções de *Avisos Particulares* ou *Solicitados* (as publicações poderiam ser do estatuto completo ou apenas do seu extrato). No gabinete de leitura do *Grêmio Literário Português do Pará* (GLPP) encontramos um estatuto do *Centro Republicano Português no Pará*<sup>1</sup>, e um livro de instalação e de presenças da mutualista *Real Associação de Socorros Mútuos D. Vasco da Gama*.<sup>2</sup>

Desse modo, realizamos nova incursão ao CMA, com o fim de coletar os documentos acondicionados em três caixas-arquivo desse *Centro*. O material foi integralmente coletado. A coleta logrou reunir 117 documentos entre extratos e estatutos de sociedades mutualistas, de sindicatos, de sociedades pias, de sociedades religiosas, de lojas maçônicas, de sociedades médicas, de sociedades farmacêuticas, de sociedades e de clubes recreativos, de sociedades esportivas, de sociedades de proteção, de sociedades filantrópicas, de sociedades de servidores públicos, de sociedades comerciais e de sociedades partidárias. A natureza vastamente heteróclita do material coletado exigiu o tratamento circunstanciado das informações contidas nele, e uma série de decisões quanto a classificações e a categorizações temáticas possíveis, diante da necessidade de sua análise histórica.

O conceito de material, que adotamos é o pensado por Georges Duby (1993). Para esse autor, a palavra “material” seria a designação da massa inerte selecionada, recortada e

---

<sup>1</sup> Centro Republicano Português no Pará – Estatuto de 1914. *Grêmio Literário Português do Pará*. Gabinete de Leitura, Estatuto (1914), Doc. Avulso.

<sup>2</sup> Real Associação de Socorros Mútuos D. Vasco da Gama – Livro de 1898. *Grêmio Literário Português do Pará*. Gabinete de Leitura, Livro (1898), Doc. Avulso.



ajustada pelos historiadores, para construir um edifício concebido provisoriamente (em nosso caso, o perfil das sociedades beneficentes). De acordo com o autor, o que precisamente se destaca na seleção do material de pesquisa é a importância de certos arquivos, com seus documentos, em relação à história de determinadas sociedades. Nesse sentido, os documentos capazes de reconstituir a realidade humana do período são muito importantes. Assim, ainda que a documentação coletada seja repetitiva e de difícil leitura, deve-se buscar a manifestação da vida humana em seus testemunhos, isto é, descobrir nas fontes os acontecimentos, que fogem à simples repetição protocolar. Para Duby (1993), a leitura a contrapelo do material e a leitura do não dito ajudam a aproveitar mais as fontes, pois a leitura baseada somente no sentido aparente e exterior do documento esconde os demais sentidos presentes nele (DUBY, 1993, p. 21-31).

Para tratar do conteúdo factual presente nos extratos e estatutos das sociedades mutualistas nos utilizamos de uma série de categorias de informação, para elaborar uma tabela geral de apoio analítico. As informações se referiam à denominação da sociedade, à sua data de fundação, aos seus fins, ao perfil dos seus sócios, aos benefícios concedidos, à sua organização administrativa e às suas formas de comunicação. A organização dessa tabela gerou, inicialmente, 65 páginas de material, para a nossa reflexão historiográfica.

O processo de nova coleta do material e da elaboração dessa tabela ocorreu em meados de 2016. No entanto, durante a primeira incursão ao CMA em fins de 2013 e começos de 2014, deixamos de anotar as referências dos 17 estatutos coletados daquela vez. Embora estivéssemos com um volume razoável de informação processada, faltavam-nos essas referências. A solução desse problema era fácil e rápida, pois bastaria o retorno ao CMA e realizar em alguns instantes as anotações dessas referências. Foi o que fizemos no fim do primeiro semestre de 2016. No entanto, ao abrir as caixas-arquivo novamente e proceder às anotações, percebemos uma diferença visível no volume contido naquelas caixas. Elas pareciam mais pesadas e mais cheias. Com essa sensação de estranhamento, detivemo-nos em uma das caixas, e começamos a ler nova e pausadamente os documentos.

Novos documentos surgiam ante o nosso olhar. Era claro que aqueles estatutos não estavam ali antes. Entre felizes e apreensivos, atentamos que estávamos diante de uma escolha. Não sabíamos se coletávamos apenas as referências, e terminávamos o quanto antes a Dissertação de Mestrado ou se coletávamos todo aquele novo material, e desconsiderávamos os prazos de há muito acabados para a sua defesa. Neste dia, saímos do CMA sem coletar

referência alguma ou quaisquer estatutos. Havia em nossa mente apenas o dilema da coleta ou não do material sobressalente.

Apesar dos sobressaltos enfrentados nesta pesquisa, deve-se fazer justiça às fontes documentais, pois os arquivos de natureza cartorial são notáveis pela variedade e pela quantidade de documentos produzidos e arquivados neles. Segundo Carlos Bacellar (2005), nos cartórios nacionais se encontram registros diversos, como escrituras de compra de terras, de imóveis urbanos e de cativos, escrituras de criação de sociedades e de estabelecimento de negócios comerciais, registros de procurações, de cartas de alforrias de escravos, de emancipação de filhos, de contratos de casamento, de nascimento, de casamento e de óbito. De acordo este autor, os registros cartoriais no período colonial eram realizados em tabeliões únicos, porém “a partir do século XIX, começaram a surgir cartórios especializados, resultando nos atuais de Notas, de Registro de Imóveis, de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Protestos de Letras e Títulos” (BACELLAR, 2005, p. 38-39). A multiplicidade de documentos cartoriais impele os pesquisadores a escolhas quanto às séries potenciais de estudo, à periodicidade a que se refere o material, e a sua intenção quanto à quantidade, para os fins de coleta material.

Quanto aos demais extratos de estatutos e estatutos de sociedades civis, que foram incluídos nas caixas-arquivo do CMA, a decisão final foi de coletá-los integralmente. Foram incluídos nas caixas por duas razões. No tocante a isto, a primeira delas dizia respeito ao fato de alguns deles estarem sob a supervisão do coordenador do CMA e, finalmente, terem sido liberados para a consulta; já a segunda razão decorria do fato do encontro de novos estatutos durante a reorganização do material ainda encaixotado avulsamente e não catalogado, sob a guarda do *Centro*. Essas duas razões contribuíram para “inflar” as três caixas de estatutos do CMA, cujo número passou a ser de 227 documentos. A complementação dos dados da tabela com os novos estatutos incluídos ampliou a massa de informação processada para 115 páginas de material. Com base nesse material coletado passamos a construir o perfil das sociedades mutualistas no Estado do Pará da Primeira República do Brasil.

O relato das vicissitudes do processo de nossa pesquisa encontra ressonância nas observações de Carlos Bacellar (2005), uma vez que para ele o historiador, na pesquisa arquivística, se encanta ao ler os testemunhos de pessoas do passado, percebendo seus pontos de vista, seus sofrimentos e suas lutas cotidianas. O pesquisador quando manuseia os documentos passa a conhecer as restrições da sociedade de uma época, a má sorte ou a miséria de alguém e deseja conhecer mais profundamente aquela história presente nos relatos

documentais. Para Bacellar (2005), essa é a “vida da pesquisa: dura, cansativa, longa, mas gratificante, acima de tudo” (BACELLAR, 2005, p. 24).

Assim, a discussão a que nos propomos procura, inicialmente, situar o debate do mutualismo em dois quadros possíveis, isto é, apresentamos uma discussão a respeito da historiografia nacional sobre o tema; e, outra discussão sobre o mutualismo no Estado do Pará. Desejamos deixar claro que essa divisão não significa sustentar uma separação entre o mutualismo no Pará e o mutualismo no Brasil, pois mesmo a documentação da qual nos utilizamos não faz essa divisão, muito pelo contrário, essa documentação, na forma dos estatutos, se encaminha para a união das sociedades mutualistas com as demais sociedades de igual natureza presentes nos outros Estados da federação brasileira. Nesses termos, é ilustrativo o principal objetivo da sociedade beneficente *Associação dos Empregados no Comércio do Pará* quando afirma que “(...) tem por principal objectivo estreitar os vinculos da classe que representa, confederar-se, tomar parte em qualquer acção conjuncta com as suas congengeres do paiz (...)”.<sup>3</sup>

Em consonância a isto, os trabalhos historiográficos sobre o mutualismo nos demais Estados do Brasil se dividiram em duas grandes correntes de interpretação mais difundidas. Sendo uma delas, a que compreende o mutualismo como um fenômeno amplo e cuja chave explicativa é a sua condição previdenciária, e tem como representantes Tania de Luca (1990), Adhemar da Silva Júnior (2004), Cláudia Viscardi (2007), Ronaldo Pereira de Jesus (2007) etc. A outra sendo a que compreende o mutualismo na perspectiva da classe trabalhadora e que, embora não desconsidere o caráter previdenciário das mutualistas profissionais, dedica especial atenção aos processos de formação da identidade coletiva. Com isso, são os representantes dessa última corrente historiográfica Claudio H. M. Batalha (1999), Beatriz Loner (2001), Osvaldo Maciel (2011), entre outros.

Nesse ponto, o conceito de identidade representa um problema e tanto para o mutualismo, quando dimensionado no interior dessas duas grandes linhas interpretativas. Um dos representantes do estudo do mutualismo operário destaca justamente a condição da identidade de classe em relação ao fechamento das sociedades beneficentes, e a tensão existente entre o fechamento, ou seja, o critério de escolha dos potenciais sócios, e a arrecadação para o fundo social das sociedades de socorro mútuo, pois quanto maior o

---

<sup>3</sup> Associação dos Empregados no Comercio do Pará – Estatuto de 1908. *Centro de Memória da Amazônia*. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

número de sócios havia mais possibilidades para a reprodução social e a sustentação econômica da sociedade mutualista. Assim, o dilema podia oscilar entre a identidade estrita de uma classe ou a segurança material da sociedade mutualista, com a presença de sócios de outras classes (MACIEL, 2011, p. 64-65). A situação chega a tal ponto que Adhemar da Silva Júnior (2004), representante da corrente historiográfica do mutualismo assistencialista, não sabe o que fazer com o conceito de identidade, simplesmente alegando a sua inaplicabilidade, para o conjunto de fenômenos abordados em sua pesquisa.

A despeito da abordagem assumida por cada linha interpretativa em questão, temos a oportunidade de vislumbrar as suas influências nos estudos incipientes sobre o mutualismo no Estado do Pará. Desse modo, fizemos a leitura de dois trabalhos monográficos recentes sobre a temática no Estado. O primeiro deles foi realizado por Antonio Torres (2011), e segue a linha historiográfica do mutualismo assistencialista ou previdenciário. Já o segundo, realizado por Edizio Neto (2015), situa-se claramente na vertente do mutualismo operário. Por esta lógica, guardadas as devidas proporções, as duas principais linhas historiográficas encontram os seus correspondentes genealógicos em duas monografias sobre o mutualismo no Estado do Pará.

A temática em torno da identidade foi recorrente em nossa análise na medida em que a discussão sobre o conceito de classe se mostrava presente, sendo que a respeito deste conceito e de sua relação com o mutualismo, defendemos a tese segundo a qual as sociedades de socorros do Pará foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma identidade de classe estrita ou identidade de ofício, baseada nos ramos de profissão. Destacamos, de acordo com essa premissa, que a própria condição beneficente das sociedades de ajuda mútua levava a um programa de benefícios fundamentado em setores profissionais, pois quando se tratava de facultar direitos ou benefícios, cuja demanda podia ser imediatamente requerida, havia a necessidade de especificar a quem cabia usufruir determinado benefício. Assim, tratar dos benefícios, considerando um setor ou ramo de profissão ou classe possuía grandes vantagens na asseguarção de benefícios, mas nem sempre era vantajoso, para a construção de uma identidade de classe, que superasse os limites da identidade estrita de classe.

No entanto, a identidade de ofício não pode ser subestimada, pois a construção de identidades estritas de classe no meio do operariado é o primeiro passo para a sua união e, posteriormente, para a formação da classe operária. A existência de identidades estritas de classe não afasta de modo algum a hipótese de comunicação entre as classes, uma vez que

essa existia e permitia a construção de práticas e de discursos comuns. O problema mais sensível e central sempre foi a possibilidade da ocorrência de um evento crítico, ou que representasse um trauma social para as classes com identidades estritas, capaz de aproximar e soldar essas identidades a partir de uma experiência catalisadora comum. A união de identidades estritas de classe diante de um fator externo crítico poderia fornecer as condições necessárias, para a formação de uma consciência de classe e, conseqüentemente, para a construção da classe operária.

Somada a essas premissas, realizaremos uma crítica historiográfica sobre o estudo do mutualismo no Brasil, estabelecendo possíveis percursos e cruzamentos teóricos nesta temática. Nesse aspecto, a caracterização das interpretações históricas nascidas do estudo do mutualismo, bem como das relações teóricas entre essas distintas vertentes interpretativas, foi o encaminhamento por nós encontrado, para tecer essa primeira crítica a respeito do tema da mutualidade.

A respeito da historiografia do mutualismo, Claudio H. M. Batalha (2010, p. 12) sustenta que o estudo sobre as sociedades de auxílio mútuo de trabalhadores no Brasil, entre fins do século XIX e meados do XX, tem despertado interpretações diversas e conflitantes. Em torno dessas interpretações surgiram duas tendências historiográficas. Uma delas concebe as sociedades mutualistas como manifestações de uma forma particular de organização dos trabalhadores; e, a outra, interpreta o mutualismo de maneira mais ampla, concebendo-o como uma forma de securitização contra adversidades múltiplas e variadas.

Por seu turno, Osvaldo Maciel (2011, p. 28), em sua pesquisa, caracteriza o mutualismo como um fenômeno relacionado diretamente à história da classe trabalhadora e ao movimento operário. Nela, o autor faz alusão a um “conjunto de estudos que estão engajados muito mais em perceber os vínculos da tradição estabelecida entre as sociedades mutualistas e os sindicatos e sociedades de resistência”, apontando como adeptos dessa abordagem os historiadores Albertino Rodrigues (1968), Claudio H. M. Batalha (1999) e Beatriz Loner (2001). Nesta senda, Claudio H. M. Batalha (2010, p. 14) ainda atribui a essa lista os historiadores Silvia Petersen (2001), Paula Nomelini (2007), Rafaela Leuchtenberger (2009), Benito Schmidt (1999), Alexandre Fortes (2001), Osvaldo Maciel (2011), além doutros.

Segundo Humberto Andrade (2013, p. 1754), a outra interpretação sobre o mutualismo, ou seja, o mutualismo previdenciário, enfatiza o caráter de previdência das sociedades de socorro mútuo, abordagem na qual, inclusive, a categoria “classe” não seria um

instrumento de análise apropriado, para o entendimento do fenômeno. Além disso, outro elemento distintivo dessa tradição seria a adoção da “escolha racional” por um dos seus maiores expoentes, Adhemar da Silva Júnior (2004), para explicar o fenômeno mutualista. Para Claudio H. M. Batalha (2010, p. 13), representam essa abordagem Tania de Luca (1990), Adhemar da Silva Júnior (2004), Cláudia Viscardi (2007), Ronaldo Pereira de Jesus (2007), além de outros.

Para Paula Nomelini (2010, p. 144), a principal dificuldade quanto ao mutualismo seria a sua definição. A autora afirma que frequentemente as sociedades mutualistas são descritas como entidades, que mediante contribuições mensais asseguram aos sócios serviços previdenciários, como tratamento médico, auxílio a doentes, a inválidos, a velhos e a viúvas. As mutualistas também dispensavam outros benefícios, como festas, jogos, bailes, bibliotecas e palestras. Tais sociedades de ajuda mútua teriam origens diversas, podendo ser organizadas por trabalhadores, por empresas, por igrejas, por bairros, por etnia ou por critérios mais amplos, impondo restrições de ordem política, moral e religiosa, para o ingresso dos potenciais sócios.

Por seu lado, Adhemar da Silva Júnior (2004, p. 11, 27) encampa a definição de Marcel Linden (1996) de que sociedades de socorros mútuos são associações formadas voluntariamente, com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade. Assim, a dimensão securitária contra os fatores subjetivos de riscos (doença, acidentes) ou objetivos, como mudanças técnicas e econômicas, aos quais os trabalhadores estariam desvantajosamente expostos, conforma-se como a base dessa definição. O autor, após adotar a definição de Marcel Linden (1996), volta-se para a distinção entre estratégias públicas e privadas de manutenção ou de ascensão sociais.

Segundo Adhemar da Silva Júnior (2004), as estratégias privadas, como o recurso a parentes e vizinhos em relações horizontais, ou o recurso ao paternalismo em relações verticais, supõem a análise da ação de um agente individual, interessado, principalmente, em sanar os efeitos de risco social; ao passo que as estratégias públicas, supõem a análise da ação de um agente coletivo, podendo ser uma classe, uma categoria profissional, um grupo étnico, entre outros, interessado na promoção de certos interesses relacionados a terceiros ou a coletividades.

Tanto a definição esposada por Adhemar da Silva Júnior (2004) quanto a endossada por Paula Nomelini (2010) têm em comum a noção básica de que as sociedades mutualistas

prestam auxílios, em momentos de necessidade, aos seus associados. Embora as definições possam encontrar um ponto em comum que as relacione, o mesmo não pode ser afirmado sobre as motivações, que levam os associados a se associarem a esta ou àquela sociedade de ajuda mútua, pois as origens das sociedades de auxílio mútuo, por serem diversas por si só, implicam intencionalidades distintas tanto da parte dos seus fundadores, no momento em que as fundam, quanto dos potenciais associados em suas escolhas, em relação ao seu ingresso nelas.

Dessa forma, para Paula Nomelini (2010, p. 144-145), uma das principais problemáticas no estudo do mutualismo seria identificar os motivos, os quais fazem os operários criarem e administrarem suas próprias associações, as estratégias de sobrevivência das organizações e as suas consequências, para a formação da cultura e da identidade operárias. Por outro lado, a autora sustenta que ainda seria possível explorar a relação das associações organizadas e administradas por trabalhadores com sociedades de origens distintas, investigando a relação dos trabalhadores com os demais grupos da sociedade civil circundante.

De acordo com Humberto Andrade (2013, p. 1754), Adhemar da Silva Júnior (2004) adota a teoria da escolha racional, para explicar a motivação de potenciais sócios, para se filiarem às sociedades mutualistas. Porém, essa teoria apresenta limitações quanto a outras lógicas interpretativas. Segundo Mike Savage (2011, p. 10), as teorias estruturais de classe dependem de uma noção de “interesses objetivos”, que seriam definidos em virtude de estruturas sociais objetivas, nas quais os indivíduos estariam localizados, com o resultado de que esses agentes não teriam nenhum papel em definir seus interesses. O problema com essa concepção estruturalista de classe seria que ela não fornece uma teoria viável da ação social, quer dizer, não consegue explicar a lógica das greves, dos protestos e dos motins. Nessa formulação, as pessoas agiriam em modos de classe, porque seria racional para elas perseguir os interesses especificados por sua posição de classe numa estrutura social.

Para Mike Savage (2011, p. 11), tal concepção se mostra dependente de pressupostos teóricos, que necessitam interpretar toda ação social como instrumental. Por isso, os sujeitos perseguiriam seu máximo autointeresse, como definido por sua posição de classe. Nesse ponto surgem claros problemas em explicar os tipos de ação não instrumental, que muito comumente aparecem na vida social. Conforme a lógica da razão instrumental, indivíduos instrumentalmente racionais tenderiam a não agir coletivamente, para perseguir seus

interesses gerais de classe, uma vez que isso importaria em custos individuais sem a garantia de quaisquer benefícios resultantes num futuro incerto.

De acordo com Claudio H. M. Batalha (2010, p. 20-21), o problema central da teoria da escolha racional é a sua dificuldade em reconhecer a diversidade de racionalidades, reduzindo a racionalidade a decisões de cunho econômico e contábil, do ponto de vista do indivíduo. Segundo o autor, grupos, movimentos e instituições podem tomar decisões, que não são irracionais do ponto de vista de sua própria lógica, mas que não se enquadrariam em uma racionalidade contábil. São escolhas resultantes de crenças, de costumes e de uma moral perfeitamente racionais, na lógica daqueles que as tomam, porém distante de qualquer tipo de racionalidade instrumental.

Com isso, a teoria da escolha racional é incapaz de interpretar e, portanto, explicar uma grande variedade de crenças e de atitudes dos trabalhadores. Por causa disso, a negligência com aspectos fundamentais da experiência da classe trabalhadora, no sentido de suas crenças e atitudes, impossibilitaria uma abordagem preocupada com a construção da identidade dos trabalhadores e com a formação da classe operária.

Para Claudio H. M. Batalha (2008, p. 163-180), a formação da classe operária pressupõe interesses coletivos construídos na experiência comum dos trabalhadores e, por consequência, constitui um fenômeno, cuja existência implica, necessariamente, o modo como esses trabalhadores se percebem, ou seja, é uma questão de identidade. Assim, a identidade operária está relacionada a formas de ações coletivas e a associações, as quais reivindicam o seu caráter classista. Desse modo, a formação da classe operária é um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda manifestação, que afirma a sua condição classista.

Ainda conforme Claudio H. M. Batalha (1991/2, p. 119-123), a identidade operária assinala sua condição de classe ao construir sua legitimidade de grupo em torno da noção de trabalho. Nesta vereda, apesar de o trabalho exercer um peso fundamental na formação da identidade de classe, ele, como distintivo da condição operária, não é por si só suficiente para desenvolver performaticamente o percurso de formação da classe, pois é na atuação organizada que a sua condição de classe se torna mais evidente. Por este prisma, a associação operária é a materialização da experiência comum no decorrer da qual se constrói a identidade



coletiva. Em suma, a associação operária se manifesta, deste jeito, como a produção e a reprodução dessa identidade operária.

A despeito das diferenças teóricas e metodológicas assumidas pelas duas mais importantes tendências interpretativas sobre o fenômeno mutualista, Cláudia Viscardi (2014) levanta a ideia de que o mutualismo certamente não foi a única forma de associação entre os indivíduos no Brasil. Para a autora, desde a ocupação do território brasileiro pelos portugueses, experiências associativas previamente existentes na metrópole portuguesa foram transplantadas para o Brasil colonial, a exemplo das corporações de ofício e das irmandades leigas. De acordo com a estudiosa, o final do século XIX no Brasil acompanhou o crescimento das mutualistas, assim como dos montepios, dos sindicatos, dos clubes recreativos, das ligas de proteção e de defesa da população contra epidemias, das instituições filantrópicas, das associações científicas e literárias, como outras. Nesse aspecto, ao caracterizar de maneira plural o universo associativo brasileiro, Cláudia Viscardi (2014, p. 195-196) procura, por meio dessa diversidade associativa, estabelecer relações entre as distintas espécies de associações brasileiras.

Conforme Cláudia Viscardi (2014, p. 196), estas modalidades associativas guardavam um elemento em comum que as unificava, o que podia induzir a incertezas sobre as suas identidades, e este se chamava “fraternalismo”. Consoante a isto, as várias associações compartilhavam um mesmo modelo cultural, caracterizado pelo reforço da masculinidade, do corporativismo, da ritualização e da propriedade privada.

Pensamos que a tese assumida por Cláudia Viscardi (2014) de que um mesmo modelo cultural era compartilhado por diversas modalidades associativas seja capaz de explicar com razoável suficiência aspectos importantes sobre a mutualidade operária na Primeira República no Pará. Por meio do argumento de Viscardi (2014), temos condição para interpretar o caráter muitas vezes híbrido das associações operárias, visto que mutualistas profissionais e sindicatos operários compartilhavam práticas de assistência, como também partilhavam das práticas da defesa profissional, mesmo que fosse, nos casos mais extremos, a adoção comum da ação direta, como forma de luta. Portanto, a interpretação da autora enseja um olhar sobre as aproximações, os compartilhamentos, os conflitos e as mediações entre as sociedades mutualistas operárias e os sindicatos trabalhistas.

As relações entre as distintas sociedades operárias com as suas aproximações, compartilhamentos, conflitos e mediações formam o espaço comum sobre o qual foi formada

a classe operária. A dialética criada pela relação entre as sociedades de socorros mútuos e os sindicatos operários fornece uma importante chave interpretativa, para a compreensão do fenômeno classista, seja em sua dimensão identitária, seja em sua dimensão formativa, sendo ambas as dimensões complementarmente relacionadas e indissociavelmente ligadas.

A presente Dissertação de Mestrado está organizada em três capítulos. No primeiro, denominado *As Sociedades Mutualistas em Belém do Pará da Primeira República*, procuramos construir um perfil das sociedades beneficentes, mobilizando, para isso, um conjunto amplo de estatutos de sociedades de ajuda mútua. Nesse primeiro capítulo buscamos compreender a cultura associativa do mutualismo do período em relação com a sociedade do Estado do Pará. Assim, o esforço se voltou para a reflexão em torno do surgimento de uma consciência de classe incipiente, a qual se relacionasse com o movimento operário do Estado. Já no segundo capítulo, intitulado *As Rebeliões, as Greves e as Instituições na Perspectiva da Cultura*, tratamos da cultura popular e operária, no sentido da ação direta e das trocas possíveis entre mutualismo e sindicalismo, para a construção do movimento operário. Nesta concepção, analisamos de início uma greve de fogueiros para entendermos em que ponto a cultura comum do trabalho é capaz de identificar uma coletividade de trabalhadores na defesa dos seus direitos, através da sua consciência de ofício. Em seguida, fazemos a leitura de um motim de protesto contra uma companhia de transporte urbano, para enfatizar novamente o papel da cultura popular nas ações sociais, e discernir a composição da multidão revoltada em Belém do Pará. Nesses termos, a análise desses dois fenômenos antecede o estudo das relações entre mutualismo, sindicalismo e movimento operário, que realizamos logo depois. Por fim, o terceiro e último capítulo, *A Greve Geral da Port of Pará: Economia, Sociedade e Classes Sociais no Pará da Primeira República*, analisa uma greve de estivadores, buscando compreender os eventos a partir de uma história com conexões mais globalizadas. Nesse contexto, o capítulo final busca uma abertura de perspectivas em relação ao fenômeno da cultura e do movimento operário da região amazônica. No referente às fontes, os dois últimos capítulos se debruçam sobre os jornais do período e os mesclam com fontes de outros tipos, como por exemplo, os estatutos das sociedades mutualistas.

## CAPÍTULO I

### **1 AS SOCIEDADES MUTUALISTAS EM BELÉM DO PARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

O capítulo, em questão, pretende construir um perfil das sociedades mutualistas em Belém do Pará, durante a Primeira República brasileira. Embora a elaboração de um perfil das sociedades de auxílio mútuo, no período, demande um manejo estruturante, com fontes documentais, e tenda a adquirir uma feição estrutural, essa construção pretende-se analítica e interpretativa na perspectiva da sua historicidade.

Nesse sentido, o trabalho, que ora empreendemos, logrou reunir os estatutos de 159 sociedades com os perfis variados, que salientamos anteriormente. Dessas sociedades, selecionamos 71 delas, para compor o universo com o qual trabalharemos, representando 44,6% das sociedades das quais foi possível localizar documentação a respeito. Estas 71 sociedades podem ser divididas em sociedades voluntárias e sociedades sindicais, uma vez que nossa atenção dirigiu-se, nesta pesquisa, especialmente para as sociedades mutualistas e para os sindicatos classistas. Esse núcleo evidenciado de sociedades permite o desenvolvimento de nossas principais teses no decorrer desse trabalho. Em conformidade a isso, dentro desse universo efetuamos outra clivagem, e separamos 59 sociedades mutualistas para a primeira parte de nossa análise. Por fim, dentre essas 59 sociedades, escolhemos 52 mutualistas, para a finalidade de mensuração dos benefícios concedidos, e da caracterização da mutualidade no Estado do Pará da Primeira República. Esse trabalho de organização e de composição de quadros visa tão somente à construção de nossa argumentação e será aproveitado em vantagem da análise, porém não será mantido de maneira inflexível no decorrer desse estudo, pois as outras sociedades, que não compõem esse núcleo selecionado preliminarmente, serão analisadas, quando se fizer necessário.

Reunimos os estatutos de 59 sociedades mutualistas, para os fins de nossa pesquisa no Estado do Pará. A partir desse conjunto delimitado de documentos, pretendemos realizar uma comparação com os corpos documentais concernentes aos estatutos sociais coligidos por outros pesquisadores do mutualismo no Brasil. Assim, o pesquisador Adhemar da Silva Júnior (2004) conseguiu reunir, para o Estado do Rio Grande do Sul, os estatutos de 65 sociedades mutualistas (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 149); a pesquisadora Tania de Luca (1990) localizou

estatutos de 246 sociedades beneficentes para o Estado de São Paulo (LUCA, 1990, p. 38); para o Estado de Santa Catarina, Rafaela Leuchtenberger (2009) encontrou estatutos de 24 sociedades mutualistas (LEUCHTENBERGER, 2009, p. 207-210); para o contexto do Rio de Janeiro imperial, recenseamos três estudos sobre o mutualismo. Desta maneira, para o mutualismo fluminense da época monárquica, o pesquisador David P. Lacerda (2011) reuniu 67 processos de registro de clubes beneficentes, nos quais constavam os seus estatutos; o autor Rafael Cruz (2015) localizou estatutos de 25 associações beneficentes de trabalhadores; e, o pesquisador Mateus Almeida (2014) reuniu os estatutos de 61 sociedades de socorros mútuos (ALMEIDA, 2014, p. 332-339; CRUZ, 2015, p. 13; LACERDA, 2011, p. 11).

Como mencionado anteriormente, as informações extraídas dos estatutos e dos extratos dos estatutos de 159 sociedades de naturezas institucionais diversas produziram uma quantidade razoável de material para reflexão, porém o desenvolvimento desse estudo centrado no mutualismo necessitou operar uma série de cortes particularizantes nesse material produzido. A partir de escolhas temáticas e metodológicas, construímos o nosso inventário de sociedades mutualistas para o Estado Pará da Primeira República.

A acepção de inventário com a qual dialogamos é a elaborada por Adhemar da Silva Júnior (2004, p. 70-71) em seu estudo sobre o mutualismo no Rio Grande do Sul. Para esse autor, uma das principais funções do inventário consiste em organizar as fontes documentais, para a produção dos dados de uma pesquisa. Conforme isto, a elaboração de um inventário explicita processos de escolha em relação a quais registros se deve incluir ou excluir no momento de sua construção. Nesse esforço de elaboração, as informações apuradas sobre as sociedades são essenciais ao processo de inclusão e de exclusão de registros documentais no inventário, que se deseja elaborar. O pesquisador Silva Júnior (2004) valeu-se do cruzamento de fontes provenientes de estatísticas oficiais, de estatutos, de relatórios, de almanaques, de memórias municipais, entre outras, para construir o seu inventário. Nessa perspectiva, um inventário é uma ferramenta de trabalho, a qual oferece direção temática, tendo função reguladora no universo da pesquisa empírica.

Em seu estudo, Adhemar da Silva Júnior (2004) excluiu de seu inventário sociedades, que forneciam ajuda mútua sem que esta fosse, no entanto, a sua função principal, como, por exemplo, sindicatos, que prestassem socorros; caixas de socorros vinculadas a entidades, que não fossem mutualistas; entidades, que oferecessem socorros exclusivamente a terceiros; irmandades (embora estas guardassem muita similaridade com as sociedades de socorros); caixas de benefícios sob controle patronal; cooperativas; entidades escolares; entidades

recreativas; círculos operários; além doutros. Assim, no inventário do autor permaneceram apenas as sociedades, cujo fim era basicamente a concessão de auxílio mútuo entre os seus associados, especialmente; e, a terceiros, secundariamente. O seu inventário das sociedades mutualistas determinou um conjunto de informações a ser coletado, como: o nome da entidade, a cidade de sua fundação, a data de seu início, a data de seu término e o número de seus sócios (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 70-77). Consonante a isto, a construção de um inventário de sociedades mutualistas perpassa a definição do que significa o mutualismo, a classificação das sociedades com base nessa definição e, por conseguinte, a produção de dados, considerando essa definição e essa classificação.

Objetivamos construir o perfil das sociedades mutualistas por meio de sua caracterização geral e por sua classificação entre sociedades de auxílios mútuos de funcionários públicos, classistas, étnicas, etno-classistas, abertas, bairristas, religiosas e esportivas. A perspectiva de um perfil geral das beneficentes necessita de uma problemática comum entre estes ramos de clubes beneficentes, caracterizados por nossa classificação. Essa classificação se apresenta como provisória, no entanto serve aos fins de nossa problematização inicial. A problemática comum, a que nos referimos, assenta-se na definição histórica do que significava “auxílio mútuo”, para as sociedades mutualistas do período da Primeira República, no Estado do Pará. Essa questão será formulada a partir das fontes documentais reunidas em nossa pesquisa.

A noção de “auxílio mútuo” aparece entre outras noções equivalentes, e é um elemento particular no interior da noção mais ampla de solidariedade horizontal. Neste contexto, discutir “auxílio mútuo” remete, por identidade semântica, facilmente às mutualistas, sendo que existem outras denominações para sociedades desta natureza, como: associações de socorro mútuo, sociedades de auxílios mútuos, sociedades voluntárias, sociedades beneficentes, clubes beneficentes, sociedades mutualistas etc. No entanto, o “auxílio mútuo”, para fins de classificação, é uma instância, cuja existência não se confunde com a sua simples nominação, pois sociedades de resistência também o concediam aos seus associados. Portanto, a questão reside faticamente na relação instituída entre auxílio mútuo e sociedades beneficentes.

Ainda assim, a noção de “auxílio mútuo” é, em certo aspecto, independente das sociedades de ajuda mútua, e sua existência em si não define o que seja uma sociedade mutualista, pois o que importava era a sua preponderância ou ainda a sua relevância em relação aos demais fins da sociedade em pauta. O termo “auxílio mútuo” encontra seus

correspondentes semânticos nas noções de “socorro”, de “beneficência”, de “amparo”, de “favor”, de “benefício” e de “ajuda mútua”. Desse modo, tanto a existência do termo ou de seus equivalentes não define a natureza de uma sociedade como mutualista senão o grau de sua presença e de importância na sua relação tática com os demais fins da sociedade.

Nesse momento, estamos interessados precisamente na definição histórica da noção de “auxílio mútuo”, uma vez que a sua significação revelar-se-á por meio das fontes documentais. Pretendemos com esta metodologia registrar a experiência de uma cultura. Neste liame, buscar-se-á elaborar um inventário de práticas sociais capaz de “reconstruir” uma cultura (GRENDEI, 1998, p. 256). O que visamos é a possibilidade de realizar o registro de fatos sociais, por meio da pesquisa histórica, e de dotá-los de uma correspondência necessária com o mundo da cultura associativa de um período histórico específico.

### **1. 1 A Caracterização das Sociedades Mutualistas**

Reunimos, para os fins desta análise, os extratos de estatutos e os estatutos de 59 sociedades mutualistas presentes no Estado do Pará da Primeira República. Nosso propósito está na constituição de um perfil das mutualistas, buscando mensurar os benefícios concedidos por essas sociedades. O processo de elaboração deste prospecto das sociedades de auxílio mútuo seguiu dois caminhos. O primeiro se relaciona à diversidade de objetivos constantes das mutualistas; e, o segundo, refere-se ao número de sociedades, que forneciam determinados benefícios. Deste jeito, buscamos identificar a extensão cooperativa das sociedades, e onde sua topografia assistencial se mostrava mais densa e pronunciada.

Para a composição de um contexto mais pertinente, no qual possamos enunciar os benefícios concedidos, visamos explicitar os requisitos para a classificação das sociedades mutualistas, segundo os seus fechamentos. O fechamento seria o critério de associação empregado pelas sociedades, para constituir o seu corpo de associados. A classificação segundo o fechamento permite a distinção das sociedades voluntárias de outras sociedades não voluntárias, e opera procedimentos classificatórios, de acordo com as decisões das sociedades beneficentes em relação às possibilidades de seu crescimento, envolvendo três critérios, para a classificação das associações de socorro mútuo, tais como o “momento de fundação, o âmbito espacial de associação e cobertura, e o grupo social preferentemente associado” (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 128-129).

Em sua pesquisa, Adhemar da Silva Júnior (2004) apresenta classificações em relação às beneficentes, com base na preferência por fechamentos de seus fundadores e associados. Todavia, essas classificações não são as únicas possíveis. A classificação com base no momento de fundação dos clubes beneficentes leva em consideração a periodização do fenômeno mutualista, sendo a cronologia um elemento estruturante nessa operação classificatória. Nesta perspectiva, as entidades podem ser organizadas, conforme o século de sua fundação e o tempo médio de seu funcionamento. Particularmente na pesquisa de Adhemar da Silva Júnior (2004), o critério de classificação é constituído a partir da fundação das sociedades, portanto, na temporalidade do seu objeto, que se dilui no decorrer da sua tese, uma vez que classificação e descrição se ancoram em marcos temporais e se misturam na constituição de sua argumentação histórica. No referente ao âmbito espacial e de cobertura, as classificações são internacional, nacional, regional, municipal e inframunicipal. O autor menciona, como termo comparativo, para a classificação inframunicipal, as sociedades de auxílios mútuos barriais paulistanas estudadas por Tania de Luca (1990). Consoante a isso, Silva Júnior (2004) escolheu para sua pesquisa as entidades regionais, municipais e inframunicipais do Estado do Rio Grande do Sul, classificando os fechamentos dessas entidades, de acordo com o oferecimento de cobertura de benefícios ou a associação de membros em relação à amplitude do âmbito espacial (regionais quando em mais de um município; municipais aquelas, cuja extensão abrangia o município em seu território; e, inframunicipais as que se localizavam internamente a um município). Em paralelo a essas classificações, é destacada a presença de mutualistas abertas ou indefinidas, ou seja, com fechamento praticamente sem restrição ao ingresso de associados. O pesquisador apresenta como outro critério de classificação o grupo social preferentemente associado, apontando a necessidade de maiores especificações quanto a esse critério, para a sua utilidade explicativa. Concernente a isto, as questões se referem não só ao fato de o grupo preferentemente associado possuir homogeneidade com relação à sua posição no mercado de trabalho e como se orienta essa preferência, mas também ao fato dele ter homogeneidade étnica e de como se encaminha essa preferência. As combinações ou não desses critérios levam à classificação de quatro grupos, a saber: mutualistas classistas, mutualistas etno-classistas, mutualistas étnicas e mutualistas abertas ou indefinidas. Segundo o pesquisador, outras formas de classificação seriam possíveis, como as baseadas em critérios etários ou de sexo (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 128-148).

As classificações propostas por Adhemar da Silva Júnior (2004) ajudam a pensar o objeto do mutualismo de maneira estrutural e instrumental, sendo pertinentes para o estudo do mutualismo no Pará da Primeira República brasileira as classificações baseadas no âmbito espacial, especialmente no que concerne ao espaço inframunicipal (mutualistas barriais), e as classificações com base nos grupos sociais com homogeneidade étnica (mutualistas étnicas), com homogeneidade classista (mutualistas classistas), com a combinação desses critérios (mutualistas etno-classistas) ou a ausência deles nas mutualistas (mutualistas abertas). Conquanto esses instrumentos classificadores possam ser usados sem maiores restrições, as reflexões de Silva Júnior (2004), quanto às possibilidades de fechamentos a partir das preferências do grupo social, permitem novas classificações, diante da exploração da documentação em análise. Com amparo nisto, temos plenas condições para, ao analisar a documentação estatutária, aprimorar e especificar mais classificações.

A seguir apresentamos uma tabela com a denominação das sociedades de ajuda mútua e os seus fechamentos. Para os objetivos de nossa análise quanto aos benefícios, um pouco mais à frente, não usaremos todos os estatutos dos quais retiramos essas informações tabeladas, pois em alguns casos não pudemos definir concretamente os benefícios concedidos. A imprecisão nesses dados exigiu a supressão de algumas mutualistas no processo de quantificar os benefícios, e sua oferta pelas sociedades.

**Tabela 01. Mutualistas e Fechamentos.**

<b>Nº</b>	<b>Sociedade</b>	<b>Tipo de Fechamento</b>
01	Aliança Operária Beneficente Freitas Dias	Sociedade beneficente aberta classista
02	Associação Beneficente dos Leiteiros do Pará	Sociedade beneficente aberta de leiteiros
03	Associação Beneficente de Práticos da Amazônia	Sociedade beneficente fechada de práticos
04	Associação Beneficente dos Mestres e Marinheiros da Amazônia	Sociedade beneficente aberta de marinheiros
05	Associação Beneficente dos Pescadores no Pará	Sociedade beneficente aberta de pescadores
06	Associação Beneficente Postal do Pará	Sociedade beneficente fechada de funcionários postais
07	Associação Cívica e Beneficente dos Empregados do Serviço Sanitário do Estado	Sociedade beneficente fechada de empregados públicos



08	Associação da Imprensa do Pará	Sociedade beneficente fechada de profissionais da imprensa
09	Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará	Sociedade beneficente aberta de pescadores
10	Associação dos Empregados no Comércio do Pará	Sociedade beneficente fechada de empregados do comércio
11	Associação dos Oficiais Aduaneiros do Pará	Sociedade beneficente fechada de empregados aduaneiros
12	Associação Dramática, Recreativa e Beneficente	Sociedade beneficente aberta
13	Caixa de Socorros dos Caldeireiros de Ferro do Pará	Sociedade beneficente aberta de caldeireiros
14	Centro Beneficente Esportivo Maguari	Sociedade beneficente aberta esportiva
15	Centro Galaico	Sociedade beneficente fechada étnica
16	Centro Musical Paraense	Sociedade beneficente aberta de músicos
17	Clube Beneficente dos Maquinistas do Pará	Sociedade beneficente fechada de maquinistas
18	Clube Comercial	Sociedade beneficente aberta de comerciantes
19	Clube Militar da Guarda Nacional do Pará	Sociedade beneficente fechada de militares
20	Clube Militar do Pará	Sociedade beneficente fechada de militares
21	Clube Naval Grão-Pará	Sociedade beneficente fechada de trabalhadores navais
22	Cooperativa Tipográfica	Sociedade beneficente fechada de gráficos
23	Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense	Sociedade beneficente aberta classista
24	Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric	Sociedade beneficente fechada de empresa
25	Liga da Liberdade	Sociedade beneficente aberta de bairro
26	Liga dos Despachantes Gerais da Recebedoria	Sociedade beneficente fechada de despachantes
27	Real Associação de Socorros Mútuos Dom Vasco da Gama	Sociedade beneficente aberta etno-classista
28	Sociedade Beneficente A Auxiliadora Paraense	Sociedade beneficente aberta
29	Sociedade Beneficente Coração de Jesus	Sociedade beneficente aberta classista
30	Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte	Sociedade beneficente aberta de bairro
31	Sociedade Beneficente dos Chauffeurs	Sociedade beneficente fechada de motoristas
32	Sociedade Beneficente dos Empregados da The Western Telegraph Company em Belém do Pará	Sociedade beneficente fechada de empresa
33	Sociedade Beneficente dos Empregados Marítimos da Alfândega do Pará	Sociedade beneficente fechada de marítimos de alfândega
34	Sociedade Beneficente dos Talhadores de Peixe do Pará	Sociedade beneficente aberta de talhadores de peixe
35	Sociedade Beneficente Ferroviária do Pará	Sociedade beneficente aberta de empregados ferroviários
36	Sociedade Beneficente Jurunense	Sociedade beneficente aberta
37	Sociedade Beneficente Minageis	Sociedade beneficente aberta
38	Sociedade Beneficente Paz e Harmonia	Sociedade beneficente aberta
39	Sociedade Beneficente São João Batista	Sociedade beneficente aberta

40	Sociedade Beneficente São José de Quelúz	Sociedade beneficente religiosa católica
41	Sociedade Beneficente Shaar Hassamaim	Sociedade beneficente religiosa judia
42	Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres	Sociedade beneficente aberta
43	Sociedade Beneficente União de Monte Alegre	Sociedade beneficente aberta
44	Sociedade Beneficente União dos Açougueiros do Pará	Sociedade beneficente aberta de açougueiros
45	Sociedade Beneficente União dos Cigarreiros do Pará	Sociedade beneficente aberta de cigarreiros
46	Sociedade Beneficente União dos Empregados da Câmara no Pará	Sociedade beneficente fechada de taifeiros
47	Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Pará	Sociedade beneficente fechada de foguistas, de carvoeiros e de marítimos
48	Sociedade Beneficente União dos Funileiros do Pará	Sociedade beneficente fechada de funileiros
49	Sociedade Beneficente União e Firmeza	Sociedade beneficente aberta
50	Sociedade Internacional de Beneficência	Sociedade beneficente aberta
51	Sociedade Italiana de Beneficência	Sociedade beneficente aberta étnica
52	Sociedade Mútua dos Funcionários do Fisco Municipal	Sociedade beneficente aberta de funcionários municipais
53	Sociedade Mútua Operária do Arsenal de Marinha	Sociedade beneficente fechada classista dos trabalhadores do Arsenal de Marinha do Estado do Pará
54	Sociedade Oficina Operária Beneficente São José	Sociedade beneficente aberta de classe
55	Sociedade União Beneficente dos Estivadores da Borracha	Sociedade beneficente aberta de classe
56	União Beneficente dos Empregados de Farda dos Correios do Pará	Sociedade beneficente fechada de empregados de correio
57	União Beneficente dos Taifeiros	Sociedade beneficente aberta de taifeiros
58	União Beneficente São João Batista	Sociedade beneficente aberta
59	União Italiana de Instrução e Mútuo Socorro	Sociedade beneficente aberta étnica

**Fonte:** Tabela elaborada por Adriano Craveiro de Oliveira, com base nos estatutos de 159 sociedades.

A partir da tabela, podemos afirmar que 49,1% dessas mutualistas eram classistas, 20,3% eram abertas, 16,9% eram de funcionários públicos, 5% eram étnicas, 3,4% eram religiosas, 1,7% eram etno-classistas, 1,7% eram de bairro e 1,7% eram esportivas. Como é possível constatar, parte considerável delas era constituída por beneficentes classistas. Nesta circunscrição, as mutualistas classistas em seu conjunto podem ser agrupadas, segundo os setores aos quais estavam relacionadas. Neste panorama, apuramos que 34,5% das sociedades de socorros classistas estavam ligadas ao setor de artistas e operários, 20% ao setor marítimo, 17,2% ao setor de serviços, 17,2% ao setor de gêneros alimentícios, 7% ao setor de imprensa e 3,4% ao setor comercial.

Uma análise mais integradora desses dados quanto à questão dos trabalhadores, isto é, a junção das categorias classista, etno-classista e de funcionários públicos, fornece-nos um quantitativo ainda maior de sociedades voluntárias relacionadas ao mundo do trabalho, perfazendo 67,8% das entidades de ajuda mútua, cujos estatutos e extratos de estatutos temos reunidos. Esta proporção majoritária quanto à presença de indivíduos, que se representam enquanto trabalhadores nas mutualistas (da esfera pública, da privada, da construção civil, das oficinas, das prestadoras de serviço, do setor marítimo e dos gêneros alimentícios) importa, no sentido de contextualizar e de se refletir sobre a posição dessas entidades em relação aos sindicatos trabalhistas no mundo do trabalho do Estado do Pará da Primeira República.

## **1. 2 A Predominância das Mutualistas no Pará da Primeira República**

As 59 mutualistas, selecionadas em um universo original de 71 sociedades, provam-nos que as sociedades beneficentes no Estado do Pará formavam a grande maioria das entidades ligadas, simultaneamente, aos trabalhadores e à sociedade civil. De acordo com o corpo documental em análise, durante a Primeira República no Estado, existiram apenas 13 sindicatos. Essa circunstância necessita ser ponderada quanto à sua relação com o movimento operário no Estado. Embora não tencionemos, no momento, iniciar essa discussão, ela nos ocupará no decorrer do presente estudo. Quanto a esses números, podemos afirmar que no período estudado 58 mutualistas e 12 sindicatos mantiveram a sua natureza institucional, na perspectiva histórica. Foram sociedades mutualistas, que não se transformaram em sindicatos; e sindicatos, que não se transformaram em sociedades mutualistas. Entretanto, os números de mutualistas e de sindicatos ainda assim sofreram variação no transcorrer do período estudado.

A nosso ver, este ponto merece um olhar mais detalhado, pois confirma que a responsável por essa oscilação no número das sociedades foi uma mutualista. Por conta disso, a mudança de natureza institucional dessa sociedade nos levou a reagrupar alguns dados e a cruzá-los em nossa análise. Neste prisma, o *Sindicato dos Funileiros do Pará*, fundado em 3 de setembro 1905, com a denominação de *Sociedade Beneficente União dos Funileiros do Pará*, foi sociedade beneficente até 12 de janeiro de 1913, quando passou a ser sindicato. Esse caso específico pode ser contrastado com o caso da mutualista *Sociedade União Protetora dos Estivadores*, a qual foi fundada em 9 de julho de 1911. Contudo, em 3 de novembro de 1929,

atualizou o seu nome social para *Sociedade União Beneficente dos Estivadores da Borracha*, reforçando a sua identidade mutualista.

Os dois exemplos mencionados são relevantes, porque descrevem duas tendências opostas, mas que apresentam a sua lógica dentro de suas próprias dinâmicas. Por exemplo, a *Sociedade Beneficente União dos Funileiros do Pará*, ao se transformar em sindicato, seguiu uma tendência explicitada pela historiografia, que estabelece uma substituição gradual dos clubes beneficentes pelos sindicatos com o passar do tempo. Por outro lado, o exemplo da *Sociedade União Protetora dos Estivadores* fortalece os indícios, os quais apontam para a preponderância do aspecto mutualista no universo trabalhista do Estado do Pará, enquanto sociedade beneficente, que decidiu mudar o seu nome, o qual não indicava explicitamente o seu caráter de sociedade de auxílio mútuo, para atender aos critérios identitários da mutualidade.

Desejamos indicar os números encontrados, com base no conjunto de estatutos e de extratos de estatutos coletados, referentes às mutualistas e aos sindicatos. Nas décadas de 1840, de 1860, de 1880 e de 1890 foram fundadas 7 mutualistas; na década de 1900, 8 mutualistas e 1 sindicato; na década de 1910, 26 mutualistas e 9 sindicatos; e, na década de 1920, 17 mutualistas e 3 sindicatos. Dessa maneira, percebemos que as fundações das mutualistas sempre representaram quantidade superior às fundações de sindicatos, e que, no número final agregado, são 58 mutualistas e 13 sindicatos fundados. Esses dados podem ser apreciados na tabela, que se segue.

**Tabela 02. Fundação de Sociedades por Ano.**

<b>Fundação de Sociedades (Ano/Und)</b>		<b>Total (Unds/Década)</b>
Ano	Nº	
1840	1	7 Mutualistas
1867	1	
1888	1	
1891	2	
1895	1	
1898	1	
1905	5	
1907	2	
1908	2	
1910	1	26 Mutualistas 9 Sindicatos
1911	3	
1912	1	
1913	4	
1914	3	
1915	1	

1916	5	17 Mutualistas 3 Sindicatos
1917	11	
1918	4	
1919	3	
1920	2	
1921	2	
1922	1	
1923	2	
1924	2	
1925	3	
1927	1	
1928	5	
1929	2	

**Fonte:** Tabela elaborada por Adriano Craveiro de Oliveira, com base nos estatutos de 159 sociedades.

Neste contexto, podemos chegar às seguintes observações. Primeiro, a quantidade de mutualistas era mais expressiva que a de sindicatos; segundo, a substituição gradual das beneficentes por sindicatos no Estado do Pará da Primeira República não aconteceu, conforme determinados postulados teóricos aceitos como válidos para outros Estados da federação brasileira no período. Nessas circunstâncias, embora a fundação de beneficentes e de sindicatos tivesse sofrido determinado declínio a partir dos anos 1920, defendemos a ideia de que a influência despertada pelo número das associações de socorro mútuo em relação aos sindicatos, e a institucionalização das necessidades das classes trabalhadoras por meio do mutualismo, possa explicar com segurança o fato de que, em 1929, um clube beneficente, fundado em 1911, mude a sua denominação, para atualizar a sua identidade institucional mutualista.

### **1. 3 Demandas Sociais Institucionalizadas: Os Benefícios Concedidos**

Desse universo de 59 mutualistas encontradas, e com fechamentos definidos, destacamos 52 sociedades. A partir dessa delimitação, elaboramos porcentagens concernentes aos benefícios concedidos por tais sociedades. Dessa forma, constatamos um primeiro perfil das sociedades de auxílios mútuos no Estado do Pará.

Essa tendência encontrada na relação entre sociedades mutualistas e sindicatos no Estado do Pará, no decurso de 1889 a 1930, pode ser interpretada com base na demanda de benefícios procurados pelos sócios e na oferta desses pelas beneficentes. A questão, que se

apresenta, é constatar quais benefícios eram os mais ofertados e, por meio dessa oferta, deduzir a importância atribuída a eles. A demanda por esses benefícios contribuiu, para a fundação de determinadas sociedades, e não de outras, sendo que também houve a oferta de benefícios semelhantes por sociedades, cujos fins eram, aparentemente, dissociados da mutualidade clássica.

A historiografia sobre o mutualismo tende a classificar os benefícios, segundo categorias, que agrupam determinados serviços de assistência. Por exemplo, Icaro Bittencourt (2011) menciona de passagem, em seu estudo sobre o mutualismo no Rio Grande do Sul, as categorias de ajuda médica, de farmácia, de auxílio judiciário, de enterros, de escola, de biblioteca e de lazer (BITTENCOURT, 2011, p. 111). Em sua pesquisa sobre o mutualismo em Alagoas, Osvaldo Maciel (2011) cita os benefícios mais comuns como assistência médica aos enfermos, auxílio para realização de funeral, pensão para herdeiros de sócios falecidos, cuidado com a instrução, exibição de espetáculos, organização de quermesses, festas e bailes dançantes (MACIEL, 2011, p. 50). Para o universo mutualista de São Paulo, Tania de Luca (1990) considera como os benefícios mais ofertados os relacionados ao cuidado com a saúde dos sócios; à garantia do sustento aos impossibilitados de trabalhar; ao zelo à família daqueles, que faleciam; à realização do funeral dos membros; à assistência jurídica aos sócios; ao auxílio para os sócios presos; à educação dos sócios e dos seus filhos; e, ao lazer. A partir desses benefícios, Tania de Luca (1990) resume um núcleo de benefícios constituído por assistência médica e farmacêutica, auxílios para doentes, velhos e inválidos, realização dos funerais e auxílio às viúvas (LUCA, 1990, p. 24, 32).

Em sua pesquisa sobre o mutualismo no Rio Grande do Sul, Adhemar da Silva Júnior (2004) desenvolveu uma reflexão mais sistemática sobre as categorias de benefícios concedidos pelas sociedades beneficentes. Desejamos deter-nos com mais vagar na sistematização proposta por Adhemar da Silva Júnior (2004) quanto aos benefícios estudados em sua pesquisa. Para o autor, a “Assistência à saúde” incluiria o pagamento na assistência de médicos, de dentistas, de parteiras, de cirurgia, de medicamentos, de equipamentos, de diárias por doença; bem como a construção de hospitais e a internação hospitalar. A “Assistência jurídica” envolveria o fornecimento de informações, o pagamento de advogados e de diárias por prisão. Os “Socorros pecuniários” abrangiam o pagamento de diárias; de pecúlios ou de pensões, em caso de morte; de doença incapacitante ou de pobreza; a concessão de empréstimos e de fianças. A “Assistência ao ensino” seria a manutenção de aulas ou de escolas; o pagamento em estabelecimentos de ensino; e, a constituição de bibliotecas. A

“Assistência em caso de morte” envolveria os enterros e os sufrágios. A “Assistência quanto a trabalho” abarcaria a intermediação e a assistência em caso de desemprego. A “Assistência em Mudança ou viagem” seria o pagamento relacionado a alterações nas possibilidades de colocação no mercado de trabalho ou à indicação médica (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 151-152).

A classificação das categorias de benefícios, elaborada em nossa pesquisa, se assemelha e se inspira na proposta de Adhemar da Silva Júnior (2004), no entanto se afasta em alguns pontos em relação à sua abordagem. Antes de iniciarmos nossa classificação, faz-se necessário apresentar nossa tese e especificar o conjunto de benefícios, com os quais passaremos a produzir uma reflexão sistemática mais circunstanciada. Defendemos a tese de que a procura por determinados benefícios produziu uma dinâmica particular de fundações de sociedades, com predominâncias específicas, com conversões institucionais, e com a oferta dos mesmos benefícios por sociedades de naturezas distintas, porém aproximadas por recorrências de matriz beneficente.

Desse modo, com o objetivo de classificar os benefícios, confeccionamos a tabela *Benefícios Ofertados*, definindo percentuais. Assim, para melhor apreciarmos a quantificação das porcentagens, que apontam um perfil, o qual influenciou a fundação de maior número de clubes beneficentes que de sindicatos, passamos a divulgar os dados elaborados, com base nos benefícios concedidos por 52 sociedades mutualistas, fundadas no Estado do Pará da Primeira República brasileira. Nessa lógica, descobrimos que estas associações de socorros mútuos ofereciam 43 espécies de benefícios, e estes constituem o perfil inicial dessas sociedades em sua extensão. A partir desses benefícios somos capazes de precisar quais eram os mais ofertados, e assim explorar mais adequadamente a sua topografia assistencial. A seguir apresentamos a tabela com a ilustração dos 43 benefícios concedidos pelas mutualistas.

**Tabela 03. Benefícios Ofertados.**

<b>Nº</b>	<b>Benefícios Ofertados pelas Mutualistas</b>
01	Albergue Noturno
02	Aquisição de Terrenos e Prédios
03	Assistência Farmacêutica
04	Assistência Jurídica
05	Assistência Médica
06	Auxílio aos Enfermos Distantes da Capital ou do Estado
07	Auxílio Financeiro aos Enfermos
08	Auxílio Financeiro aos Presos
09	Auxílio Financeiro para Impossibilitados de Trabalhar

10	Auxílio Financeiro por Acidente de Trabalho
11	Auxílio Funeral
12	Auxílio Luto
13	Auxílio para Família de Falecido
14	Auxílio Transporte aos Enfermos
15	Barraca para o Filho Mais Novo de Sócio Falecido
16	“Bem Estar” aos Sócios
17	Biblioteca
18	Caixa Beneficente para Doença, Invalidez e Morte
19	Cirurgias Médicas
20	Colocação no Mercado de Trabalho
21	Compra de Grinalda Fúnebre
22	Conferências, Comícios e Alistamentos Eleitorais
23	Culto Pátrio
24	Defesa de Terrenos em Litígio
25	Diárias Remuneradas
26	Empréstimos
27	Enfermaria para Tratamento
28	Escola
29	Esportes
30	Funeral
31	Internação Hospitalar
32	Lazer e Festas
33	Manter Sinagoga
34	Missa para Falecidos
35	Pecúlio por Morte
36	Pensão para Desempregados
37	Pensão por Doença
38	Pensão por Invalidez
39	Preparo de Montepio do Falecido à Família
40	Repatriação de Estrangeiros Enfermos
41	Representantes Políticos
42	“Socorro” nas Dificuldades
43	Tabelamento de Preços de Serviços

**Fonte:** Tabela elaborada por Adriano Craveiro de Oliveira, com base nos estatutos de 159 sociedades.

Com base nesta tabela, elaboramos 10 categorias de benefícios. São elas os benefícios relacionados à morte, à saúde, ao trabalho, à justiça, à instrução, à recreação e à cultura, aos bens e aos valores materiais, à política, à filantropia e às necessidades genéricas. A última categoria elencada foi classificada dessa maneira por não haver especificidade quanto aos benefícios concedidos. Desejamos explicitar melhor os núcleos desses benefícios e assim o faremos a partir deste momento.



Dessa maneira, os benefícios relacionados à morte são: funeral, auxílio funeral, pecúlio por morte, auxílio luto, auxílio para família de falecido, missa para falecidos, preparo de montepio do falecido à família, compra de grinalda fúnebre e barraca para o filho mais novo de sócio falecido; os benefícios relacionados à saúde são: assistência farmacêutica, assistência médica, auxílio financeiro aos enfermos, internação hospitalar, pensão por invalidez, auxílio transporte aos enfermos, auxílio aos enfermos distantes da capital ou do Estado, cirurgias médicas, pensão por doença, auxílio financeiro por acidente de trabalho, repatriação de estrangeiros enfermos e enfermarias, para tratamento; os benefícios relacionados ao trabalho são: colocação no mercado de trabalho, pensão para desempregados, auxílio financeiro para impossibilitados de trabalhar e tabelamento de preços de serviços; os benefícios relacionados à justiça são: assistência jurídica, auxílio financeiro aos presos e a defesa de terrenos em litígio; os benefícios relacionados à instrução são: escola e biblioteca; os benefícios relacionados à recreação e cultura são: lazer, festas, esportes, culto pátrio e manter sinagoga; os benefícios relacionados a bens e valores materiais são: empréstimos, aquisição de terrenos e prédios, diárias remuneradas, caixa beneficente para doença, invalidez e morte; os benefícios relacionados à política são: representantes políticos, conferências, comícios e alistamentos eleitorais; o benefício relacionado à filantropia: albergue noturno; os benefícios relacionados às necessidades genéricas são: “socorro” nas dificuldades e “bem estar” aos sócios. Desse modo, a tabela seguinte mostra os benefícios ofertados em termos percentuais pelas sociedades mutualistas.

**Tabela 04. Porcentagem de Benefícios.**

<b>Benefício Ofertado</b>	<b>(%)</b>
Funeral	65,3
Assistência Médica	59,6
Assistência Farmacêutica	57,6
Auxílio Financeiro aos Enfermos	57,6
Auxílio Funeral	34,6
Biblioteca	30,7
Internação Hospitalar	28,8
Pensão por Invalidez	26,9
Escola	25,0
Auxílio Transporte aos Enfermos	21,1
Assistência Jurídica	19,2
“Socorro” nas Dificuldades	19,2
Pecúlio por Morte	17,3
Auxílio aos Enfermos Distantes da Capital ou do Estado	15,3
Auxílio Luto	9,6
Auxílio para Família de Falecido	9,6

Lazer e Festas	9,6
Pensão por Doença	7,6
Auxílio Financeiro aos Presos	5,7
Cirurgias Médicas	5,7
Colocação no Mercado de Trabalho	5,7
Culto Pátrio	5,7
Empréstimos	5,7
Missa para Falecidos	5,7
Aquisição de Terrenos e Prédios	3,8
Auxílio Financeiro por Acidente de Trabalho	3,8
Diárias Remuneradas	3,8
Esportes	3,8
Pensão para Desempregados	3,8
Repatriação de Estrangeiros Enfermos	3,8
Albergue Noturno	1,9
Auxílio Financeiro para Impossibilitados de Trabalhar	1,9
Barraca para o Filho Mais Novo de Sócio Falecido	1,9
“Bem Estar” aos Sócios	1,9
Caixa Beneficente para Doença, Invalidez e Morte	1,9
Compra de Grinalda Fúnebre	1,9
Conferências, Comícios e Alistamentos Eleitorais	1,9
Defesa de Terrenos em Litígio	1,9
Enfermaria para Tratamento	1,9
Manter Sinagoga	1,9
Preparo de Montepio do Falecido à Família	1,9
Representantes Políticos	1,9
Tabelamento de Preços de Serviços	1,9

**Fonte:** Tabela elaborada por Adriano Craveiro de Oliveira, com base nos estatutos de 159 sociedades.

Com fundamento na tabela apresentada, constata-se que a maioria das mutualistas ofertava ao sócio os benefícios relacionados ao funeral e às doenças. Nesta toada, tanto a morte quanto a doença são incidentes capazes de causar dificuldades ao sócio enfermo e aos seus parentes, e/ou aos familiares de uma pessoa falecida, respectivamente. Diante desses riscos, a possibilidade de se precaver aderindo a uma sociedade mutualista despontava com um forte apelo entre as possíveis escolhas ante o infortúnio da doença ou da tragédia da morte. Em alguns casos, a adesão às sociedades de ajuda mútua podia ser a única possibilidade para indivíduos com limitado poder econômico.

Nesse contexto, o *Clube Beneficente dos Maquinistas do Pará* anuncia, por meio de uma nota sucinta no jornal *Folha do Norte*, que, no mês de março de 1910, concedeu “beneficência” aos sócios Candido Barbosa Lima, Gualdino da Silva Ribeiro e Alexandre Floriano Corrêa. A expressão genérica “beneficência” nos deixa no limbo quanto a quais

benefícios foram concedidos a esses sócios. Entretanto, a mesma nota informa que o sócio Raymundo Dias Pennafort recebeu alta do hospital, no qual se achava internado por motivo de doença, e que o sócio remido José Maria Ramalho havia falecido.<sup>4</sup>

Essa nota permite aferir o grau de importância conferido a determinados benefícios, e a menor atenção dirigida a outros mencionados apenas como “beneficência”. Nota-se, dessa maneira, que os benefícios concedidos a três sócios não receberam nomenclatura particular, enquanto que os benefícios relacionados à doença e ao funeral de dois outros sócios foram especificados. Nessa concepção, a correlação entre benefícios nominados e benefícios escamoteados, sob o termo “beneficência”, indica, com segurança, o maior grau de importância facultado aos primeiros. Neste liame, percebe-se que a nota pública desse diário de notícias comprova, na experiência, o que a tabela de *Porcentagens de Benefícios* postula em números, com relação aos benefícios concedidos pelas mutualistas, referentes ao funeral e às doenças dos sócios.

A importância atribuída aos benefícios relacionados à morte, por exemplo, poderia, inclusive, causar polêmica na sociedade da época. Numa nota em periódico de grande circulação na cidade de Belém do Pará, a *Sociedade Beneficente A Auxiliadora Paraense*, por meio de suposto sócio, pretendeu afastar uma acusação de fraude lançada contra esta sociedade mutualista. A reprodução integral da nota se recomenda por seu conteúdo:

#### Auxiliadora Paraense

Informado de que esta sociedade não responderia ao anonymato (sic) publicado hontem neste jornal, venho na qualidade de socio da mesma, desfazer a duvida de quem o escreveu. A Auxiliadora Paraense continúa a ter sua séde à rua 15 de Novembro, 68, 1º andar, onde dá o seu expediente das 8 horas da manhã às 5 da tarde e está aparelhada para pagar a somma assegurada pelos seus estatutos á família, herdeiros ou legatarios do socio que fallecer. Não faz fusão com sociedade alguma e se duvida póde existir sobre os seus fins, a prova só póde ser tirada com a morte de um associado.

É o caso, pois, de dizer: – quem duvidar que se faça socio, pague 50\$000 para tal, suicide-se depois, (os estatutos não excluem os suicidios), e verá se léga ou não aos seus herdeiros, a somma minima de 2:000\$000 ou maxima de 10:000\$000, segundo a letra dos estatutos em vigor.

Faça o anonymo a esperiencia (sic) e tera prestado á sociedade um favor, offerecendo-lhe oportunidade para positivo reclame.

Pará, 7 de abril de 1910. – Francellino Gomes da Silva, socio n. 240.<sup>5</sup>

A citada nota insólita nos fornece alguns dados sobre a sociedade beneficente *A Auxiliadora Paraense*. A sede da associação era localizada na Rua 15 de Novembro, no

<sup>4</sup> “Echos e noticias”. Belém, *Folha do Norte*, 1 de abril de 1910, p. 2.

<sup>5</sup> “Auxiliadora Paraense”. Belém, *Folha do Norte*, 8 de abril de 1910, p. 3.

Bairro da Campina, em Belém do Pará, sendo que a localização exata da sociedade não é discernível no seu estatuto social de 1914, pois o seu primeiro artigo, de um total de 15 artigos, informa apenas que “Fica organizada uma sociedade beneficente sob a denominação “A Auxiliadora Paraense” com sede n’esta cidade de Belém do Pará, que reger-se-á pelos presentes estatutos”.<sup>6</sup> Por meio da nota podemos ainda saber o horário de expediente da mutualista, assim como temos uma ideia do cálculo envolvido na concessão do pecúlio por morte, pela sociedade, aos familiares e aos indivíduos indicados pelos sócios; e, sobretudo, a afirmação do suposto sócio, quanto ao fato de a sociedade não fazer fusão com sociedade alguma, informa-nos a respeito da preocupação fiscal da mutualista, pois a separação de fundos financeiros dificultava os desvios de verbas, e demonstrava o zelo das entidades com a sua imagem institucional.

O elemento motivador da nota foi a insinuação de fraude na sociedade. Embora não tenhamos localizado no periódico a acusação imputada à beneficente, a situação gerada nos permitiu apurar questões relacionadas à sua rotina administrativa, à demarcação de espaços morais relativos à honra da instituição e ao grau de polemização existente em torno de benefícios relacionados com a assistência em caso de morte, ao ponto de ocorrer, por parte de um sócio indignado, a prescrição da experiência absurda do suicídio ao caluniador, para a comprovação da idoneidade da sociedade mutualista, perante a hipotética, e descabida, morte deste.

Como explicitou Georges Duby (1993), a ressonância dos fatos revela as latências das profundezas do não dito, fazendo emergir junto com as palavras liberadas os vestígios, que poderiam ficar despercebidos não fosse a irrupção dos acontecimentos (DUBY, 1993, p. 10-11). Esse autor menciona um processo de leitura dos acontecimentos, que se coaduna aos propósitos perseguidos nesta pesquisa, isto é, o registro de uma cultura permeada nas práticas sociais. Seguindo os procedimentos desse autor, é preciso tomar partido do acontecimento e realizar uma leitura determinada dos seus fatos.

Objetivamos em nossa pesquisa realizar uma junção entre a perspectiva, a qual se apropria do acontecimento e a perspectiva, que se utiliza da quantificação sistemática. A elaboração dessa relação visa construir uma anatomia teórica e metodológica, cuja manifestação concretize a história a que nos propomos, qual seja, a articulação da

---

<sup>6</sup> Sociedade Beneficente A Auxiliadora Paraense – Estatuto de 1914. *Centro de Memória da Amazônia*. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

sistematicidade generalizável dos dados com a particularização dos fatos narráveis, num conjunto explicativo e interpretativo provido de historicidade.

#### **1. 4 Sociedades Mutualistas, Sindicatos Operários e Movimentos Sociais**

A dinâmica existente entre mutualistas e sindicatos ganha sentido no interior da institucionalização das necessidades dos sócios por tais sociedades. Supomos que a compreensão de umas e de outras se deva realizar na comparação da experiência do socorro mútuo. Esse procedimento permite devassar a questão da preferência do associado, e como essa preferência agenciava a formação de sociedades, com determinados perfis em detrimento de outros.

Uma questão suscitada se relaciona com a formação do movimento operário no Estado do Pará da Primeira República. Aparentemente, as sociedades voluntárias se apresentam ao movimento operário com uma imagem, às vezes, incerta quanto à resistência operária, porém nunca como efetivamente organizadoras da classe trabalhadora. Defendemos a tese segundo a qual as beneficentes ajudaram a organizar o movimento operário no Estado, e que houve uma responsabilidade compartilhada entre elas e os sindicatos no período das grandes mobilizações. A leitura dos jornais da época nos induz a pensar que os promotores das mobilizações eram apenas os sindicatos, mas na verdade a denominação de sindicato era atribuída pela imprensa a quaisquer sociedades, que promovessem a organização do operariado, e entre essas estavam as sociedades mutualistas.

A leitura dos jornais pode produzir confusão no leitor menos familiarizado com as sociedades e suas fontes, porém esse risco de incompreensão nos beneficia quanto a uma questão de ordem. As sociedades de auxílios mútuos, quando noticiadas como se fossem sindicatos, estavam apenas exercendo a função de organizadoras do movimento operário no Estado. Neste âmbito, as mutualistas assumiam um papel, que no imaginário acadêmico e no senso comum, era consagrado aos sindicatos. Pretendemos com nosso trabalho de pesquisa indicar que não havia esse papel a ser desempenhado por esta ou aquela sociedade, mas que elas formavam uma cultura associativa intercambiável, cuja função exclusiva de organização e de defesa operária, exigida por determinada sociedade de natureza particular, representava antes a luta por hegemonia simbólica na organização do operariado entre as distintas sociedades do que a realidade histórica necessariamente vivida no movimento operário.

Ao constataremos a prevalência numérica de sociedades mutualistas sobre os sindicatos, defendemos a tese de que as atribuições sociais e culturais eram compartilhadas entre essas entidades mutualistas e sindicais, organizadoras do movimento operário no Estado. Nesse aspecto, podemos apreciar uma tabela com a fundação de sociedades a cada ano desde 1840 a 1929. A tabela mostra apenas as fundações possíveis de se apurar a partir do material coletado, na forma dos estatutos e dos extratos dos estatutos de sociedades voluntárias e de sociedades de resistência. Nossa intenção está afeta à construção de um mapa temporal dessas fundações, bem como relacioná-las com as agitações sociais e operárias no Estado do Pará, em determinados períodos da sua história.

**Tabela 05. Datas de Fundação de Sociedades.**

<b>Nº</b>	<b>Sociedade</b>	<b>Data de Fundação</b>
01	Sociedade Beneficente Shaar Hassamaim	1840
02	Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense	26/06/1867
03	Clube Beneficente dos Maquinistas do Pará	01/01/1888
04	Associação Dramática, Recreativa e Beneficente	06/1891
05	Clube Naval do Grão-Pará	11/06/1891
06	Sociedade Beneficente Vinte de Março	20/03/1904
07	Sociedade Mútua Operária do Arsenal de Marinha	29/06/1895
08	Real Associação de Socorros Mútuos Dom Vasco da Gama	20/05/1898
09	Associação dos Empregados no Comércio do Pará	14/07/1905
10	Sociedade Beneficente União de Monte Alegre	15/07/1905
11	Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Pará	26/07/1905
12	Associação Beneficente de Práticos da Amazônia	06/08/1905
13	Sociedade Beneficente União dos Funileiros do Pará	03/09/1905
14	Centro Galaico	16/05/1907
15	Sociedade Beneficente Jurenense	02/06/1907
16	Associação dos Oficiais Aduaneiros do Pará	09/06/1908
17	Sociedade Fênix Caixeiral Paraense	08/11/1908
18	Liga Operária	01/05/1910
19	Associação da Imprensa do Pará	02/07/1911
20	Sociedade União Protetora dos Estivadores	09/07/1911
21	Associação Beneficente dos Leiteiros do Pará	16/11/1911
22	Sociedade Italiana de Beneficência	12/04/1912
23	Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric	30/01/1913
24	União dos Manipuladores de Pão	13/04/1913
25	União dos Operários Sapateiros	20/04/1913
26	Sociedade União Beneficente dos Chauffeurs	30/05/1913
27	Sociedade União Sindicato dos Estivadores do Pará	02/02/1914
28	Sociedade Beneficente São João Batista	20/03/1914
29	Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará	10/07/1914
30	Sociedade Beneficente A Auxiliadora Paraense	13/11/1914
31	Centro Musical Paraense	09/05/1915
32	Associação Beneficente dos Mestres e Marinheiros da Amazônia	06/01/1916
33	Sociedade Beneficente dos Empregados Marítimos da	23/01/1916

	Alfândega do Pará	
34	Sociedade Beneficente União dos Açougueiros do Pará	26/02/1916
35	Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres	30/07/1916
36	Associação Beneficente dos Pescadores no Pará	01/01/1917
37	Sociedade Beneficente São José de Quelúz	17/01/1917
38	Sociedade União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará-Electric	30/01/1917
39	Sociedade Beneficente União dos Cigarreiros do Pará	24/02/1917
40	Sociedade Internacional de Beneficência	18/03/1917
41	Sociedade Beneficente Ferroviária do Pará	02/04/1917
42	Cooperativa Tipográfica	08/04/1917
43	Clube Militar do Pará	17/06/1917
44	Centro dos Despachantes Gerais da Alfândega do Pará	03/07/1917
45	Clube Militar da Guarda Nacional do Pará	17/07/1917
46	Associação Cívica e Beneficente dos Empregados do Serviço Sanitário do Estado	19/08/1917
47	Sociedade Beneficente União dos Empregados da Câmara no Pará	08/09/1917
48	Sociedade Beneficente Minageis	17/02/1918
49	Sindicato dos Caldeireiros de Ferro do Pará	15/08/1918
50	Liga da Liberdade	03/09/1918
51	Clube Comercial	23/12/1918
52	União dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas	01/01/1919
53	Caixa de Socorros dos Caldeireiros de Ferro do Pará	23/02/1919
54	União Italiana de Instrução e Mútuo Socorro	21/04/1919
55	União Beneficente São João Batista	21/07/1920
56	Liga dos Despachantes Gerais da Recebedoria	18/08/1920
57	Sociedade Beneficente dos Talhadores de Peixe do Pará	24/02/1921
58	Sociedade Beneficente Coração de Jesus	24/07/1921
59	Associação dos Guardas Aduaneiros do Pará	03/12/1922
60	Centro Beneficente Esportivo Maguari	25/03/1923
61	Sociedade Oficina Operária Beneficente São José	01/06/1923
62	Aliança Operária Beneficente Freitas Dias	10/04/1924
63	Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte	28/09/1924
64	Associação Beneficente Postal do Pará	01/01/1925
65	União Beneficente dos Empregados de Farda dos Correios do Pará	25/11/1925
66	Associação da Praticagem da Barra do Pará	29/12/1925
67	Centro Internacional dos Motoristas do Pará	04/08/1927
68	Sociedade Beneficente União e Firmeza	15/01/1928
69	Sociedade Beneficente dos Empregados da The Western Telegraph Company em Belém do Pará	29/01/1928
70	Sociedade Beneficente Paz e Harmonia	29/04/1928
71	Sociedade Mútua dos Funcionários do Fisco Municipal	25/08/1928
72	Grêmio dos Maquinistas da Amazônia	11/09/1928
73	União Beneficente dos Taifeiros	12/02/1929
74	União Beneficente São José	27/07/1929

**Fonte:** Tabela elaborada por Adriano Craveiro de Oliveira, com base nos estatutos de 159 sociedades.

Os momentos de agitação social e operária, que selecionamos, cobrem 3 períodos da história social do Estado. Os anos de 1907-1908, de 1913-1914 e de 1917-1919 são períodos de profunda contestação da ordem social no Pará da Primeira República. Verificamos que nesses anos, e nos anos imediatamente anteriores a esses, houve maior número de fundações de sociedades, ligadas aos trabalhadores, tanto na forma de sociedades de ajuda mútua quanto na de sindicatos. Portanto, podemos relacionar a fundação de sociedades com a agitação operária no período da Primeira República, durante a década de 1910 no Estado do Pará. Neste ponto de vista, teríamos que considerar também a mobilização de sociedades fundadas nos períodos de menor efervescência social, que sendo capazes de mobilização classista, solidarizavam-se ou estavam diretamente envolvidas em manifestações coletivas, e em greves organizadas por mutualistas classistas e sindicatos operários.

Como salientou Claudio H. M. Batalha (2008), o número de associações fundadas era mais visível nos momentos de crescimento e de fortalecimento do movimento operário, devido a condições econômicas favoráveis a mais possibilidades de negociação, e a maiores chances de êxito nas reivindicações grevistas. O autor aponta as mobilizações ocorridas em várias cidades brasileiras, como as greves de 1902-1903, de 1906-1907, de 1917-1919 e o movimento contra a carestia de vida de 1913, que envolveram mais indivíduos do que o número restrito de trabalhadores das sociedades operárias, como os processos nos quais a classe operária se manifestou como realidade histórica, pois nesses momentos “os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais e corporativos” (BATALHA, 2008, p. 172-173).

A esse respeito, a imprensa periódica da época no Estado do Pará tem muito a nos informar. As manifestações, os motins e as greves aconteciam com razoável frequência, e, por vezes, os conflitos de classe se cruzavam com a agenda política do Estado (esses fenômenos serão mais bem analisados nos capítulos II e III da presente Dissertação). Um momento destacável desse cruzamento nas agendas de classe e da política aconteceu em 1912 quando, após uma manifestação das classes na cidade de Belém do Pará, houve conflito aberto e violento dos manifestantes com as forças políticas do intendente municipal Antonio Lemos.<sup>7</sup> Esse encontro do social com o político foi um evento do qual o intendente Lemos não escapou ileso, sendo o elemento deflagrador de sua deposição do poder, e do seu exílio no Estado do Rio de Janeiro, onde morreria um ano depois.

---

<sup>7</sup> “Os terríveis acontecimentos de ontem”. Belém, *Folha do Norte*, 30 de agosto de 1912, p. 1-2.



Nos anos de 1907 a 1911, um pouco antes de ser deposto e exilado, o intendente Antonio Lemos enfrentou a intensa mobilização dos trabalhadores portugueses em Belém do Pará. A oposição dos trabalhadores lusos decorria do código de posturas municipal, o qual cerceava o serviço dos carroceiros e demais trabalhadores, que exerciam seus ofícios nas ruas da cidade, e da concessão municipal para a *Empresa Americana de Veículos*, cujo monopólio do comércio ambulante prejudicaria os hoteleiros em seus meios de trabalho, sendo a maioria desses trabalhadores constituída por imigrantes portugueses (FONTES, 2002, p. 217-229).

Os jornais também nos indicam a existência de instituições operárias, as quais não foram possíveis datar com precisão as suas fundações. Como por exemplo, a *União Geral dos Trabalhadores do Pará*, sem fundação determinável, mas que hegemonizou a mobilização operária no Estado nos anos de 1914 a 1918. A *União Geral* sequer possuía os estatutos de sua organização, no entanto detinha imenso poder de organização operária, sob o comando dos sindicalistas revolucionários Antonio Carvalho e Gentil da Cunha. Nessa época foi possível organizar a primeira greve geral no Estado do Pará, durante a Primeira República brasileira (FONTES, 2002, p. 246-280; OLIVEIRA, 2013, p. 50-119).

Em que pese o poder mobilizador das entidades sindicais, a fisionomia associativa do Estado do Pará, no decorrer da Primeira República brasileira, foi marcada pela presença majoritária das sociedades mutualistas. Conforme nossa pesquisa, a existência de sindicatos foi numericamente menor, e seria bem dificultoso compreender a classe operária e o movimento operário sem a consideração do fenômeno mutualista em Belém do Pará.

As fontes estatutárias descrevem uma evolução peculiar das fundações de sociedades no Estado, sendo que no período de 1867 a 1909 não houvera fundação de sindicatos, de acordo com o material reunido na pesquisa. Nestas circunstâncias, o primeiro sindicato foi fundado em 1910 e se chamava *Liga Operaria*. Esse sindicato era pluriprofissional, e este fato indica uma não individualização das necessidades profissionais, segundo um ramo de trabalho específico, nos primórdios da organização sindical no Pará da Primeira República. Nesse ponto, as sociedades beneficentes, por seu turno, parecem visibilizar com maior segurança uma identidade de ofício na época em questão.

No lapso temporal em análise, temos a hegemonia numérica das associações de socorro mútuo como regra e característica permanente em todo o período. Dentre as beneficentes fundadas nesse intervalo, a *Beneficente dos Funileiros* foi a única, que se transformou em sindicato, e isso apenas em 1913. No conjunto dos estatutos desta mutualista,

especialmente no estatuto de 1909, já era existente uma clara preocupação classista. Sustenta-se, assim, que os clubes beneficentes foram as instituições individualizadoras dos trabalhadores, como classe, ao passo que, paradoxalmente, construíram uma cultura de classe passível de coletivização identitária, em momentos de crise aguda na história da classe trabalhadora no Pará.

Se analisarmos em extensão a tabela de *Datas de Fundação de Sociedades*, constataremos que, de 1840 a 1929, houve movimentação marcante de fundação de sindicatos apenas no espectro temporal de 1910 a 1928, logo o fenômeno sindical se encontra margeado e inundado internamente pela presença das instituições beneficentes, sendo que podemos contabilizar a fundação de 11 sindicatos, nesse período em destaque, no interior da cronologia geral das fundações de sociedades no Pará. Dito isso, temos que no período de 1840 a 1909, e de 1929 a 1930 não ocorreu fundação de sindicatos no Estado. Portanto, a moldura da formação da classe operária no Pará da Primeira República é mutualista em sua estrutura geral, e entremeada, escassamente, com a aparição esparsa de sociedades sindicais no período.

Essa característica do mundo associativo regional do Estado do Pará impõe-nos questões relevantes quanto à organização operária no meio urbano, e questiona, de certo modo, leituras baseadas em outros contextos. Podemos concluir que a situação específica desse Estado da federação brasileira nos obriga a pensar para além do que foi convencionado nos estudos mais consolidados sobre a formação da classe operária no Brasil, de uma maneira geral.

Percebemos que a constituição da classe operária no Brasil foi vista de maneira imprecisa quando dirigimos nossa visão para as sociedades, que estariam em sua gênese, e buscamos um matiz beneficente nelas. Em estudo monográfico a respeito do tema, Benito Bisso Schmidt (2002) apresenta como entidade classista, presente no processo de organização da classe trabalhadora no Estado do Rio Grande Sul, a *Sociedade Tipográfica*, que, de acordo com ele, estaria próxima das corporações de ofício, e teria contribuído para criar os alicerces das futuras sociedades de resistência. Nessa pesquisa, há citação literal de excerto de fonte histórica, cujo conteúdo informa a existência de serviço beneficente nesta sociedade. No entanto, o pesquisador não atribuiu a identidade beneficente a esta entidade classista, preferindo vinculá-la historicamente às antigas corporações de ofício em declínio e aos sindicatos emergentes (SCHMIDT, 2002, p. 85-89).

Não logramos o acesso aos estatutos completos da *Sociedade Tipográfica*, porém a leitura dessa pesquisa sobre a classe trabalhadora no Rio Grande do Sul permitiu vislumbrar a existência de três tendências associativas nesta sociedade, isto é, as influências da corporação de ofício, da sociedade beneficente e do sindicato. Outros elementos que se destacam no estudo de Benito Schmidt (2002, p. 94-96) são a socialização entre líderes do socialismo e do movimento operário, ocorrida nos espaços privados de convivência, bem como a presença desses formadores do movimento operário em sociedades mutualistas e recreativas, acontecendo que um mesmo indivíduo ocupasse cargos em mais de uma sociedade, no decorrer de sua trajetória como pessoa pública.

Somada a esse aspecto, outra questão que chama a atenção é a ligação entre classe e mutualismo. Assim, ao perfilar as mutualistas, os sindicatos, as mobilizações civis, os motins, as greves, a classe operária e o movimento operário, estamos evidenciando a relação de solidariedade formada pelas instituições sociais organizadas, e indicando a classe trabalhadora como o seu denominador comum. Em consonância a isto, foi sintomático o reconhecimento de Tania de Luca (1990) do fato de que as sociedades voluntárias abertas, as étnicas, as de bairros, as de empresas, as de categorias profissionais e as de órgãos públicos, tivessem como base os assalariados urbanos (LUCA, 1990, p. 161). Em artigo sobre o mutualismo, Adhemar da Silva Júnior (2005) se defrontou com o problema da descrição dos clubes beneficentes com fechamento étnico, todavia a presença das mutualistas classistas (estas eram maioria em relação às mutualistas étnicas) e das beneficentes etno-classistas foi incontornável para o autor. A certa altura de seu estudo, o pesquisador assume que a preferência para as fundações de sociedades mutualistas classistas em detrimento das sociedades mutualistas étnicas acompanha o processo de industrialização, e o surgimento de uma população, com capacidade de poupança, sendo que do século XIX ao XX a preferência pela fundação de mutualistas profissionais cresceu ao longo do tempo “possivelmente um crescimento decorrente da urbanização, da industrialização, da “identidade” de classe, etc” (SILVA JÚNIOR, 2005, p. 132). Nesta pesquisa de Adhemar da Silva Júnior, a questão da identidade de classe foi retomada como categoria explicativa, para a fundação das mutualistas classistas. Portanto, ambos os autores, ainda que não articulem suas questões principais em torno dos trabalhadores e da sua identidade de classe, permitem com suas pesquisas uma compreensão parcialmente classista do fenômeno mutualista, deixando entrever a presença estruturante das relações entre classe e capitalismo.

Em suma, este capítulo buscou confeccionar o perfil das sociedades mutualistas no Estado do Pará. Neste sentido, a sua construção foi também o registro da formação da classe operária na região. Se por um lado, nosso objetivo esteve ligado ao descortinar do significado histórico do mutualismo e a sua ligação com a cultura associativa da época, especialmente com os sindicatos, assim como a quantificação dos dados das sociedades voluntárias: a quantidade de mutualistas e a sua composição por setores profissionais; a configuração percentual dos benefícios concedidos e a sua distribuição por categorias. Por outro lado, almejamos neste capítulo revelar a relação necessária entre as fundações das mutualistas, em maior medida, e dos sindicatos, em menor proporção, para a formação da classe operária no Pará da Primeira República.

## CAPÍTULO II

### **2 AS REBELIÕES, AS GREVES E AS INSTITUIÇÕES NA PERSPECTIVA DA CULTURA**

Este capítulo anuncia a intenção investigativa de registrar os elementos culturais presentes na história do povo e dos trabalhadores do Estado do Pará da Primeira República do Brasil. Desse modo, as histórias miúdas, porventura narradas no limite do detalhe, alinham-se numa direção, a qual aspira a uma interpretação da cultura dos agentes investigados. Nessa toada de intento, o tom assumido, particularmente neste capítulo, é o ensaístico, pois esboça uma série de interpretações, que agrupadas e circunscritas ao derredor do conceito de cultura, pretende a uma estrita totalidade explicativa, sem, no entanto, tomar-se do rigor de se impor, de imediato, a argumentação duma tese a ser aceita cabalmente.

Nesta concepção, a narração e a interpretação anunciadas são como os instrumentos, para juntar as peças do objeto da cultura operária. Se ao final dessa juntada, a obra instituída não convencer por sua sofisticação intelectual, deve, ao menos, comunicar os fios interpretáveis da sua intenção, por isso, é, com oportunidade, que indicamos o nosso compromisso com estes últimos. Em suma, buscamos os fios da interpretação da cultura de um período da história do Estado do Pará e, para isso, passamos a indicar os passos e os possíveis caminhos dentro da metáfora maior das culturas popular e operária da Primeira República brasileira.

#### **2.1 A Greve dos Foguistas da *Companhia Amazonas* e As Táticas da Ação Direta**

A década final do século XIX, e os primeiros anos do século XX, durante a Primeira República brasileira, presenciaram o surgimento de uma forma de associação de novo tipo: o assim chamado sindicato operário. Esse tipo de associação foi criado no sentido da “ação econômica”, pois enfrentava questões como a jornada de trabalho e as condições de serviço, os salários, a forma de pagamento, entre outras. Essas novas organizações surgiram com as denominações as mais variadas, podendo ser chamadas de associação, de centro, de grêmio,

de liga, de união e de sindicato. Consoante isto, os sindicatos podiam receber a qualificação “de resistência”, para acentuar a distinção entre eles e as sociedades mutualistas, consideradas “beneficentes”. No entanto, essa distinção não se fazia muito clara, sendo uma diferenciação mais nominalista do que prática, uma vez que diversas sociedades “de resistência” continuaram a prestar alguns dos auxílios facultados pelas sociedades mutualistas (BATALHA, 2000, p. 15-16).

Dessa forma, existiram, fundamentalmente, três tipos de sindicatos, ou sociedades de resistência, durante a Primeira República no Brasil: as associações pluriprofissionais, que reuniam operários de diferentes ofícios, e de diferentes ramos industriais; as sociedades por ofício, as quais reuniam unicamente operários de determinado ofício e, mais raramente, de alguns ofícios similares; e, por último, os sindicatos de indústria ou por ramo de atividade. Havia, ainda, os casos de sindicatos de empresa, reunindo exclusivamente trabalhadores de uma empresa específica, mesmo que pertencentes a diferentes ofícios (BATALHA, 2000, p. 16).

Depois da classificação dos tipos de sindicato proporcionada por Claudio H. M. Batalha (2000), necessitamos lidar com a questão da mobilização operária. Antes, porém, é necessário pontuarmos a ausência daquelas instituições de resistência articuladoras dos trabalhadores, uma vez que os movimentos reivindicatórios, de alguma forma, precederam à organização operária por meio dos sindicatos ou das associações profissionais. Desse jeito, cabe-nos, diante disso, saber o que faziam e como faziam os trabalhadores, para obterem o que reivindicavam, e se suas lutas tinham os resultados esperados por eles. Em essência, procurar-se-á entender como os trabalhadores agiam sem um órgão diretivo, capaz de articular a sua experiência e a sua cultura operária em torno dos objetivos de classe. Para ilustrar, contextualizaremos historicamente e, depois, especificaremos o primeiro quadro da ação operária na Primeira República no Pará.

Em referência à formação dos sindicatos portuários nacionais em fins do século XIX e meados do XX, Eric Hobsbawm (1981) havia alertado para a força e o poder de mobilização dos trabalhadores dos portos, enfatizando, entretanto, a dificuldade de organização das sociedades de resistência em termos de um lento surgimento, assim como devido à multiplicidade de ocupações profissionais existentes no trabalho do porto, o que permitia a possibilidade de que qualquer dos muitos ramos trabalhistas deste segmento originasse um sindicato portuário, ou que agisse no espaço do porto. Nesse panorama, para o autor, as

sociedades sindicais surgiam em circunstâncias de grande mobilização operária sem um núcleo trabalhista preferencial, para originar a resistência institucional (HOBSBAWM, 1981, p. 209-210).

Nesse sentido, tencionamos compreender as ações dos foguistas da *Companhia Amazonas* a partir de uma greve de 1892, ou seja, antes do surgimento de um sindicato ou associação, os quais fossem capazes de organizá-los em seus movimentos de reivindicação, pois a associação dos foguistas no Estado do Pará seria fundada apenas 13 anos depois desta greve, isto é, no ano de 1905, sendo denominada *Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Pará*, ou ainda o sindicato dos estivadores, que foi fundado somente em 1914, e que poderia filia-los, chamando-se *Sociedade União Sindicato dos Estivadores do Pará*. Nessas circunstâncias, interessa saber o que forneceu os elementos, para a coesão dos trabalhadores, e uma de nossas teses é a de que existiu um elemento da cultura operária incipiente, capaz de criar uma identidade de ofício profissional, a qual embasou a ação coletiva destes trabalhadores.

A seguir, principiamos a relatar e a descrever os eventos ocorridos durante a greve dos foguistas, desejando aliar análise, explicação e interpretação na formulação de um contexto pertinente do ponto de vista social, cultural e histórico.

Por conta de um conflito entre os empregados com postos de mando na empresa de navegação *Companhia Amazonas* e os trabalhadores grevistas, a polícia foi chamada, para resolvê-lo. Consoante à gravidade da ocorrência, o 1º prefeito de polícia logo apareceu e ao ouvir os dois lados, declarou que apenas a polícia tinha o dever de tomar providências, para que a “ordem pública” não fosse alterada. Depois dessa admoestação do prefeito, um reforço do corpo de infantaria e de algumas praças do esquadrão de cavalaria foi destacado para o local da confusão. Assim, o gerente da companhia informou àquela autoridade que os grevistas haviam supostamente agredido um dos comandantes da *Companhia Amazonas*: o engenheiro C. Fox. Ouvindo os grevistas, estes disseram ao prefeito de polícia que, quando estavam a bordo do vapor *Rio Branco*, foram ameaçados com um revólver por aquele comandante. Diante desse grave relato dos trabalhadores, o prefeito de polícia aconselhou-os a se retirarem, dizendo-lhes que “mais tarde havia de valer-lhes o seu direito”. Além disso, um dos motivos da dissensão era que a própria companhia teria feito promessa anteriormente

de elevar-lhes os salários reclamados, contudo, não satisfazia o objeto do seu compromisso com eles.<sup>8</sup>

Pode-se perceber que o conflito entre os grevistas e a companhia fermentava há algum tempo, e que o seu surgimento não foi regido pelo acaso das circunstâncias, mas tinha suas raízes ligadas a um compromisso firmado, no entanto, desconsiderado pela companhia. O que se tem em questão com este e com outros conflitos é o confronto entre estratégias e táticas. Em suma: estratégias da companhia; e, táticas dos foguistas trabalhadores.

Conheça-se o motivo deste conflito entre os foguistas em greve e o engenheiro Sr. Fox. Aos fatos, a greve, a qual começara no dia 23 de janeiro daquele ano de 1892, mobilizou mais de 400 foguistas, sendo que apenas dois foguistas não aderiram. Estes dois estavam a bordo do vapor *Tucunaré*, aos quais a gerência da *Companhia Amazonas* determinou o ordenado diário de 3\$000 réis, durante o tempo em que persistisse aquela greve. Os grevistas dispunham de 4 montarias, que eram embarcações velozes, pelas quais rondavam o litoral da cidade de Belém do Pará, com o fim de impedir que algum dos foguistas, que aderiram à greve, se prestasse a embarcar em qualquer vapor pelo “exiguo salario de 60\$000 réis mensaes”. A escassez de tripulação para os vapores tentava os seus comandantes, e o gerente da companhia, a colocar em prática certos expedientes, para a continuidade da navegação das suas embarcações. Como no caso do vapor *Acará*, o qual ficou impedido de sair do porto de Belém todo o dia 26 de janeiro, mas que, na tarde do dia 27, o comandante daquela embarcação fez embarcar a bordo “dous rapazotes inhabilitados para o serviço, como foguistas”, e a pusera em navegação rumo a um lugar da região chamado Santa Julia. Os dois foguistas improvisados, desconhecedores do trabalho ao qual se sujeitaram, ao chegarem com a embarcação nas proximidades da Ilha de Cotijuba não tiveram mais capacidade para levá-la adiante, motivo pelo qual ela ficara naquele lugar à espera para ser resgatada e retornada ao porto. Este fato se constituía em uma infração às regras da navegação local e foi levado ao conhecimento do capitão do Porto.<sup>9</sup>

O problema da falta de tripulação afligia a todos os navios, e para resolver essa dificuldade a qualquer custo, o engenheiro Sr. Fox da *Companhia Amazonas* se dispôs a embarcar secretamente a bordo dos vapores os foguistas, que persuadissem a aceitar as suas propostas de pagamento, numa visível intenção de fugir às reivindicações dos foguistas

---

<sup>8</sup> “Gréve”. Belém, *Diario de Noticias*, 28 de janeiro de 1892, p. 2.

<sup>9</sup> “Gréve dos foguistas”. Belém, *O Democrata*, 28 de janeiro de 1892, p. 1-2.



grevistas. Sabedores dessa artimanha do engenheiro Fox, uma comissão de foguistas foi procurá-lo a bordo do vapor *Rio Branco*. No entanto, o engenheiro recebeu aquela comissão com uma arma em punho, ameaçando dispará-la contra os grevistas desarmados. Até este momento tudo se passava aos olhos da companhia como se a situação estivesse em relativa normalidade, embora sofrendo as consequências da greve. Mas, quando as montarias dos grevistas, ao fazer a ronda litorânea às 14 horas da tarde, encontraram o engenheiro Fox tentando transportar, dissimuladamente, em uma catraia um foguista para bordo do vapor *Dom Pedro*, e os grevistas rebocaram-na com os passageiros para a terra, as coisas mudaram rapidamente. Por causa da intervenção dos foguistas neste artifício do engenheiro, a companhia pediu providências à polícia, para que enviasse àquele local uma força de infantaria, para “conter os foguistas que tentavam assassinar o sr. Fox”. Os 1º e 2º prefeitos de polícia compareceram imediatamente ao lugar, mas, acostumados e expostos de longa data às estratégias veladas das companhias de navegação, logo perceberam a falsidade da denúncia, e fizeram retirar a força de polícia destacada.<sup>10</sup>

O caso do vapor, que embarcou como tripulação dois rapazes inabilitados, para as funções de foguista, e a impossibilidade deles de levar adiante a embarcação, ajuda a compreender a cultura operária, a qual unia os foguistas da companhia no momento de greve, pois esses trabalhadores possuíam uma consciência de ofício, com base em divisões verticais e não horizontais (THOMPSON, 1998, p. 28).

Na flagrante oposição de interesses entre a companhia, a qual personificava o que podemos definir como um sujeito não somente de querer, mas também de poder, e os trabalhadores, que se encontravam implicados numa ordem de relações geridas pela companhia, com uma exterioridade estratégica, a qual se formava a partir de um lugar circunscrito como algo próprio, e sobre o qual essas relações eram estrategicamente administradas, a questão das estratégias e das táticas mostra-se como uma forma de compreensão para estes fenômenos de embates, às vezes implícitos, outras vezes explícitos, entre a companhia e os trabalhadores. Poder-se-á dizer que a *Companhia* desfrutava da vantagem do lugar sobre o tempo, em uma situação na qual obtinha para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias, isto é, possuía o predomínio sobre o tempo, este um ativo fundamental na composição das táticas do fraco, pela fundação de um lugar autônomo, com estruturas criadas por si e para si.

---

<sup>10</sup> *O Democrata*, 28/01/1892, p. 1-2.

Nesta concepção, estrategicamente, o poder sobre o lugar permite prever, antecipar-se ao tempo pela leitura do espaço, tornado legível por esse mesmo domínio. O poder sobre o espaço é capaz de “incluir” na visão de quem o detém as forças estranhas, que estão nesse campo de visão; forças estranhas, as quais são transformadas por essa operação em objetos, que se podem observar, medir e controlar. As táticas presentes na ação dos trabalhadores, para se opor aos procedimentos estratégicos da companhia são, por seu turno, ações calculadas determinadas pela ausência de um lugar próprio, pela ausência de um poder sobre o espaço. A tática não tem por espaço senão o lugar da alteridade. E, por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha. Neste contexto, a tática é o movimento “dentro do campo da visão do inimigo”, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende: “Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 1998, p. 99-101). Em síntese, a tática é a arte do fraco.

Os representantes das companhias de navegação pediram providências ao capitão do Porto, porém este lhes declarou que assim como não podia obrigar as companhias a aumentar os salários dos foguistas, também não podia obrigar estes a trabalhar por salário tão pequeno. Os grevistas ficavam na *Rampa da Sacramento*, em frente aos trapiches, nas esquinas das travessas, que desembocavam na rua, a qual dava acesso à cidade de Belém; e, não obstante a “atitude ordeira” deste agrupamento, praças de cavalaria e de infantaria faziam a ronda nas ruas da cidade, e nas proximidades das indústrias, para evitar a perturbação da “ordem pública”.<sup>11</sup> Os paredistas recorreram ao capitão-tenente Serra Pinto, inspetor do Arsenal de Marinha e capitão do Porto, solicitando a sua intervenção perante a gerência da *Companhia Amazonas*, para que fossem atendidos em sua reclamação. O capitão do Porto dirigiu-se aos representantes da companhia, para comunicar-lhes os desejos dos foguistas, contudo foi informado de que não estava no poder da gerência desta companhia a alteração da tabela dos vencimentos de pessoal. No entanto, aquela gerência telegrafaria à sua diretoria em Londres, na Inglaterra, para expor a situação, e pedir providências a respeito. O capitão do Porto, Serra Pinto, fez o que podia pelos foguistas, pois as questões referentes aos vencimentos da

---

<sup>11</sup> *O Democrata*. Belém, 28 de jan., 1892, p. 1-2.

equipagem dos navios mercantes haviam passado, em 1874, à competência do Juiz do Comércio.<sup>12</sup>

Desse modo, as reivindicações dos grevistas não podiam ser imediatamente atendidas, em virtude de, supostamente, os mecanismos de regulação do salário não estarem ao alcance dos trabalhadores, pois o capitão do Porto não podia intervir a favor deles por não ser essa a sua prerrogativa, mas sim daquele magistrado, muito provavelmente sem o contato com o cotidiano dos trabalhadores, portanto, menos sensível às suas dificuldades; e, talvez, quem sabe, com posicionamentos de classe antagônicos aos seus, haja vista ser o Juiz do Comércio e não uma figura identificada com os operários. Esse distanciamento em relação ao magistrado do comércio pode ser inferido do fato de a classe dos foguistas não o ter procurado como seu intercessor, isto é, não houve a identificação na sua pessoa de um possível aliado nas lutas dos trabalhadores por melhorias salariais. Outro ponto, que se destaca em termos da imaginada inacessibilidade aos meios de regulação salarial era o fato de que somente a diretoria da *Companhia Amazonas*, sediada em Londres, pudesse alterar a tabela de salários de pessoal.

Os países do Norte Ocidental, durante o século XIX e princípios do XX, estabeleceram sobre os demais países não europeus sua incontestável superioridade, com seu sistema econômico e social, sua organização e economia, além de fornecerem o modelo de capitalismo e de sociedade burguesa, para aqueles que “não queriam ser devorados ou deixados para trás pela máquina mortífera da história”. Esse período é compreendido por essa distorção e, conseqüente, relação entre países ricos e em desenvolvimento. Uma relação que movia a dinâmica da transformação global, pois, a economia de capitalismo da *Era dos Impérios* penetrou e transformou praticamente todas as áreas do globo. Em um mercado de economia mundial como esse, o Terceiro Mundo era interessante, para esses países soberbamente ricos na medida em que podia fornecer produtos primários, a exemplo de matérias-primas para a indústria, a energia e os produtos agrícolas, e como vazão aos investimentos do capital nortista, sobretudo, em empréstimos a governos, para uso na infraestrutura de transportes, de comunicações e de cidades, sem o que os recursos dos países dependentes não podiam ser eficazmente explorados. Assim, em 1913, mais de três quartos de todos os investimentos britânicos no além-mar, sendo que os britânicos exportavam mais

---

<sup>12</sup> “Grève de foguistas”. Belém, *A Provincia do Pará*, 27 de janeiro de 1892, p. 1-2.

capital que todo o resto do mundo junto, estavam em ações de governos, de ferrovias, de portos e de navios (HOBSBAWM, 1995, p. 198-203).

Essa interligação global, mediada pelo capital, não só reforçava os mecanismos totalizantes de dominação, mas também evitava o contato direto dos trabalhadores com as estruturas econômicas, com as quais podiam interagir, no sentido de reivindicar direitos e prerrogativas. De um ponto de vista da estratégia, ou seja, do poder sobre o espaço global e o local, e o seu uso eficaz, a condição geográfica da *Companhia Amazonas*, resultou em efeitos limitadores e negativos para a classe dos fogueiros, pois o fato de os trabalhadores, supostamente, não obterem acesso aos locais de negociação, isto é, à sede da diretoria na Inglaterra, seguramente contribuiu para o arrefecimento da greve, pois não houve mais manifestações a seu respeito. As táticas dos trabalhadores sofreram a limitação imposta pelo poder estratégico da companhia, capaz de criar estruturas locais e globais de dominação.

## **2. 2 A Revolta Popular Contra a *Pará Electric***

A presente seção da Dissertação buscar analisar e interpretar o motim de protesto do povo da cidade de Belém do Pará contra a empresa de transporte urbano *Pará Electric*, e se fundamenta nas obras de George Rudé (1991) e de E. P. Thompson (1998). Se por um lado, E. P. Thompson (1998, p. 150-266) direciona suas análises e explicações para o motim da fome na zona rural da Inglaterra do século XVIII, e apresenta interpretações modelares a respeito do fenômeno do motim do povo; por outro lado, George Rudé (1991, p. 49-68) dedica parte de sua obra a discutir o motim urbano tanto na França quanto na Inglaterra do século XVIII. Assim, a análise do evento, em apreço, pretende se valer das análises apresentadas por E. P. Thompson (1998) e por George Rudé (1991, p. 53-55), sendo que para este último os motins podiam ter motivação política, social, étnica ou religiosa, alertando que não raro havia traços políticos nos motins de protesto. Dessa forma, iniciamos o relato e a análise do motim de protesto do povo contra a *Pará Electric*.

O jornal de grande circulação da cidade de Belém do Pará *Folha do Norte* noticiava em 1910 que os bondes da *Pará Electric* sofriam com sérios problemas mecânicos, assim como informava o fato de o número do seu pessoal ser reduzido demais, para atender à população adequadamente. Além disso, continuava o órgão noticioso, as muitas vinham pesar

negativamente nas condições de trabalho dos condutores e dos motorneiros desta companhia. Portanto, concluía o diário de notícias, essa situação contribuía para o abandono dos cargos pelos empregados, pois se viam no fim do dia com ganhos muito pequenos.<sup>13</sup>

O evento, que analisamos a partir deste momento, permite algumas leituras. Antes, porém, devemos explicitar o conjunto de conceitos e de noções conceituais com os quais estruturamos nossas reflexões historiográficas, além de revelarmos nossas intenções interpretativas.

O motim contra a empresa de transporte público *Pará Electric* coloca em evidência os seguintes agentes: a empresa, os seus empregados e o povo. No entanto, é necessário ir mais a fundo, para entender a estrutura da rebelião popular, pois dois agentes sociais permanecem parcialmente velados. Nesse sentido, indicamos que a influência deles não seria tão concreta e material sobre os eventos. Assim, podemos colocá-los na categoria do contexto mais amplo do poder e da cultura política.

Dessa forma, um dos sujeitos é a própria folha jornalística, que pretendia organizar as percepções sociais e a cultura social da sociedade da época. Neste ponto, necessitamos destacar os dois jornais diários, os quais hegemonizavam a difusão de informações: os periódicos *Folha do Norte* e *A Província do Pará*. Nesse aspecto, o tom adotado pelo matutino *Folha do Norte* é sintomático, pois é crítico e esmiúça as relações entre a companhia de transporte, seus empregados e a população. Nesse caso, revelar nem sempre significa colocar tudo à mostra, uma vez que desvelar o outro, dessa maneira, pode ser uma ação de esconder a si ou às suas intenções.

Os fatos noticiados pelo jornal apresentam embutidos em si uma disputa de narrativas, na qual as vozes tendem a explicar as razões, para o estado de circunstâncias presente, em torno dos eventos desencadeados durante a rebeldia popular. Nesse contexto, o periódico em questão aduz a explicação do gerente da companhia de transporte para os motivos de deserção dos trabalhadores para, logo em seguida, desautorizá-la, com a descrição de um rol detalhado dos problemas vivenciados no ambiente de trabalho da companhia. Assim, de acordo com a folha, o gerente da companhia, Sr. Andrews, afirmava que os condutores e motorneiros abandonavam os seus cargos “levados pela sedução dos lucros que offerece a extracção de gomma elastica”.<sup>14</sup> Desse modo, a seguir é trazida à tona a constelação de fatos mobilizados

---

<sup>13</sup> “A Pará-Elctrica e os bonds”. Belém, *Folha do Norte*, 14 de março de 1910, p. 1.

<sup>14</sup> *Folha do Norte*. Belém, 14 de março de 1910, p. 1.

pela prensa matutina, para desconstruir a explicação de conotação externa do gerente para os males laborais da companhia.

No entanto, destoando do discurso do gerente da companhia, muitos indícios apontavam para as péssimas condições de trabalho como o principal motivo para o abandono das funções. Os empregados eram submetidos a um horário de trabalho irregular e de difícil cumprimento, muitas das vezes o maior favorecedor das várias multas, que recaíam sobre eles. Segundo um motorneiro da empresa, se o bonde chegasse um minuto atrasado sofria multa, se chegasse com meio minuto de adiantamento era multado também. Sobre os atrasos não importavam as suas circunstâncias, como por exemplo, se uma carroça impedisse a passagem do bonde elétrico, a multa era aplicada sem levar em consideração o incidente. Ainda se o relógio do quiosque da Praça da Independência parasse, levava-se a multa; se o bonde emperrasse, uma vez que a lubrificação das engrenagens era rara, recebia-se a multa; se o bonde se desmantelasse por falta de manutenção, levava-se multa; e, se faltasse energia na corrente elétrica dos bondes, sofria-se também a fatídica multa. De acordo com outro motorneiro da companhia “quando finda o dia já o motorneiro deve mais em multa do que teria ganho (sic) pelo seu trabalho”.<sup>15</sup>

O ressentimento, que se insurgia contra a *Pará Electric* não vinha somente da parte de seus empregados. Desse modo, pelas onze horas da manhã do dia 15 de março de 1910, a população de Belém, enfurecida pelo péssimo serviço prestado pela companhia, revoltou-se, virando e queimando muitos dos bondes elétricos da viação urbana.<sup>16</sup>

Muito embora o intendente de Belém, Antonio Lemos, e o gerente da companhia tivessem se reunido, para deliberar a respeito de uma solução para o problema, havia ruas, nas quais sequer os bondes trafegavam, a exemplo da Rua Serzedello Corrêa; e, outras em que, se o faziam, era-o de maneira muito morosa, isso em virtude da insuficiência de veículos naquelas linhas de bondes. Tal situação fazia com que nessas linhas o problema se acentuasse nos horários do almoço e do jantar, tempo em que tradicionalmente havia maior movimento nas ruas da cidade. Dessa feita, uma multidão aguardava o bonde no Ver-o-Peso, quando apareceu um da linha do bairro Batista Campos, sendo invadido rapidamente pelas pessoas, que o esperavam. Como, no entanto, a lotação excedeu os limites, o chefe do quiosque da companhia do Largo da Independência deu ordens ao motorista, para não seguir viagem e

<sup>15</sup> “A Pará-Elétrica e os bonds”. Belém, *Folha do Norte*, 14 de março de 1910, p. 1.

<sup>16</sup> “A Pará-Elétrica e o povo”. Belém, *Folha do Norte*, 16 de março de 1910, p. 1-2.

para que evacuasse o carro. Os passageiros, exaltados, recusaram-se a atender ao motoneiro e ao condutor do bonde, e, de repente, ouviram-se os primeiros gritos de “Vira e Queima!”.<sup>17</sup>

A reação da multidão indica o alvo a ser atingido e, nesse aspecto, a formulação de E. P. Thompson (1998, p. 152), para a ação da multidão ganha significado, pois se a ação popular direta é complexa, ela é também disciplinada e com objetivos claros. Desse modo, os motins aconteciam motivados por queixas, as quais operavam dentro de um consenso popular do que eram consideradas práticas legítimas ou ilegítimas das autoridades ou daqueles, que ofereciam o atendimento a alguma demanda do povo. Portanto, quando uma visão consistente da norma social e da obrigação social era violada, resultando no desrespeito de determinados pressupostos morais ou na privação real de um bem, havia a motivação para a ação direta da multidão.

Na ocasião da eclosão da revolta popular, apareceram os chefes de tráfego da companhia, C. E. Hertzmann e E. W. Rhodes, que entraram naquele bonde da linha do bairro Batista Campos com o intento de retirar a sua chave, a qual ligava a corrente elétrica ao motor. Na circunstância, o chefe de tráfego Rhodes disse, em seguida, que o veículo não prosseguiria com tantos passageiros. A sua declaração imediatamente acendeu a ira dos passageiros, um dos quais o agrediu, o mesmo fazendo outro passageiro ao seu companheiro Hertzmann, que tentava socorrê-lo das agressões,<sup>18</sup> Hertzmann desferiu bofetadas neste passageiro, mas enquanto retirava a chave do veículo, outro popular deu-lhe um golpe de bengala.<sup>19</sup> Com muito custo, os dois chefes puderam desvencilhar-se dos seus agressores, pedindo ajuda aos outros trabalhadores da companhia e demais empregados da conservação das linhas de viação próximas. O povo, em poucos minutos, começou a queimar os carros, que chegavam, tentando antes, sem conseguir, virá-los, queimando ainda mais 12 bondes, que estavam ali estacionados.<sup>20</sup>

Os prefeitos e subprefeitos de polícia, acompanhados de praças e de agentes de segurança, chegaram ao local, com o fim de conter a multidão. Neste momento, a turba os aplaudiu e, sem o uso da violência, essas autoridades conseguiram contê-la. As pessoas ficaram mais simpáticas aos policiais pelo fato de libertarem um popular, que havia sido preso pela patrulha momentos antes. Entrementes, uma força do corpo auxiliar de polícia,

---

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> “A Pará-Electric e a viação urbana”, *Folha do Norte*, 17 de março de 1910, p. 1

<sup>20</sup> *Folha do Norte*. Belém, 16 de março de 1910, p. 1-2. Sobre as agressões entre um dos funcionários e um dos populares ver também “Os sucessos de ante-hontem”. *Folha do Norte*, 17 de março de 1910, p. 1.

comandada pelo sargento Antonio José do Nascimento, chegou para montar guarda no lugar, estacionando 15 praças na esquina da Rua João Alfredo e outras 15 na esquina da Rua 13 de Maio. Diante das ocorrências, o prefeito de polícia Jucá Filho ordenou aos subprefeitos de polícia José Ferreira e Pereira Leite, acompanhados de praças de polícia, para que fossem ao bairro do Reduto e à linha da Circular, com o objetivo de manter a “ordem” nesses lugares. Ao passarem pela travessa Demetrio Ribeiro, avistaram populares, que apedrejavam um bonde, que ia para o Ver-o-Peso, tendo já danificado suas vidraças e sanefas. Com a aproximação das autoridades, os populares refugiaram-se em casas e numa estância próximas, sendo, entretanto, efetuadas as prisões de alguns deles, os quais seguiram com outros presos para a estação central de polícia. Como a situação indicava um crescente acirramento dos ânimos, a estação central da *Pará Electric* foi guardada por uma força de 15 praças da Brigada Militar, composta por 10 praças do 2º corpo auxiliar de polícia e de 5 praças da força de cavalaria, comandadas por um alferes e um 1º sargento de polícia.<sup>21</sup>

No Largo de São José estava em chamas o bonde nº 13, e próximo dali, outros dois veículos estavam pegando fogo na travessa São Mateus, eram eles: o bonde bagageiro nº 99 e o bonde de primeira classe nº 10, sendo que o bonde bagageiro estava com a sua lança de condução em contato com o fio da eletricidade, o que produzia chispas de fogo. Ali, ainda foram realizadas várias prisões. Na Avenida Gentil Bittencourt estava descarrilado o elétrico nº 59 da linha Circular, que rebocava o bonde nº 38 da linha de Nazaré, o qual por sua vez rebocava também um carro de material da *Pará Electric*. Ambos os bondes estavam inutilizados. Em frente à Igreja de Nazaré, um bonde estava sendo atacado por populares, tendo alguns rapazes atirado matoações aos trilhos da viação, aspirando impedir que um elétrico, no qual vinham “vários empregados de categoria da Pará-Electric”, seguisse para o Ver-o-Peso. Quando a polícia se aproximou, esses populares se refugiaram onde puderam esconder-se, inclusive grande número deles entrou na *Garage Paraense*, situada em frente à igreja, o que não impediu a prisão de vários deles.<sup>22</sup>

Havia grande número de populares no Ver-o-Peso, e mesmo com a presença das autoridades da polícia civil, da força de cavalaria e da infantaria, ocorriam “movimentos de repulsão contra os empregados” presentes da companhia, sendo atiradas pedras contra eles de vez em quando. O povo furioso, como não encontrava mais veículos para quebrar, acabou por invadir o quiosque da *Pará Electric* no Ver-o-Peso, partindo as vidraças, quebrando um filtro

---

<sup>21</sup> *Folha do Norte*. Belém, 16 de março de 1910, p. 1-2.

<sup>22</sup> *Idem*.



de água e uma banca, em que os despachantes trabalhavam. No entanto, o primeiro móvel a ser quebrado durante a invasão foi um relógio, que há muitos dias estava parado, para que não houvesse reclamações sobre o horário dos bondes. Ficando, por conta disso, o horário de tráfego regulado pelo relógio de algibeira do despachante da companhia. Este, um artifício similar ao usado para multar os motorneiros, que “descumpriam o horário”, que além de ser irregular, era conhecido somente pelo despachante. Por causa desses violentos incidentes mencionados, foi mandada do corpo auxiliar de polícia uma força “de uns 30 soldados” e depois outra de cavalaria, composta por 16 praças, comandadas pelo capitão Antonio Pinto Brandão, para as imediações desse quiosque. O capitão Brandão aconselhava ao povo ter “prudência”, e também impedia que os seus comandados investissem contra ele “de espada nua”. Conquanto a situação parecesse bastante tensa, isto não impedia que alguns populares passassem por debaixo dos cavalos da força de cavalaria, para tentar destruir o quiosque da companhia, que por pouco não foi incendiado. Na ocasião, o povo dava “vivas” ao Exército e ao Marechal Hermes da Fonseca.<sup>23</sup>

Nesse ponto, o povo manifestava em palavras a sua adesão ao candidato à presidência do Brasil Hermes da Fonseca, que estava numa grande disputa com os “civilistas”, encabeçados por Rui Barbosa, pelo controle da nação brasileira. Nesse embate entre “civilistas” e “hermistas”, o Estado do Pará apoiava o Marechal Hermes da Fonseca, fato demarcável pela explosão de apoio durante a fúria popular. Nesse panorama, para Marcos Napolitano (2016, p. 34-37), a campanha de Hermes da Fonseca prometia acabar com a corrupção do sistema eleitoral, fortemente oligárquico, e contava nessa intenção antioligárquica com o apoio dos operários, de setores da classe média e dos militares.

Durante a tarde, o gerente Andrews, da *Pará Electric*, ao passar em seu automóvel pela rua João Alfredo, em frente ao *Hotel America*, foi vaiado pelo povo, o que fez com que o seu chauffeur imprimisse grande velocidade ao veículo, para evitar qualquer dano a ele. Pouco depois, diversos populares subiram em um reboque, que permanecia virado em frente ao hotel, e começaram a discursar. No mesmo dia, um popular, por se dirigir ao gerente Andrews, que trazia à mostra no cós da calça um revólver, foi chamado à ordem pelo comandante da força de polícia, e o popular, por haver-se sentido ofendido pela postura do gerente, chamou o comandante à atenção, afirmando que a postura da *Pará Electric* era afrontosa ao povo. Imediatamente o comandante mandou o gerente ocultar a arma, o que

---

<sup>23</sup> Idem.

rendeu a este último uma grande vaia. No Ver-o-Peso, o prefeito de polícia Pires dos Reis fiscalizava o serviço de patrulhamento, e determinava várias medidas, para apaziguar o ânimo do povo. Os populares entravam aos bocados nos elétricos e “se compraziam em partir as vidraças com as bengalas e chapéus de sol e rasgar as sanefas”. Um sargento do 1º corpo de polícia foi atingido no queixo por uma pedrada, quando passava em um bonde elétrico pela rua João Alfredo. Muitos populares subiam nas mangueiras, apanhavam mangas verdes, quebravam seus galhos e arremessavam-nos contra os bondes e os policiais, que hostilizavam o povo.<sup>24</sup>

Uma das pedras, que eram arremessadas pelos populares, atingiu o rosto do prefeito de polícia Jucá Filho, produzindo-lhe uma leve escoriação. No entanto, o perigo maior foi representado por um estivador, o qual tentou agredi-lo com um gato,<sup>25</sup> e foi impedido por um popular, que o deixou fugir. O escrivão de polícia Raul Pires também recebeu um leve ferimento na cabeça, causado por uma pedrada. Ao anoitecer, um indivíduo embriagado, carregando uma garrafa de líquido inflamável, tentou incendiar o quiosque da *Pará Electric*, no Ver-o-Peso, porém não conseguiu realizar o seu feito, porque algumas pessoas se acercaram dele e ele acabou fugindo. Em frente ao *Hotel Bernardino*, após começar o conflito, estacionava um elétrico, dentro do qual estava um empregado da *Pará Electric* de nome Carneiro “de Tal” (sic), que “querendo dar mostras de valentia, puxou de um revolver e apontou para o povo”. Consoante à cena periculosa, o prefeito de polícia Jucá conseguiu desarmá-lo e prendê-lo, pondo-o, entretanto, em liberdade pouco depois do ocorrido.<sup>26</sup>

Alguns empregados da companhia, ao verem os bondes assaltados pelos populares, inutilizavam o mecanismo do motor antes de fugirem, para que o populacho não os conduzisse pela via pública. À proporção que os carros eram danificados pela população e eram levados para a estação central da companhia no bairro de Nazaré, os operários cuidavam em iniciar os consertos, trabalhando a noite toda. Ainda assim, quando o subgerente da *Pará Electric* foi indagado sobre a circulação dos bondes, durante o fim daquele dia, ele disse que não circulariam e poderiam ficar sem circular talvez até por mais uma semana, “porque não estavam para ter mais prejuízos”. O gerente da companhia telegrafou para a sua matriz em Londres, para comunicar o ocorrido e informar que os prejuízos giravam em torno de 80

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> O gato é uma ferramenta usada, entre outras coisas, para içar cargas pesadas, e consiste em um gancho de metal preso a uma argola, para uma melhor compreensão sobre essa ferramenta ver HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Dicionário aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988, p. 319 e 328, consultar os verbetes “gato” e “grampo”.

<sup>26</sup> *Folha do Norte*. Belém, 16 de março de 1910, p. 1-2.

contos de réis. Para o mesmo fim, telegrafou ao ministro dos estrangeiros no Rio de Janeiro. Foi também ao consulado inglês, onde “lavrou o seu protesto”, e pretendia entrar com uma ação contra o governo, para indenização dos prejuízos que tivera, alegando que a polícia não tinha procurado evitar os fatos, e que a força policial, a qual se achava de guarda na cadeia pública, não se mobilizou para evitar que dois veículos, a pequena distância dali, fossem incendiados pelo povo, rindo-se, entretanto, do deplorável incidente.<sup>27</sup>

Estes fatos, em relato, apontam para uma ação cambiante da polícia em relação aos populares amotinados, pois se ocorria o policiamento do espaço público e algumas autoridades reprimiam os manifestantes, nem todos os policiais e oficiais faziam essa contenção, o que aponta significados diferentes para a maneira como a manifestação popular fora recebida pelas autoridades. Nesse aspecto, alguns dados interessam, porque a empresa era inglesa, com o seu alto escalão formado, sobretudo, por estrangeiros ingleses num momento de intensa disputa nacional pelos rumos da pátria na eleição presidencial de 1910. Assim como também havia uma disputa em torno do poder, que envolvia os adeptos do político Lauro Sodré e os do intendente de Belém do Pará Antonio Lemos, a quem a empresa *Pará Electric* tinha ligações político-econômicas na implantação de um projeto civilizador no interior da Amazônia.

Desde que começaram os motins, o tráfego de bondes ficou interrompido, sendo realizado o transporte até em carroças. Durante mais de 2 horas, as casas comerciais da Praça da Independência, do Ver-o-Peso e das ruas João Alfredo, 13 de Maio e 15 de Novembro estiveram fechadas. Dessa maneira, essa rebelião paralisou grande parte do movimento comercial da cidade. Sendo que, além disso, o funcionalismo público das repartições próximas ao local dos conflitos encerrou o expediente mais cedo também.<sup>28</sup>

Na estação central de polícia, o escrivão Nabôr Sousa, ao fazer o registro dos detidos, dava-lhes, por sua conta, a profissão de “vagabundos” (sic), embora esses protestassem contra a infamante alcunha. Pois, entre os presos estavam dois empregados do comércio, quatro padeiros, um carpinteiro, dois funileiros, um barbeiro, um pedreiro, um artista, um empregado do Diário Oficial, um açougueiro, um pescador, um marítimo, um agricultor, um estudante, um trabalhador da alfândega, um jardineiro da Intendência, um operário, um serralheiro e dois caldeireiros.<sup>29</sup> Mas, para Nabôr Sousa, cuja profissão era escrivão de polícia, e que

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem.

seguramente não aceitaria ser desqualificado, eram todos uns “vagabundos”. Dessa forma, a constituição dessa multidão em revolta guardava em seu meio uma plêiade muito diversificada de trabalhadores, sendo a presença de um funcionário da própria Intendência de Belém do Pará indicativo do grau de descontentamento do povo da capital do Estado.

Durante a noite daquele mesmo dia, a gerência da *Pará Electric* pretendia pôr em circulação “uns doze carros”; ou iniciar no outro dia, pela manhã, o tráfego com o maior número possível de veículos, mas o chefe de polícia Pires dos Reis foi contra essa decisão, pois queria evitar qualquer distúrbio, porque aquele número de veículos não supriria uma só das linhas de maior circulação. Seguindo esse mesmo plano de contenção, estavam postadas uma força de cavalaria, uma de praças da infantaria e uma de agentes de segurança em frente ao quiosque da companhia no Ver-o-Peso, pois receava-se que o povo acabasse por destruí-lo. Apesar da presença desses guardiões, às onze e meia da manhã, um popular, chamado Joaquim Dantas, aproveitando-se da distração dessas forças de segurança, atirou, por uma das janelas do quiosque, cujas vidraças se achavam partidas, uma garrafa com líquido inflamável para o seu interior, riscando e lançando, em seguida, fósforos acessos na sua direção; sem, no entanto, conseguir o sucesso esperado. Muito pelo contrário, além de ver seu plano malogrado, fora ainda descoberto pelos policiais, que se lançaram sobre ele, pondo-se ele mais que rapidamente a fugir em disparada, sendo, finalmente, preso por um agente de polícia, em quem deu, antes de ser detido, uma bofetada em rosto. Por se oporem à prisão de Dantas, foram presos também os populares Pedro de Oliveira e Raymundo Alves.<sup>30</sup>

A depredação dos bondes, a conseqüente falta de veículos e a firme decisão da companhia em não deixar trafegar os seus carros, fez com que as autoridades da Intendência se valessem dos trens da linha férrea bragantina, para o transporte da população. Foram fixados horários e pontos de embarque e de desembarque para aqueles que precisassem, ou desejassem, utilizar-se das locomotivas.<sup>31</sup> Evidentemente que essa ação paliativa não resolvia em definitivo o problema do transporte coletivo da cidade, haja vista os trens não poderem tão repentinamente atender, de maneira adequada, à população em suas necessidades de locomoção. Antes, e às avessas, tal medida da Intendência apenas revelava sua incapacidade diante do problema do transporte, e acentuava ainda mais a sua fraqueza, na verdade a sua ambigüidade perante a companhia inglesa, pois neste evento popular revoltoso havia o componente das políticas local e nacional.

<sup>30</sup> *Folha do Norte*. Belém, 17 de março de 1910, p. 1.

<sup>31</sup> “A Pará-Electric e a viação urbana”, *Folha do Norte*, 18 de março de 1910, p. 1.

Às primeiras horas da manhã do dia 19, os bondes voltaram a circular em todas as linhas da cidade. O intendente de Belém Antonio Lemos conseguiu intervir junto ao gerente da *Pará Electric*, para a solução da crise. O chefe de polícia Pires dos Reis acertava em seu gabinete com os prefeitos e subprefeitos de polícia os meios, para policiar e manter a segurança do trânsito para os elétricos. Os bondes seriam guarnecidos por duas praças e um agente de polícia. Para essa missão foram escaladas 155 praças de polícia. Apesar da inutilização de alguns carros, circulavam agora 62 bondes elétricos, isto é, 5 a mais do que os 57 de antes da revolta. Insinuava-se, assim, uma pequena melhoria em decorrência da ação popular. Como medida de segurança tomada pelas autoridades, foi postada uma força de cavalaria, composta de 10 praças de polícia, sob o comando do alferes Sr. Revoredo, em frente ao quiosque da *Pará Electric*, no Largo da Independência. Na Praça da República, no bairro do Reduto e na estação central da *Pará Electric* foram estacionados outros piquetes da força de cavalaria compostos de 5 praças de polícia cada um. As autoridades policiais percorreram durante o dia todas as linhas de condução, mas não constataram nenhum incidente. O relógio do quiosque da Independência, que tanta contrariedade causara ao povo, fora finalmente substituído por outro pela *Pará Electric*.<sup>32</sup>

A percepção do tempo tem dimensões sociais e culturais. Nesse aspecto, com o desenvolvimento econômico, presenciamos a evolução ou a mudança de uma cultura, que pode desdobrar-se na cultura do tempo. Assim, os marcadores desse estado cultural, como os relógios, ajudaram a instituir uma percepção nova a respeito da notação do tempo da disciplina do trabalho, conforme a lógica do capitalismo industrial. Nesse panorama, emerge uma sensação de imediatismo insistente, pois o tempo, agora medido e quantificado, precisa ser controlado e, em última instância, negociado, porém nunca desperdiçado. Se a relação com o tempo pode ser regulada pelos relógios, e a sua importância para o mundo do trabalho moderno é atestada pela necessidade de uma disciplina industrial, ancorada no uso efetivo das unidades de tempo disponíveis, a entidade ou o indivíduo, que detém os meios de notação temporal, desfrutam de relativo poder sobre os demais sujeitos. Nesse ponto, sobressai um fato, cuja perversão social se manifesta na expropriação da noção do tempo de determinadas coletividades por um grupo reduzido de exploradores, os quais se utilizam da manipulação da representação do tempo para se beneficiar. No entanto, a lição imposta pelo uso do tempo pode ser aprendida tanto por capitalistas quanto por trabalhadores e por pessoas comuns do

---

<sup>32</sup> Cf. “A Pará-Electric e a viação urbana”, *Folha do Norte*, 19 de março de 1910, p. 1 e “A Pará-Electric e a viação urbana”, *Folha do Norte*, 20 de março de 1910, p. 1.

povo. Por isso, em dado momento da história contemporânea, os trabalhadores começaram a lutar não contra o tempo, mas sobre ele, uma vez que a imposição de uma nova disciplina de tempo no capitalismo industrial, com a supervisão do trabalho, as multas e os relógios, podia, às vezes, ser subvertida em favor dos explorados (THOMPSON, 1998, p. 267-304).

### **2. 3 As Experiências Associativas: Entre o Mutualismo e o Sindicalismo no Pará (1913-1918)**

Uma das relações entre sociedades de auxílio mútuo e sindicatos operários, no período republicano no Brasil, é representada pelo percurso do sindicalista revolucionário Giulio Sorelli, que atuou em São Paulo, e vivenciou a experiência mutualista na *Società Fratelanza del Cambucy*, na qual exerceu a função de secretário por dois anos. O sindicalista Sorelli fora expulso dessa sociedade mutualista após uma equivocada acusação de ser anarquista. O episódio apenas reforçaria ainda mais no sindicalista a ideia de neutralidade política, que mais tarde levaria para os sindicatos, e para a *Federação Operária de São Paulo* (TOLEDO, 2004, p. 26, 29).

Se o que aconteceu a Giulio Sorelli em sua experiência mutualista necessariamente influenciou suas ideias sobre o sindicalismo revolucionário e a militância operária, é uma questão interessante. No entanto, o que se pretende destacar nesse caso é o que denominamos de “relação de percurso” entre beneficente e sindicato, a qual se constrói a partir da trajetória de um indivíduo por distintas associações operárias. Este tipo de relação é essencial, para se compreender a formação da classe operária, pois além de revelar as vinculações históricas entre as modalidades associativas, mostra o percurso formativo do movimento operário.

No Estado do Pará da Primeira República temos outro exemplo de relação de percurso associativo. O empregado da *Pará Electric*, companhia de bondes elétricos, José Porto Filho, foi presidente da *Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric*. Durante uma solenidade em 1913, para a posse dos novos membros do corpo administrativo dessa mutualista, estava presente na cerimônia o gerente da *Pará Electric* Walter Binns. Nessa ocasião, ele sentava à mesa com o então presidente da união beneficente. Desse modo, gerente e presidente participavam de uma mesma atmosfera de celebração e de conagração. Influenciado pela atmosfera solidária, Walter Binns se prontificou a fornecer 150\$000 réis por parte da

companhia, para o aluguel mensal de um prédio para a sede da beneficente profissional até o momento em que fosse construído o prédio de escritórios da companhia, onde uma sala seria destinada para o funcionamento da sociedade mutualista. Nessa mesma solenidade, o gerente Walter Binns foi eleito como sócio benemérito da *Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric*.<sup>33</sup>

A relação entre a sociedade mutualista e a companhia de bondes elétricos era presentemente amistosa, e os seus representantes permutavam entre si promessas de ajuda pecuniária, de auxílio logístico, e concediam cargos de relevo social dentro da sociedade de socorros mútuos. A atmosfera de aproximação e de entendimento recíproco somente reforçava os anseios de mutualidade operária e de afinção de interesses entre a mutualista e a companhia. Tal relação fornece indícios de como podia ser o relacionamento entre uma sociedade auxiliadora e uma empresa de capital particular.

Uma associação fundada sob os princípios da assistência e da beneficência, na qual os laços de sociabilidade operária eram incentivados, seguramente possuía um conjunto de valores, capazes de promover aproximações e mediações entre trabalhadores e patronato. Desse jeito, o ambiente de sociabilidade e de solidariedade, criado a partir desse conjunto valorativo, permitia a formação de alianças e de promessas entre aqueles, que podiam representar, de maneira polarizada, o entrechoque entre o capital e o trabalho. Uma sociedade com esse poder de agregação e de formação de alianças podia ser muito atrativa também para a companhia.

Para Cláudia Viscardi (2014, p. 199-201), tanto as mutualistas quanto os sindicatos incluíam entre seus propósitos a busca de melhores condições de vida e de trabalho para os operários. Segundo a autora, a diferença estaria no caminho escolhido pelas beneficentes para que esse fim fosse atingido. Na lógica das sociedades mutualistas, caberia aos próprios trabalhadores contribuir para um fundo social, capaz de financiar seu lazer, seu funeral e sua pensão, em caso de doença ou de morte. De acordo com Viscardi (2014), as noções de autonomia, de autoajuda e de independência em relação ao Estado compunham a essência das organizações mutualistas, o que as aproximava concretamente da noção de sociedade cidadã e independente em relação ao Estado. Essa concepção de independência social e civil, combinada com uma postura reformista, assistencialista e, por vezes, refratária à ação direta, podia, com mais facilidade, aproximar empregados e patrões.

---

<sup>33</sup> “LIGA BENEFICENTE dos Empregados da Pará-Electric”. Belém, *Folha do Norte*, 6 de maio de 1913, p. 1.

Intencionando explicitarmos melhor a questão da aproximação entre sociedade voluntária e empresa, voltar-nos-emos ao caso do empregado da companhia *Pará Electric* José Porto Filho, que foi presidente da *Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric*. Para tanto, desejamos retornar ao que denominamos anteriormente de “relação de percurso”. Nesse âmbito, a construção dessa relação se deu na passagem realizada por José Filho dessa primeira sociedade mutualista para outra sociedade, ainda de natureza mutualista, mas com características acentuadas de resistência, e que fora também ligada aos empregados da mesma companhia *Pará Electric*. Neste aspecto, clarificaremos a questão da aproximação entre clube beneficente e empresa com um contraexemplo; e, ainda nos serviremos da noção de “relação de percurso”, para a sua compreensão.

#### **2. 4 Entre Mutualidade e Ação Direta: O Caminho do Operariado no Pará**

Se, em 1913, o empregado José Porto Filho foi o presidente da sociedade mutualista *Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric*, em 1917, ele ajudou a criar e se tornou presidente da associação de socorro mútuo *Sociedade União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará Electric*.<sup>34</sup> Assim, a mutualista de empresa *Sociedade União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará Electric* reunia, exclusivamente, os empregados da *Pará Electric*, e José Filho foi seu primeiro presidente. A passagem de Filho como presidente da sociedade mutualista *Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric* para a outra sociedade voluntária de empresa, *Sociedade União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará Electric*, tendo-o como seu primeiro presidente, estabelece uma relação de percurso, que relaciona as duas associações operárias; pois o líder operário levou consigo as experiências, gestadas durante sua permanência na primeira sociedade mutualista, para a beneficente de empresa e, como indício dessa migração de experiências, podemos citar as letras “e” e “g”, relativas aos fins da segunda mutualista:

e) Fornecer auxílio pecuniario aos socios enfermos e tambem para o funeral dos mesmos dentro desta Capital;

g) Socorrer os seus associados com qualquer auxílio quando em caso de doença, ou impedimentos motivados, a bem da classe, quando excedam de mais de um dia.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> Sociedade União Protectora dos Conductores e Motorneiros da Pará-Electric – Extrato de Estatuto de 1917. *Centro de Memória da Amazônia*. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

<sup>35</sup> *Sociedade União Protectora dos Conductores e Motorneiros da Pará-Electric*, op. cit.



Os presentes fins têm clara natureza assistencial e eram, com frequência, os objetivos mais fundamentais de muitas sociedades mutualistas. Podemos destacar no fim indicado pela letra “e” o auxílio financeiro aos sócios, que adocessem ou a ajuda para o funeral daqueles, que precisassem desse serviço dentro da capital do Estado do Pará, isto é, na cidade de Belém. O caráter beneficente desse fim é flagrante, mas passemos à análise do outro fim, citado logo após. O fim assinalado pela letra “g” possui caráter previdenciário, pois estabelece o socorro aos associados com “qualquer auxílio”, em caso de ausência ao trabalho por motivo de doença ou no interesse da classe. Os fins indicados, embora não exclusivos, eram comuns às sociedades mutualistas e, nesse caso, partilhados tanto pela *Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric* quanto pela mutualista de empresa *Sociedade União Protetora dos Condutores e Motorneiros*, da companhia de bondes elétricos *Pará Electric*.

Outro fim da sociedade de auxílios mútuos *Sociedade União Protetora dos Motorneiros e Condutores*, explicitado pela letra “c”, referia-se à resolução dos conflitos originados na relação entre capital e trabalho, que, herdeiro de uma tradição de mutualidade recente entre os trabalhadores da companhia, mostrava-se com uma redação mais diplomática e tendente a suavizar os atritos entre os empregados e a companhia. Vejamos, assim, o fim: “c) Envidar todos os esforços para resolver, amigavelmente, os attrictos que se possam dar entre os Empregados da classe da Sociedade e a Gerencia da Companhia, submettendo a decisão ao Conselho da Sociedade”.<sup>36</sup> Esse enunciado é importante, porque revela uma intencionalidade às vezes difícil de praticar, isto é, de torná-la uma conduta ativa frente a circunstâncias adversas, mas que também indica uma hibridação ou cruzamento de culturas institucionais na formação do operariado.

Como salientado anteriormente, as sociedades de auxílio mútuo com perfil de resistência facultavam os auxílios das sociedades mutualistas clássicas aos seus associados. Situação claramente expressa nos exemplos do clube beneficente *Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric* e da beneficente *Sociedade União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará Electric* para a região do Estado do Pará. Todavia, a segunda mutualista com sua preocupação voltada para a jornada de trabalho, para as condições de trabalho e para os salários, aumentava as possibilidades de conflito entre a companhia e os empregados. Dessa forma, mutualidade e defesa profissional podiam coexistir, sem maiores contradições, em uma mesma associação operária, mas esses dois mecanismos de sobrevivência e de

---

<sup>36</sup> *Sociedade União Protectora dos Conductores e Motorneiros da Pará Electric*, op. cit.

melhoria das condições de vida do operariado podiam despertar reações diferenciadas, e, mesmo opostas, no patronato.

A mutualista *Sociedade União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará Electric* foi criada em janeiro de 1917, e o extrato de seus estatutos data de 30 de janeiro deste mesmo ano. O começo de fevereiro já presenciaria o primeiro movimento grevista organizado por essa beneficente. Foi uma greve, que perdurou algumas horas. Depois que a companhia *Pará Electric* cedeu em alguns pontos das reivindicações dos empregados, encerrou-se a greve. A companhia prometia atender aos demais pontos das exigências mais tarde, quando as condições melhorassem. A partir dessa greve, foi elaborada uma “lista negra” (sic), conforme os textuais da fonte documental, pela gerência da companhia, com os nomes dos líderes do movimento, para que fossem demitidos.<sup>37</sup>

Um dos alvos desta lista foi o motorneiro Augusto Maia. A princípio, Maia foi transferido da função de motorneiro para a oficina de pintura da *Pará Electric*. Esse foi um primeiro efeito da lista sobre o destino do empregado na companhia. Após o isolamento de Augusto Maia, o gerente da empresa Walter Binns mandou interná-lo no *Hospício de Alienados*, mediante o uso de atestados falsos. O motorneiro Maia ficou internado durante dois dias nesse manicômio. Sobre o estado da saúde mental do motorneiro, o diretor do *Hospício de Alienados*, Azevedo Ribeiro, declarou que Francisco Maia estava no perfeito uso de suas faculdades mentais.<sup>38</sup>

Não era a primeira vez que acontecia um episódio dessa natureza envolvendo a *Pará Electric* e os seus empregados. Um velho escriturário da companhia, chamado Mario Rovere, ao mostrar a um gerente da empresa que havia perdido a visão naquele serviço, foi aconselhado por este a se internar no *Asilo de Mendicidade*.<sup>39</sup> A companhia de viação urbana parecia tomar a liberdade para construir possíveis percursos biográficos para os empregados, que não se encaixassem mais no trabalho ou que cometessem aquilo, que considerava uma falta grave, como por exemplo, liderar um movimento grevista.

As práticas da companhia em relação ao motorneiro Francisco Maia, incluindo a lista para retaliação, da qual constava o seu nome, representam três níveis degradantes de exclusão. O primeiro deles, a inclusão do seu nome na referida lista, segrega-o simbolicamente dos

<sup>37</sup> “A grêve de ontem”. Belém, *Estado do Pará*, 19 de fevereiro de 1917, p. 1-2.

<sup>38</sup> Cf. “Causou funda impressão...”. Belém, *Estado do Pará*, 10 de fevereiro de 1917, p. 4 e “O anonymo que...”. Belém, *Estado do Pará*, 15 de fevereiro de 1917, p. 4.

<sup>39</sup> “A grêve”. Belém, *Folha do Norte*, 20 de fevereiro de 1917, p. 1.

demais companheiros de trabalho, pois tal condição imprimiu nele a marca da distinção negativa, e o lançou em um território demarcado pelo terror, originado do medo de graves retaliações. Sobre quem recai esse torturante isolamento simbólico e psicológico resta, em boa medida, a companhia daqueles, que partilham e sofrem a mesma pena. A segunda exclusão, relacionada à sua transferência da função de motorneiro para as oficinas de pintura, tem a característica do deslocamento do indivíduo, com o fim de fragmentá-lo em sua sociabilidade com os companheiros de trabalho, colocando-o distante o suficiente dos outros trabalhadores, para que suas ideias de mobilização e de reivindicação não os influenciassem. E, por fim, a terceira, relativa à internação em um hospício, pode ser entendida como a mais profunda das exclusões, pois o indivíduo foi completamente deslocado da sua condição cidadã ao ser alienado da sua condição de homem dotado de razão, restando-lhe apenas o contato com o mundo racionalizado, legitimado racionalmente ou com a pretensão de sê-lo, se possível, a partir dos seus colegas de trabalho, de seus conhecidos e, mais provavelmente, de seus familiares.

Na lista para vindita estava presente outro nome: o de José Porto Filho, condutor e presidente da sociedade beneficente *Sociedade União Protetora dos Motorneiros e Condutores da Pará Electric*, que foi simplesmente demitido. Em 1913, Porto Filho dividiu sua mesa de cerimônia com a gerência da companhia *Pará Electric* na solenidade de posse dos novos membros administrativos da mutualista *Liga Benfícense dos Empregados da Pará Electric*. A experiência de um clima festivo e solidário originou promessas e distinções de ambas as partes; neste contexto, todos tinham postura amistosa e colaborativa. Contudo, em 1917, o condutor José Porto Filho viveu a experiência inversa da ocorrida em 1913. Ao ajudar a fundar a sociedade voluntária dos motorneiros e condutores, e se tornar seu presidente, protagonizou logo uma greve de poucas horas, cuja consequência foi sua exclusão da companhia.<sup>40</sup>

As represálias aos líderes grevistas foram bastante frequentes na Primeira República brasileira. Em São Paulo, o líder grevista Ângelo Soave, proprietário de um botequim no bairro Vila Industrial, em Campinas, ao ser preso por, solidariamente, aderir à greve de 1917, foi seguido durante o comboio policial por grevistas contrários à sua prisão, que pediam a sua soltura. Como não foram atendidos em seu pedido, começaram a depredar o local, gerando uma reação policial violenta, que chegou ao fim com alguns feridos e a morte de dois

---

<sup>40</sup> “A ‘grève’ dos motoristas e conductores da Pará-Electric”. Belém, *Folha do Norte*, 19 de fevereiro de 1917, p. 1-2.

trabalhadores. O líder grevista Ângelo Soave foi associado, de 1906 a 1913, ao clube beneficente *Sociedade Humanitária Operária*, tendo sido dela expulso (NOMELINI, 2014, p. 260-261). Seguramente, as suas atividades reivindicatórias contribuíram para a sua expulsão, uma vez que a neutralidade em relação a conflitos de natureza trabalhista podia ser um dos princípios das mutualistas operárias. Dessa forma, as lideranças grevistas sofriam perseguições dos patrões, com risco constante de demissão, de perseguições da polícia, e, ainda, corriam o perigo de serem expulsos das sociedades de socorro mútuo, quando suas atividades de defesa profissional contrariavam as normas estatutárias destas sociedades.

## **2. 5 Sociedades Mutualistas e Sindicatos Operários: A Mutualidade Institucional**

Os movimentos de reivindicação operária também permitem observar o comportamento não somente dos patrões em relação às mutualistas, como ainda a reação de uma instituição operária em relação à outra, em tempos de mobilização grevista. De acordo com Paula Nomelini (2014), no Estado de São Paulo, o sindicato *Liga Operária de Campinas* possuía associados em comum com a beneficente *Sociedade Humanitária Operária*. Esta condição de partilha de associados possibilitou que, durante a greve de 1906 dos ferroviários da *Companhia Paulista de Jundiaí*, a qual mobilizou também os ferroviários e outras categorias de Campinas, as lideranças grevistas fossem os associados tanto daquela sociedade de resistência quanto desta sociedade mutualista. As duas sociedades chegaram até a dividir a mesma sede (NOMELINI, 2014, p. 256-257).

Segundo Nomelini (2014), a partir da greve de 1906, a *Liga Operária de Campinas*, cuja atuação foi destacada naquele movimento, aumentou sua visibilidade e sua credibilidade, perante os trabalhadores campineiros e outras associações operárias recreativas e mutualistas. Assim, a *Liga Operária* estava fortalecida, e passou a ser a principal liderança das organizações operárias reivindicatórias em Campinas. Com o destaque da *Liga Operária*, a relação entre os seus membros com os membros da *Sociedade Humanitária Operária* sofreu modificações ao ponto de alguns membros daquela passarem a exigir a expulsão desta da sede usada em comum pelas duas associações. De acordo com Nomelini (2014), os membros do sindicato, que exigiram a expulsão da sociedade beneficente, foram provavelmente influenciados pela declaração do Primeiro Congresso Operário, de 1906, o qual afirmava ser necessário prevalecer a ação de resistência, sem vínculos com ações de beneficência,

mutualismo e cooperativismo. Os membros da *Sociedade Humanitária Operária* reagiram ao afirmar que não desejavam ver a sua organização atrelada à imagem reivindicatória daquele sindicato, alegando que a associação beneficente deveria adotar uma postura de neutralidade política e de independência, alugando uma sede em outro prédio da cidade (NOMELINI, 2014, p. 257).

A relação entre sociedades de resistência e sociedades beneficentes, durante a Primeira República no Brasil e no Pará, era marcada por uma multiplicidade de sociabilidades, agenciadas pelas circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais do período. Os momentos de dificuldade e de crise econômica também construíram solidariedades entre essas sociedades. No Estado do Pará, em 1917, houve uma manifestação do povo e das classes operárias contra a carestia de vida. Os manifestantes entregaram uma moção ao governador Lauro Sodré, que pedia proteção para as classes pobres, as quais sofriam com a grande alta dos preços dos alimentos, do vestuário e dos aluguéis. Nessa manifestação se uniram aos membros da sociedade mutualista *Sociedade União dos Cigarreiros* os membros do *Sindicato das Classes da Construção Civil*, da *Liga Operária*, do *Sindicato dos Alfaiates* e da *Sociedade União Protetora dos Motorneiros e Condutores*.<sup>41</sup> A comunicação entre as instituições operárias permitia a construção de práticas sociais, econômicas e políticas, capazes de evidenciar um nível muito íntimo de relações, um tanto solidárias e, por vezes, um tanto contrastantes, entre as classes no regime republicano.

## 2. 6 Trabalhadores e República: Nasce o Sindicalismo Revolucionário

O regime político da república democrática nos países em que foi implantado não favoreceu a vitória do proletariado, e o confronto com os seus exploradores. As esperanças alentadas pelos trabalhadores de uma súbita transferência de poder, por meio da revolução, ruíram rapidamente diante da compatibilidade entre a república democrática e a estabilidade da política e economia capitalistas (TOLEDO, 2004, p. 76).

A República no Pará logo decepcionou os que lutaram por melhorias das condições de trabalho e pela garantia de direitos políticos e sociais, através da organização dos trabalhadores. Segundo Edilza Fontes (2002, p. 201-202), os movimentos contestatórios da

---

<sup>41</sup> “Um meeting contra a carestia da vida”. Belém, *Folha do Norte*, 1 de julho de 1917, p. 1.

República expressavam os interesses de vários setores sociais em ultrapassar o projeto republicano vencedor. De acordo com a autora, no Estado do Pará, os trabalhadores em ofícios artesanais e de prestação de serviços se organizaram em sociedades de socorros mútuos, que buscavam exercer a solidariedade e reforçar os laços de identidade operária. As mutualistas podiam se tornar vozes contestadoras dos governos republicanos, mas podiam também, em outros momentos, auxiliar a implantação da República no Pará.

No período, os regimes republicanos se viam confrontados com o desafio imediato da ação direta. Os tumultos, os motins e as greves gerais violentas demonstravam a fragilidade da ordem política e a vulnerabilidade das economias (TOLEDO, 2004, p. 75). No Pará, as reivindicações dos trabalhadores atingiam diretamente os interesses de proprietários e administradores. Por esse motivo, até para os partidos políticos de oposição era perigoso demais apoiar reivindicações, como as baseadas em greves. Nesse ponto estava o limite da ação política republicana, nesta região limítrofe diante da qual as disputas entre os partidos políticos recuavam, em nome dos interesses da classe dominante. Tais demarcações de interesses classistas foram responsáveis pela conformação de dois campos de luta. Um campo relacionado ao controle do poder político na República, no qual as disputas políticas pela hegemonia envolviam o partido situacionista e o governo contra os partidos oposicionistas; e, outro, onde a luta era a reivindicação dos trabalhadores, que, organizados em clubes, associações de auxílio mútuo e no Partido Operário do Pará, estavam voltados para as questões referentes a relações de trabalho, de salários, de impostos e de taxações (FARIAS, 2005, p. 100-102).

Segundo Edilene Toledo (2004, p. 75, 77), a tentativa dos movimentos de esquerda em associar o socialismo à democracia liberal ocasionou a mudança do ideal da revolução para uma postura de reforma social, propiciando a essa ala reformista dos movimentos sociais a sua integração política ao sistema da política institucional. Apesar da integração política da ala reformista dos movimentos sociais, os revolucionários do proletariado se decepcionaram com as possibilidades limitadas de mudança no regime republicano. O descontentamento com a república democrática teve grande relação com o surgimento do sindicalismo revolucionário, pois, diante da revolução implausível do proletariado, os trabalhadores deveriam se concentrar nas melhorias e nas reformas imediatas da sua condição de vida e de trabalho, adiando, momentaneamente, a revolução operária.

O sindicalismo revolucionário foi um fenômeno internacional, sendo uma prática sindical, que se constituiu como corrente política autônoma. Foi um movimento, que defendia a ideia de que o sindicato seria o único órgão capaz e suficiente, para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores. O sindicalismo revolucionário defendia a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à neutralidade política do sindicato, garantindo a autonomia sindical e a superação das divisões entre os trabalhadores. Foi um movimento de construção de uma identidade operária, capaz de suplantar outras identidades opostas; e, foi também a defesa da unidade da classe trabalhadora, isto é, da presença de todos os trabalhadores, de qualquer tendência, nos sindicatos. As organizações, inspiradas no sindicalismo revolucionário, procuravam obter vantagens no curto prazo, no quadro do sistema existente, porém adotavam também, como perspectiva a longo prazo, a derrubada do capitalismo e a instauração de um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores. A luta sindical era vista como a revolução em curso, como experiência de autogoverno dos trabalhadores, com uma organização baseada em critérios de democracia interna e de participação coletiva (TOLEDO, 2004, p. 13-14, 38).

No Estado do Pará, o sindicalismo revolucionário foi representado pela *União Geral dos Trabalhadores do Pará* (UGT). A história deste sindicato esteve fortemente relacionada com a presença de dois sindicalistas revolucionários: Antonio Carvalho e Gentil da Cunha. Em 1914, durante a greve dos trabalhadores da construção civil, o sindicalista revolucionário Antonio Carvalho foi preso pela polícia ao sair da *União Geral dos Trabalhadores do Pará*, sob a acusação de ser o mentor deste movimento grevista. O sindicalista, depois de ter sido preso, foi deportado para a Europa em companhia de outros grevistas,<sup>42</sup> entre os quais estava o também sindicalista revolucionário Gentil da Cunha.<sup>43</sup>

A polícia perseguia Antonio Carvalho há algum tempo. Anteriormente, sua residência, e também quitanda, foi invadida por policiais, que apreenderam folhetos, jornais e revistas libertários, estatutos de sindicatos e de mutualistas, um regimento interno de sindicato, cartas, boletins informativos dirigidos a associações diversas, ofícios endereçados a sindicatos e a empresas, um punhal e um pente de pistola, com nove balas. A invasão da polícia à residência do sindicalista foi motivada pelo fato de Antonio Carvalho ter sido o principal “cabeça das greves” dos carroceiros, dos sapateiros e dos estivadores, ocorridas na cidade de Belém,

---

<sup>42</sup> “GRÉVE DOS CONSTRUCTORES CIVIS”. Belém, *Folha do Norte*, 26 de maio de 1914, p. 2.

<sup>43</sup> “As carrocinhas da Empreza Americana”. Belém, *Folha do Norte*, 20 de março de 1915, p. 2.

capital do Pará. A quitanda de Antonio Carvalho, por ser localizada na movimentada Praça da República, era um espaço muito propício ao convívio entre trabalhadores, o que deu possibilidade para que o sindicalista revolucionário discutisse suas ideologias libertárias com operários de várias categorias. Antonio Carvalho era um propagador de ideias libertárias e um “formador”, dentro do movimento operário do Pará (FONTES, 2002, p. 246-247).

Quitandeiro e sindicalista, o português Antonio Carvalho era o fundador e líder sindical à frente da *União Geral dos Trabalhadores do Pará*. Era também um orador e doutrinador competente e persuasivo, com grande articulação entre grupos sindicais e libertários da região do Estado do Pará, do Brasil e de Portugal. Possuía um sólido conhecimento das doutrinas libertárias, sendo um leitor versado em várias línguas estrangeiras, nas quais lia em primeira mão sobre as ideias mais avançadas do liberalismo, do socialismo e do anarquismo, presentes na Europa e no mundo. Antonio Carvalho soube articular seu amplo conhecimento, ligando o seu saber construído a partir da conjuntura internacional do período com o conhecimento da condição dos trabalhadores da região, na qual passou a militar suas ideias de união do proletariado: “Carvalho é dotado de certa vivacidade e mostra estar bem orientado no movimento de união das classes productivas em todos os jornaes que d'elle se occupam”.<sup>44</sup>

O sindicalista revolucionário Antonio Carvalho era o organizador do movimento operário no Pará. Nas suas relações com categorias profissionais e sindicatos operários, o que se destacava era sua atuação como orador, pois organizava os trabalhadores, discursando e doutrinando sobre ideias libertárias. Desse modo, durante a preparação da greve de 1914 dos oficiais sapateiros, Carvalho era o orador do movimento grevista.<sup>45</sup> Para que os carroceiros se manifestassem em greve solidária aos sapateiros, Antonio Carvalho fez discursos incendiários para essa categoria se juntar ao movimento grevista; e, onde a sua palavra discursada não chegava, redigia boletins para serem distribuídos, chamando os trabalhadores à greve. Por conta dos seus discursos, os carroceiros foram convencidos por Carvalho a aderir ao movimento reivindicatório dos sapateiros. Durante os momentos mais tensos da greve, a polícia apareceu para reprimir os grevistas; e, Antonio Carvalho, com outros chefes do movimento, para não serem presos, precisaram se asilar temporariamente no *Grêmio Literário Português*, local onde funcionava o Consulado de Portugal.<sup>46</sup> Foi neste dia que a polícia

<sup>44</sup> “Gréve dos sapateiros”. Belém, *Folha do Norte*, 27 de março de 1914, p. 1.

<sup>45</sup> “Greve de sapateiros”. Belém, *Folha do Norte*, 16 de fevereiro de 1914, p. 1.

<sup>46</sup> “A gréve dos carroceiros”. Belém, *Folha do Norte*, 9 de abril de 1914, p. 1-2.



invadiu sua casa e quitanda, na Praça da República, nas quais encontrou os escritos subversivos, e todo o seu material de “formador” do movimento operário do Pará.

Entre os escritos apreendidos pela polícia na quitanda do sindicalista estava o livro *Géorgicas*, de Neno Vasco, editado pela redação do jornal *Terra Livre de Lisboa*, e impresso nas oficinas gráficas do jornal *O Zé*, também da cidade de Lisboa, em Portugal. Outros livros editados em Portugal apreendidos foram *A Anarquia Perante os Tribunais*, de Pedro Gori; e, *Socialismo e Parlamentarismo*, de P. Kropotkine. As cartas apreendidas demonstram ainda que Antonio Carvalho mantinha correspondência com redatores de jornais anarquistas de Lisboa e do Porto, em Portugal (FONTES, 2002, p. 247, 250). A relação entre Carvalho e os escritos libertários, editados em Portugal, bem como a sua correspondência com redatores anarquistas portugueses, evidencia uma parte da vida deste sindicalista revolucionário em Portugal, que não se limitava apenas à leitura de escritos libertários e à correspondência com jornalistas anarquistas. Efetivamente, o sindicalista revolucionário Antonio Carvalho atuou no movimento operário de Portugal, sendo que desta atuação resultou a sua perseguição pela polícia e pela justiça portuguesas. Para não ser preso em Portugal se refugiara no Brasil, no Estado do Pará.<sup>47</sup>

A Primeira República portuguesa (1910-1926) prometia resolver, de uma única vez, a questão social e política dos trabalhadores. O operariado português, no entanto, vitimado pela carestia de vida, sem representação política ou social, viu-se fortemente atraído pelo sindicalismo revolucionário, o qual defendia abertamente a ação direta. O republicanismo português havia se tornado uma arma ideológica e política nas mãos da burguesia, tornando inútil a ação política dos trabalhadores. Desse modo, somente o sindicalismo revolucionário, com a eficácia da ação direta, criava a esperança de um desfecho favorável à classe trabalhadora portuguesa. A nova doutrina viu o crescimento dos seus sindicatos, da sua militância, e, principalmente, da sua atividade sindical, sendo responsável pela onda grevista, que tomou conta dos primeiros anos republicanos em Portugal. No entanto, a partir de 1912, a Primeira República portuguesa definiu a sua orientação em relação à corrente revolucionária do sindicalismo, esmagando o movimento, prendendo os seus dirigentes e proibindo a sua propaganda (PEREIRA, 2010, p. 201-203). Foi neste contexto de repressão política e social que o sindicalista Antonio Carvalho se viu forçado a fugir de Portugal, e refugiar-se no Brasil,

---

<sup>47</sup> “A grève”. Belém, *Folha do Norte*, 13 de abril de 1914, p. 1.

no Estado do Pará, lugar onde passou a unir as classes trabalhadoras, e a organizar o movimento operário da região.

O sindicalista revolucionário Antonio Carvalho possuía grande capacidade para argumentar, o que pode ser aferido pelas formas como soube motivar e convencer as categorias de trabalhadores do Pará a se organizar e se mobilizar, pois geralmente usava de muitos argumentos e regulava-os, segundo as circunstâncias, ora apelando para a solidariedade, que deveria existir entre a classe operária; ora apelando para as necessidades específicas da categoria profissional em particular, a qual desejava mobilizar. Dessa forma, o sindicalista conseguia organizar os movimentos grevistas no Estado. O seu trabalho de formador do movimento operário estava muito além da organização de greves, pois em 1º de maio de 1914, o dia do trabalho foi comemorado pela *União Geral dos Trabalhadores do Pará*, cuja sede recebeu artistas e operários da capital Belém em grande número. Após a solenidade na UGT, cerca de 800 pessoas fizeram uma passeata, durante a qual cantaram a *Internacional Comunista*, seguindo em direção ao cemitério Santa Izabel, para homenagear o túmulo do estivador Paulo Victor, assassinado pelo capataz de serviço da companhia de navegação *Booth Line*. Na ocasião, o sindicalista Antonio Carvalho proferiu um discurso, o qual emocionou os presentes. Depois de espalharem flores sobre o túmulo do estivador, os manifestantes retiraram-se em direção à *União Geral dos Trabalhadores do Pará*, cantando novamente a *Internacional Comunista*.<sup>48</sup>

A apropriação pelos trabalhadores do espaço público durante a passeata do 1º de maio, na qual entoaram a *Internacional Comunista*, demonstra justamente o caráter do espaço, que é praticado: um espaço, que, por ser público e político, é significado pela prática do coletivo. O percurso, o andar, os passos dos trabalhadores, têm a propriedade de moldar o seu espaço público. Por conseguinte, o controle do espaço serve como demonstração do poder que os trabalhadores poderiam exercer sobre os outros grupos sociais. No entanto, a apropriação de locais públicos, como espaço da política, implicava também a observância de certas normas político-sociais. Para Claudio H. M. Batalha (2009, p. 253-257), a manifestação é um teatro político, que faz do uso do espaço o seu palco. Esta teatralização inclui desde a escolha do local, que pode ter maior ou menor peso simbólico, passando pela forma assumida pela manifestação e pelo grau de ritualização de seus procedimentos.

---

<sup>48</sup> “Pela primeira vez no Pará...”. Belém, *Folha do Norte*, 2 de maio de 1914, p. 1.

No caso da manifestação do 1º de maio de 1914, no Pará, a escolha dos locais e os atos simbólicos praticados têm um significado fundamental para a classe operária. A solenidade na *União Geral dos Trabalhadores do Pará*, a passeata embalada pela *Internacional Comunista* e a visitação ao túmulo de um operário no cemitério da cidade evocavam os percursos da identidade e da cultura operárias. Os trabalhadores sabiam o significado daquele dia. Lutavam, sofriam e caminhavam unidos. Eles eram uma classe, a classe operária.

Logo, este capítulo esteve aplicado ao exame dos elementos constitutivos das culturas popular e operária do Estado do Pará da Primeira República brasileira. Com este objetivo, ativemo-nos aos quesitos da identidade de ofício profissional; do poder proprietário em suas estratégias de domínio; das táticas operárias de enfrentamento à classe patronal; das vinculações políticas existentes na multidão amotinada da cidade de Belém; das trocas institucionais entre sociedades mutualistas e sindicatos trabalhistas na consolidação do movimento operário; das possibilidades do assistencialismo mutualista progredir para a combativa ação direta; do sindicalismo revolucionário regional em consórcio com a *União Geral dos Trabalhadores do Pará*, para organizar as lutas operárias etc. Em síntese, neste inventário de práticas sociais e institucionais se revela o mostruário da cultura cotidiana, seja do povo, seja dos trabalhadores, da cidade de Belém e do Estado do Pará.

### CAPÍTULO III

#### **3 A GREVE GERAL DA *PORT OF PARÁ*: ECONOMIA, SOCIEDADE E CLASSES SOCIAIS NO PARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

A historiografia já reconheceu que os estudos sobre os operários no Brasil da Primeira República um dia foram escassos, mas, a partir da década de 1970, os estudos sobre a classe operária cresceram ao ponto de serem realizadas inúmeras pesquisas e trabalhos, que foram publicados no Brasil e no exterior. Esses estudos podem ser agrupados em três grupos principais: o primeiro são as pesquisas realizadas por militantes operários, acusadas injustamente de fabricarem efemérides e discursos autolegitimadores, mas que, contrariamente a isso, estiveram pautadas por necessidades intrínsecas ao movimento operário; no segundo, encontram-se os estudos realizados com base sociológica e, portanto, de caráter generalizante, capazes de generalizar as suas conclusões sociológicas, baseadas em realidades como as do Rio de Janeiro e de São Paulo, para todo o restante do Brasil; e, por fim, os estudos acadêmicos com maior fôlego de pesquisa empírica, dotados de maiores cuidados e minúcias científicas, porém com fortes problemas de fragmentarização e de regionalização restritiva (BITTENCOURT, 2007, p. 141-143).

Para os limites do presente capítulo, selecionamos como evento a ser analisado a greve geral da *Port of Pará*. Assim, com este movimento grevista desejamos destacar a legitimidade da classe dos estivadores, colocando em evidência o esforço de organização da categoria, sobretudo, por meio da análise do seu estatuto classista (BATALHA, 1991/1992, p. 111-124). Com os estatutos da *Sociedade União Protetora dos Estivadores*<sup>49</sup> é possível identificar a estrutura de poder dentro dessa união mutualista, uma vez que ela tinha por constituição um presidente, um vice-presidente, um 1º secretário, um 2º secretário, um tesoureiro, um procurador, seis conselheiros, três membros da comissão fiscal, e os sócios, que podiam ser contribuintes, remidos, beneméritos, correspondentes e honorários. A sociedade possuía como função precípua a proteção e a defesa dos seus associados, bem como aspirava ao levantamento moral da classe e à sua prosperidade intelectual. Eram valores destacados a solidariedade, a moralidade e o respeito pela sociedade e pelas leis, pois com base nestes dois

---

<sup>49</sup> “Sociedade União Protectora dos Estivadores” – Estatuto de 1916. *Centro de Memória da Amazônia*. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1910-1919), Cx. 02, Doc. Avulso.

últimos valores se dizia que o associado deveria ter uma ótima conduta civil e moral, e não se achar envolvido em processo criminal. Diante deste disciplinamento rigoroso da conduta comportamental, intelectual e social do associado, podemos dizer que a união dos estivadores tinha um modelo de homem, segundo o qual ele deveria ser honesto, cidadão e solidário.

Além do foco na questão da legitimidade da classe dos estivadores, os outros objetivos do capítulo se prendem à análise do capital internacional e da sua influência sobre a região amazônica; à integralização da região com o mundo, através das suas rotas fluviais; à análise de temas, como economia popular; aos mencionados mecanismos de ajuda mútua entre os estivadores em tempos de crise econômica; e, às suas estratégias de luta e de reivindicação. Com estes pontos em mente, almejamos contextualizar a Amazônia em um plano mundial, no qual a circulação de capitais foi um dos motores para as transformações, que se deram na região, sendo que assim será buscada uma articulação entre o macro-analítico e o micro-analítico.

Vale ressaltar que a Amazônia, quando percebida em relação ao mundo, ganha muito em potencial de análise, e o mesmo pode-se falar do Estado do Pará, quando se procura analisar sua situação econômico-social, fazendo uma história comparada, a qual leva em consideração os outros Estados da federação brasileira, na conjuntura da Primeira Guerra Mundial. Isto remete-nos, seguramente, de novo ao cenário global, só que agora de forma também afinada ao contexto nacional, sendo necessário fugir de uma das lógicas dos estudos monográficos, que conduz muitas das vezes a uma dimensão puramente local nas análises, o que soçobra as possibilidades de uma articulação entre as diferentes escalas, e se perde a relação entre o local e o estadual, o regional e o inter-regional, o nacional e o internacional (BATALHA, 2006, p. 93-95).

As fontes utilizadas neste capítulo são, em sua maior parte, jornais de tiragem diária, que circulavam pela cidade de Belém do Pará, no período da Primeira República, isto é, a grande imprensa belenense. São eles os jornais o *Estado do Pará*, a *A Palavra* e a *Folha do Norte*, dos quais se pode falar, resumidamente, algumas coisas, posto serem o manancial, que supre as necessidades da maioria dos historiadores da região e, portanto, serem amplamente conhecidos, senão por sua historicização ao menos pelo uso prático de que fazem deles, de modo crítico ou acrítico. A *Folha do Norte*, do ponto de vista político, fornecia sustentação ao governo situacionista de Lauro Sodré; o *Estado do Pará* sustentava politicamente Antonio Lemos e o seu séquito; e, por último, *A Palavra*, que, órgão da Igreja Católica, preocupava-se

com a formação social e cristã da sua comunidade religiosa (OLIVEIRA, 2013, p. 15-16; SILVA, 2013, p. 1-37).

A propagação de ideias encontrou sua principal difusora com a invenção da imprensa, pois a partir deste invento foi criada uma alternativa à linguagem simplesmente gesticulada, murmurada, gritada, da cultura oral, e agora se podia ter acesso à linguagem da cultura escrita, desprovida de entonação e cristalizada em páginas (GINZBURG, 2006, p. 104). Uma das questões importantes relacionadas à imprensa foi justamente a difusão de informações e de ideias para o maior número de indivíduos. Apesar de a imprensa ter modificado tão profundamente a vida da humanidade, quando começou a fazer parte do seu cotidiano, a história por meio dela, mais especificamente a imprensa periódica, sofreu muito preconceito por parte dos historiadores, pois seguiam uma tradição iniciada no século XIX e existente até meados do XX, associada ao ideal da busca da verdade dos fatos, que estabelecia uma hierarquia qualitativa de documentos e na qual os jornais não usufruíam de boa posição, para a validação fática.

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados ao registro do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Sendo que, segundo essa lógica positiva, em vez de permitirem captar o ocorrido, contrariamente, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. No entanto, o trabalho com jornais se mostra muito proveitoso para a História, sobretudo para a história do movimento operário, pois se houve uma instituição civil, a qual mais publicou informações sobre os trabalhadores, esta foi a imprensa periódica, uma vez que por meio dela é possível conhecer dados sobre as formas de associação e de composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e de trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais (LUCA, 2005, p. 112-119).

A história oficial nem sempre coincidiu em seus temas com os da história social e, neste ponto, a história da gente comum não ocupou o seu lugar devido nos anais da história mais tradicional. A *história vista de baixo*, além de possuir o seu componente metodológico, destacou-se pelo forte engajamento político dirigido ao fortalecimento e à divulgação da história das pessoas comuns. O que permitiu boa parte dos avanços dessa história foi a sua relação próxima com a sociologia histórica, pois essa “interpenetração fertilizante”

possibilitou ao historiador encontrar novos problemas na produção sociológica contemporânea ou novas perspectivas para os seus antigos problemas. A história da classe operária ainda tem muito a ganhar com esse estimulante encontro da sociologia com a história, principalmente quando a historiografia da classe trabalhadora, para pensar a história dos trabalhadores, necessita vê-los, em sua maioria, como provenientes, ou como parte, das classes dos extratos mais marginalizados da sociedade. No entanto, na sociologia subsistem limitações na medida em que pode despersonalizar, e amenizar os conflitos de ordem operária, e oferecer e comprimir dentro de poucas frases confortáveis muitos anos de doloroso conflito transicional de sociedades em processo de profunda mudança (THOMPSON, 2001, p. 185-194). Dessa forma, em contraposição à generalização sociológica, a história pode particularizar e apontar os avanços e retrocessos, assim como os conflitos, rupturas e permanências do processo histórico em uma narrativa, que dê conta das mudanças da sociedade e dos homens no decorrer do tempo.

O capítulo, que ora redigimos, pretende seguir justamente na direção dos mais pobres, na direção do povo, enfim, daqueles, que precisavam trabalhar para sobreviver e que, mesmo com os seus salários, não tinham o suficiente, para manter o seu já depauperado padrão de vida, levando-os a protestarem nas ruas por melhorias sociais e econômicas. O período das repúblicas liberais foi marcado por trágicas derrocadas econômicas de dimensões global, nacional e regional, e os escombros desses abalos econômicos desabaram sobre os mais vulneráveis social e economicamente.

Portanto, pretendemos nesse capítulo acompanhar o percurso realizado pela economia em sua ascensão até a sua crise, e mostrar que, ainda antes do seu agudo paroxismo, isto é, durante a sua instalação e consolidação, as populações sofreram graves consequências, quer dizer, não importa o quanto o capital estivesse bem, ele sempre pôde causar danos aos mais pobres. Neste âmbito, o que objetivamos é dimensionar estes prejuízos dentro de um contexto maior, e não os descolar da sociedade, que os causou, e tentou atenuá-los, de alguma forma.

### **3. 1 Algumas Condicionantes da Carestia de Vida e sua Relação com a Economia Popular**

A reivindicação do aumento de 30% nos salários dos estivadores da *Port of Pará*, e que os seus pagamentos fossem realizados em cada sábado teve como causa a carestia de vida. No Brasil, inicialmente, ocorreu estreita relação entre o consumo do operariado e a produção industrial nascente. O mercado voltou-se, primeiramente, para a produção de bens de consumo popular. Assim, a especialização fabril e o crescimento industrial estiveram voltados, em uma primeira fase no país, para a produção de bens de consumo de massa, capazes de garantir a reprodução da força de trabalho, através da absorção total da massa de salários pelo mercado destes manufaturados, que consistiam em alimentos (biscoitos, pão, massas, banha, óleos de cozinha, cerveja), vestuário (tecidos de algodão, chapéus de feltro, roupas, calçados), habitação (móveis, louça, materiais para construção, como madeiras, vidros, cerâmica, olaria, cantaria), além de outros produtos, como sabão, velas, vassouras, fósforos, cigarros etc (HARDMAN, LEONARDI, 1982, p. 200).

De acordo com Hardman e Leonardi (1982), esse processo garantia um dos mecanismos básicos de acumulação do capital industrial, no qual os trabalhadores assalariados, enquanto produtores diretos de mais-valia, assumiam também o papel de consumidores dessa mesma produção, o que permitia a reprodução da força de trabalho, a realização dos lucros capitalistas no mercado e a manutenção do equilíbrio entre o baixo nível dos salários e o custo de reprodução da força de trabalho. No entanto, nos períodos de crise da produção capitalista, tal dinâmica só poderia se manter às custas de uma superexploração das massas trabalhadoras, através da queda dos salários reais, aumento do desemprego, com a consequente carestia do custo de vida, escassez dos gêneros básicos e fome.

Com relação a essas crises econômicas, a que mais atingiu as condições de vida dos trabalhadores foi a que despontou no final da Primeira Guerra Mundial. As grandes greves e lutas operárias no Brasil deste período significaram, em parte, uma explosão de descontentamento e de resistência contra a situação crescente de penúria dos trabalhadores. Em face de uma situação insuportável de exploração de trabalho e de perda constante das condições mínimas de vida, os operários chegavam quase que espontaneamente a compreender a necessidade de transformação social, lutando nas fábricas e nas ruas contra a ordem republicana capitalista (HARDMAN, LEONARDI, 1982, p. 201).



A Primeira Guerra Mundial provocou profundas perturbações nas economias mundial e brasileira, uma vez que os países europeus, ao dirigirem suas energias internas para o esforço de guerra e converterem a maior parte de seus parques produtivos em indústria bélica, começaram por demandar dos países periféricos um esforço crescente para abastecê-los dos produtos primários de que necessitavam, para alimentar suas populações e exércitos. O Brasil, ao incrementar suas exportações de arroz, de açúcar, de batata, de carnes, de farinha de mandioca, de feijão e de milho, entre outros produtos, resolvia seus problemas de balança comercial, por vezes conseguindo saldos positivos, porém a população sofreria com os problemas relacionados à escalada dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Assim, houve escassez de pão e o encarecimento dos aluguéis. A inflação atingiu níveis, que arruinaram a fragilizada economia popular, desencadeando manifestações populares por todo o país (CASTELLUCCI, 2005, p. 3).

No Estado do Pará, houve também manifestações. Em 1º de julho de 1917, as classes operárias e o povo da capital fizeram um *meeting* contra a carestia de vida, que “cada vez mais se accentua, premindo fortemente as classes menos favorecidas da fortuna”. Foram lidas uma mensagem e uma moção, as quais foram entregues ao governador do Estado Lauro Sodré, pedindo proteção para as classes pobres, as quais sofriam com a grande alta dos preços dos principais gêneros alimentícios. O governante se comprometeu com os pedidos da população e das classes operárias. Depois da passeata, os manifestantes foram até a padaria *Fortaleza de Humaitá*, a fim de felicitar o seu proprietário pela atitude de vender o pão a 1\$000 o quilo.<sup>50</sup> Deram apoio à manifestação a *Federação das Classes da Construção Civil*, a *União dos Sapateiros*, a *Classe dos Alfaiates*, a *Liga Operária*, a *União dos Chauffeurs*, a *Sociedade dos Cigarreiros do Pará*, a *Associação dos Manipuladores de Pão* e a *União Protetora dos Condutores e Motorneiros*. Estas associações formavam o “Comitê” da manifestação.<sup>51</sup>

O pedido das classes pobres ao governador para que interviesse contra a carestia de vida, a qual lhes afligia, mostra-nos que a população percebia na autoridade do governante o poder para conter o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o que se coaduna com uma visão paternalista e, em certo grau, moral da economia, que os pobres acreditavam ser possível e praticável (THOMPSON, 1987, p. 70-71). Porém, a moção apresentada ao governador e o seu compromisso com os pedidos do povo não foi suficiente

<sup>50</sup> “Contra a carestia da vida”. Belém, *Folha do Norte*, 2 de julho de 1917, p. 2.

<sup>51</sup> “Um meeting contra a carestia da vida”. Belém, *Folha do Norte*, 1 de julho de 1917, p. 1.

para impedir o crescente aumento dos preços dos alimentos básicos, pois, em fins do ano de 1918, a situação causava sérias apreensões, uma vez que a alimentação pública, em seus gêneros de primeira necessidade, chegava a preços bastante elevados. O povo se encontrava em uma situação difícil, porque além da falta de recursos havida com a pouca disponibilidade de trabalho, os pobres estavam na iminência de não ter o que comer, pois os preços inflacionados dos alimentos eram “quasi (sic) inacessíveis á sua bolsa”.<sup>52</sup>

Foi um período marcado por instabilidade econômica, social e política, no qual a classe pobre e trabalhadora se rebelou contra a sua tragédia cotidiana e foi severamente reprimida pelas forças coatoras do Estado e da nação. No entanto, nossa pretensão, neste momento, é estudar a greve geral dos estivadores da *Port of Pará*, de setembro, de 1918, pois foi o primeiro modelo de greve geral bem sucedido no Pará, embora tivesse se constituído no anteato dos tristes momentos pelos quais passaria a classe trabalhadora nos meses vindouros, principalmente a partir da greve geral de protesto de novembro deste ano (OLIVEIRA, 2013, p. 89-119).

### 3. 2 O Capital Global e suas Relações com o Regional no Pará

Em 1906, na cidade de Portland, nos Estados Unidos da América, foi criada a companhia portuária *Port of Pará*. Sua fundação foi possível a partir de uma concessão do governo do Brasil dada ao engenheiro norte-americano Percival Farquhar. A companhia contou para suas obras com capital originário de bancos de Paris (França), de Bruxelas (Bélgica) e de Londres (Inglaterra). A disposição desses grandes centros econômicos da Europa em investir em uma obra de infraestrutura fluvial na região amazônica brasileira se justificava pelos altos valores atingidos pela cotação da borracha regional no mercado internacional (PENTEADO, 1973, p. 72-74). Portanto, a possibilidade de uma escoação mais eficiente da goma elástica pelas rotas fluviais se revelava um dos meios mais adequados para levar o valioso produto à Europa, um esforço válido, uma vez que as perspectivas de lucro eram fabulosas. A construção da companhia portuária se prestava a conectar de maneira mais integrada a Amazônia ao mundo, especialmente à Europa e aos Estados Unidos. Tal intenção encontra seu paralelo histórico inicial nos séculos XV e XVI, uma época em que as Coroas Ibéricas se lançaram à exploração das especiarias (como por exemplo, cacau e canela),

---

<sup>52</sup> “A carestia da vida”. Belém, *Estado do Pará*, 4 de novembro de 1918, p. 3.

conectando e integrando vastos e distintos espaços marítimos, sob seu poder para esse objetivo (TACHOT, 2012). Mas, por enquanto, pontuemos algumas consequências da instalação da companhia portuária no Estado do Pará.

Em 1910, problemas de ordem logística traziam prejuízos para o comércio local em Belém, a capital do Pará, pois a companhia de navegação *Port of Pará* aterrava uma área do seu porto na Doca do Reduto, o que impedia a atracação de pequenas embarcações vindas da região do Salgado (parte litorânea do Estado), e que abasteciam a cidade de diversos gêneros. Por conta disso, as pequenas embarcações precisavam aportar em outros locais de desembarque mal preparados para isso, como por exemplo, a Doca de Souza Franco, uma vez que o Porto do Sal, uma das alternativas para o problema, era “pequeno de mais para conter o grande numero dellas”, prejudicando a arrecadação fiscal, o comércio e, por consequência, a população da capital.<sup>53</sup>

As pequenas embarcações, ao chegarem à Doca do Reduto, eram guiadas por alguém, que corria para o *Igarapé das Almas*,<sup>54</sup> atravessando de calças arregaçadas a lama e escalando a amurada da rampa da Rua Municipalidade até alcançar a praia, para dali acenar àquelas canoas, indicando-lhes o local em que deveriam atracar. Ali era feito o desembarque de peixe, de farinha, de goma elástica, além de outros produtos, carregados, por fim, em meio ao lodaçal, uma vez que nem os carros nem as carroças podiam atravessar a espessa lama. Esse problema relacionado ao transporte dos gêneros afetava diretamente aos comerciantes locais do bairro do Reduto, dificultando-lhes a compra de mercadorias para o seu comércio; situação esta sensivelmente agravada pela falta de reação destes aos desmandos da *Port of Pará*, pois mesmo a Associação Comercial não lhes dava, naquele momento, esperança de uma efetiva intervenção, para resolver os seus problemas.<sup>55</sup>

Os influxos de uma economia global, que se impunha de maneira agressiva na região, obrigavam a uma redefinição drástica do local, onde a importação de capital estrangeiro foi responsável por processos de reformatação das microrrelações econômicas na região após a sua inversão (incorporação) nas estruturas auxiliares de escoação da matéria-prima local, especialmente a borracha. Ao passo que ocorreu a reterritorialização deste capital externo, as relações comerciais locais sofreram profunda desestruturação com a presença da *Port of Pará*,

<sup>53</sup> “A doca do Reducto e a companhia Port of Pará”. Belém, *Folha do Norte*, 9 de janeiro de 1910, p. 1.

<sup>54</sup> O Igarapé das Almas era um dos afluentes do rio Guamá, um importante rio da bacia hidrográfica amazônica, e que banha a cidade de Belém do Pará.

<sup>55</sup> “A doca do Reducto e a companhia Port of Pará”. Belém, *Folha do Norte*, 10 de janeiro de 1910, p. 1.

a companhia, que materializou localmente parte das forças capitalistas estrangeiras. Os resultados das suas obras ainda penalizavam a população regional, dificultando, inclusive, a arrecadação fiscal. O cais da companhia no Pará foi inaugurado em 1909, passando por sucessivas construções, para aumentar sua área de aportação até 1913. A companhia enfrentaria uma série de disputas locais para a sua construção e para impor o seu poder econômico na região. Precisou destruir trapiches de outras companhias e indenizá-las pelos danos. Nesse ponto, o capital internacional foi responsável pela construção de espaços dinâmicos de recomposição econômica e social, e pela redifusão de consequências da reorganização local deste capital, tanto na ordem regional quanto na ordem mundial (GRUZINSKI, 2014, p. 2). Dessa forma, a companhia *Port of Pará* prosseguia soberanamente nos seus projetos portuários, redefinindo as relações sociais e econômicas a partir da interação do local com o global, em uma realidade mais integrada e mundializada.

Todas as circunstâncias indicavam para o sucesso da companhia. Sua renda bruta passara de 66 mil dólares em 1909 para 204 mil em 1910, e atingiu mais de 300 mil em 1911. Porém, esses rendimentos, alavancados pela exportação da borracha, sofreriam um sério revés com a crise, que se abateria sobre o produto regional. No entanto, até os anos de 1913 e de 1914, a despeito da grave crise, que sobreviera à região amazônica, a empresa continuava em franco progresso, situação, que não perduraria por longo tempo, pois a desvalorização da borracha e o decréscimo sofrido pelas exportações, durante a Primeira Grande Guerra, acabariam por impor suas consequências aos rendimentos da *Port of Pará*. Desta forma, o movimento do seu porto entre 1911 e 1918 ainda sofreria uma sensível diminuição, motivada, sobretudo, pela “queda vertiginosa das importações”. No lapso entre 1907 e 1920, as despesas da companhia aumentariam 100% e as dificuldades financeiras chegariam a tal ponto que em 1915 sofreria a intervenção de uma comissão, pois os seus acionistas apelaram à Corte de Justiça do Maine, nos Estados Unidos, por causa da crise. Desse modo, o destino da companhia se via gravemente prejudicado pela confluência do fim do Ciclo da Borracha amazônica com a deflagração da Primeira Guerra Mundial (PENTEADO, 1973, p. 82-91).

Neste momento fundamental em que a empresa estava tentando se recuperar da crise, os estivadores dos seus estaleiros decidiram exigir o aumento dos seus salários, iniciando um movimento reivindicatório.

### 3. 3 As Condições Sociais e Econômicas da Classe dos Estivadores da *Port of Pará*

O gerente geral dos estaleiros da *Port of Pará*, Guilherme Paiva, recebeu numa quarta-feira, dia 28 de agosto de 1918, em Val-de-Cans, um ofício assinado pelo secretário da *União Geral dos Trabalhadores*, o sindicalista revolucionário Gentil da Cunha, dizendo-lhe que até o sábado daquela semana, ao meio dia, teria que se manifestar sobre duas pretensões dos operários da companhia. Eles reivindicavam aumento de 30% nos seus salários<sup>56</sup> em virtude da carestia de vida, e que os pagamentos, ao invés de quinzenalmente, como ocorria até então, deveriam ser efetuados aos sábados.<sup>57</sup> O pedido para que os pagamentos fossem aos sábados era para que tivesse fim a exploração, por meio de empréstimos, que se infligia aos operários de Val-de-Cans a juros de 4%, mediante clara agiotagem.<sup>58</sup> Visivelmente, a insegurança social e econômica fazia dos trabalhadores presas fáceis para exploradores, por isso, a necessidade de proteção e de preservação econômica fazia-se urgente.

A insegurança social e econômica sofrida pelos trabalhadores, durante a Primeira República no Pará, foi uma das causas, que contribuíram para o surgimento de diversas associações mutualistas no Estado. O regime republicano não criou instituições e, tão pouco, mecanismos de amparo e de proteção, capazes de salvaguardar, com estabilidade, a condição econômico-social dos operários (NETO, 2015, p. 46). Neste âmbito, a *Sociedade União Protetora dos Estivadores* foi uma importante associação mutualista, a qual se propunha proteger e defender os seus estivadores associados, assim como socorrê-los, quando impossibilitados de prover sua subsistência, porém seus objetivos eram bem maiores, uma vez que trabalharia pelo levantamento moral, pela prosperidade intelectual e moral da classe dos estivadores. Além disso, a sociedade desejava estreitar os laços de solidariedade com todas as associações mutualistas congêneres, dentro e fora do país.<sup>59</sup>

Dessa maneira, no clube beneficente *Sociedade União Protetora dos Estivadores*, os sócios podiam ser efetivos ou contribuintes, remidos, beneméritos, correspondentes ou honorários. E, para a sua admissão, o sócio precisava, entre outros requisitos, ser proposto por um sócio da sociedade em pleno gozo dos seus direitos; possuir nacionalidade brasileira nata;

<sup>56</sup> O ofício assinado por Gentil da Cunha, segundo algumas pessoas, que o leram, teria sido supostamente mal escrito, sobretudo, na parte que se referia ao aumento de 30% nos salários, pois esse aumento beneficiaria apenas aqueles, cujos salários eram relativamente pequenos, conferir sobre “A greve dos operarios da Port of”. Belém, *Estado do Pará*, 5 de setembro de 1918, p. 1.

<sup>57</sup> “700 Homens se recusam ao trabalho”. Belém, *Folha do Norte*, 3 de setembro de 1918, p. 2.

<sup>58</sup> *Estado do Pará*. Belém, 5 de set., 1918, p. 1.

<sup>59</sup> *Sociedade União Protectora dos Estivadores*, op. cit.

ter pelo menos 16 anos e no máximo 50 anos de idade; possuir ótima conduta civil e moral; não se achar envolvido em processo criminal; e, não sofrer de moléstia crônica ou incurável. Esses e outros requisitos eram pesquisados e precisavam ser comprovados por uma comissão de sindicância, especialmente formada para esse fim. Se o candidato fosse aprovado pela votação a que era submetido, deveria, no prazo de 15 dias, comparecer à sociedade, para pagar a joia de 50\$000 réis, 5\$000 réis pelo diploma de associado, 5\$000 réis pelo distintivo social e 2\$000 réis pelos estatutos da sociedade. Após o pagamento dessas taxas, o associado, em sessão da diretoria ou em assembleia geral, deveria prestar o seguinte juramento: “Prometto cumprir bem e fielmente os estatutos desta Sociedade”.<sup>60</sup>

As mutualistas profissionais, como a dos estivadores, foram uma das formas encontradas pelos trabalhadores para enfrentar a instabilidade econômica e social vivenciada por eles. Diante de uma desestabilizadora insegurança estrutural e da falta de mecanismos formais de previdência pública, portanto, da ausência do Estado como remediador das dificuldades das classes subalternas, as beneficentes foram importantes, no sentido de socorrer econômica, médica e juridicamente os seus associados, indo muito além nos seus objetivos, pois lutavam tanto pelo levantamento moral quanto pela prosperidade intelectual dos trabalhadores, criando neles o sentimento de pertencimento à sua classe, por meio de sua valorização, enquanto profissionais (TORRES, 2011, p. 30-40). No entanto, as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores demandavam, com maior urgência, aqueles auxílios, digamos assim, mais concretos, facultados pelas sociedades voluntárias. Nesse sentido, precisamos saber a natureza desses auxílios, assim como a receita orçamentária para provê-los, bem como a sua extensão e seus limites, de maneira qualitativa e particular.

Os sócios da *Sociedade União Protetora dos Estivadores* podiam requerer os benefícios e as vantagens sociais quando estivessem doentes ou necessitados de socorros, fossem presos ou estivessem sofrendo outras circunstâncias extraordinárias; a sociedade ainda cobria as despesas com o enterramento dos seus associados. Não é preciso pensar muito para que se chegue à conclusão de que os benefícios sociais dispensados aos associados custavam uma soma apreciável de dinheiros à associação. Por este motivo, e também por conta da movimentação de valores dentro dessa associação de auxílios mútuos, havia na composição de sua diretoria um tesoureiro, encarregado de fiscalizar e de ter, sob sua guarda e

---

<sup>60</sup> *Sociedade União Protectora dos Estivadores*, op. cit.

responsabilidade, além dos títulos de valor, todo o dinheiro, que formasse o fundo social da sociedade.

Dessa forma, o tesoureiro precisava recolher ao banco todo o dinheiro, que pertencia à sociedade ou convertê-lo em apólices da dívida pública federal, com autorização da diretoria; deveria apresentar trimestralmente um balancete, acompanhado dos documentos comprobatórios do estado financeiro da sociedade; e, ao fim de cada ano social, um balanço geral. Outras responsabilidades seriam assinar os recibos de joias, de anuidades e de mensalidades; pagar todas as despesas ordenadas pela diretoria ou pelo presidente da associação; prestar todas as informações, que a diretoria requisitasse sobre as finanças sociais; apresentar à diretoria, na sua primeira reunião mensal, uma demonstração da receita e da despesa, mencionando o saldo em dinheiro do mês anterior; e, fechar a escrituração no último dia do mês de maio.

Além disso, os fundos sociais da associação eram compostos de capital acumulado, além dos capitais, que podiam ser recolhidos, por meio do pagamento de joias de entrada de sócios; das mensalidades; das anuidades; das remissões; dos emolumentos por diplomas; dos estatutos e dos distintivos; dos rendimentos de suas propriedades; dos donativos; e, dos juros das apólices da dívida pública federal ou de quaisquer outros papéis de crédito, os quais a sociedade viesse a possuir. Como medida de segurança econômica, o capital da sociedade deveria ser convertido em apólices da dívida pública federal ou em imóveis. Era expressamente proibido descontar letras e emprestar aos sócios qualquer quantia dos fundos sociais, mas no caso de dissolução da sociedade, os fundos seriam divididos igualmente pelos sócios efetivos quites, remidos e beneméritos.<sup>61</sup>

A sociedade mutualista não podia emprestar dinheiro aos sócios. Porém, o ano de 1918 foi um período instável em relação à condição econômica dos trabalhadores estivadores e da classe popular, que, em geral, estava debilitada financeiramente, pois os preços dos gêneros de primeira necessidade estavam cada vez mais caros, e com o minguado salário, que recebiam, os estivadores não podiam esperar até o fim das quinzenas, com tanta carestia espicaçando-os todos os dias. Com isso, os trabalhadores ficavam em condição tão vulnerável ao ponto de serem presas fáceis para os agiotas, que lhes faziam empréstimos a juros de 4%. Havia a necessidade de comprar logo os alimentos, mesmo a preços altíssimos, pois a fome não esperaria o fim dos 15 dias trabalhados. A fome passou a ser medida em semanas, o que

---

<sup>61</sup> *Sociedade União Protectora dos Estivadores*, op. cit.

era uma prova de que a inflação vertiginosa desferia seus golpes implacáveis contra o empobrecido bolso dos trabalhadores.

### 3. 4 As Negociações em Torno das Reivindicações dos Estivadores

Apesar da condição da classe operária e das outras “classes menos favorecidas da fortuna” não ser uma das melhores, a companhia *Port of Pará* se negava a conceder o aumento de 30% nos salários dos seus empregados.

Assim, o gerente da *Port of Pará* dirigiu-se na sexta-feira, 30 de agosto de 1918, pela manhã, ao desembargador chefe de polícia, Napoleão de Oliveira, para pedir a sua interferência no assunto, pois segundo o gerente, a companhia podia aumentar apenas 10% nos salários dos operários. No entanto, a segunda pretensão dos operários seria atendida pela gerência, que passaria a remunerá-los aos sábados.<sup>62</sup> No dia seguinte pela manhã, aconteceu uma reunião entre o desembargador Napoleão de Oliveira, o gerente Guilherme Paiva e o secretário da UGT, Gentil da Cunha. Porém, o secretário garantiu que não podia tomar nenhuma providência, pois, conforme ele, não lhe competia resolver questões como estas e sim à assembleia geral da *União*.<sup>63</sup> Diante da resposta do secretário, a gerência da *Port of Pará* mandou afixar um aviso em Val-de-Cans, dizendo que só podia aumentar 10% nos ordenados dos operários, enquanto durasse a Grande Guerra, e que o pagamento seria dali por diante efetuado aos sábados.<sup>64</sup> Guilherme Paiva afirmou que em janeiro a empresa teria aumentado os salários de 250 homens, e que há três meses os operários haviam exigido a diminuição de meia hora de trabalho, o que teria sido aceito pela *Port of Pará*.<sup>65</sup>

A postura do secretário da UGT, Gentil da Cunha, de denegar a responsabilidade cometida a si pelas autoridades, para aceitar acordos sem antes deliberar junto aos estivadores, demonstra os mecanismos internos de democracia da *União Geral*, uma vez que as vontades e as decisões coletivas não poderiam ser tratadas individualmente por um membro da *União* sem prévia consulta aos demais, o que podia gerar um evento percebido como traição a toda uma classe de trabalhadores.

---

<sup>62</sup> *Folha do Norte*. Belém, 3 de set., 1918, p. 2.

<sup>63</sup> *Estado do Pará*. Belém, 5 de set., 1918, p. 1.

<sup>64</sup> *Folha do Norte*. Belém, 3 de set., 1918, p. 2.

<sup>65</sup> *Estado do Pará*. Belém, 5 de set., 1918, p. 1.



Por outro lado, as concessões em torno do tempo pareciam menos difíceis para a companhia portuária, embora alegasse que também tivesse aumentado os salários de 250 trabalhadores há alguns meses. A empresa sustentava ter anuído na diminuição de meia hora na jornada de trabalho dos seus empregados anteriormente e, ainda neste momento, concordava em remunerá-los semanalmente, o que supostamente demarcava uma razoável flexibilidade em relação ao tempo de trabalho e aos prazos de remuneração. No entanto, essas concessões, aparentemente menos custosas de realizar, tinham um preço. Justamente o preço de possíveis contrapropostas dos patrões em reivindicações posteriores dos empregados; e, o que fora antes conquistado podia ser usado agora como argumento pelos empregadores para não ceder em relação às novas reivindicações dos seus trabalhadores, ou para barganhar ferrenhamente sobre elas. Mesmo em referência ao tempo, as concessões dos patrões nem sempre foram afinadas com os desejos dos trabalhadores: podemos encontrar na história do movimento operário do Estado do Pará, a título de exemplo, o caso extremo da greve geral de 1919 desencadeada pelos empregados da empresa construtora *Salvador Mesquita*, por causa do horário de entrada no trabalho (OLIVEIRA, 2013, p. 119-134).

Afinal, o tempo é um ativo da produção, pois se apresenta como meio de exploração da mão de obra (THOMPSON, 1998, p. 289). O tempo, como categoria historicamente construída e experienciada pelos indivíduos, pode tomar feições e matizes variados, como por exemplo, adquirir contornos culturais, sociais e econômicos, como o mencionado estado do tempo influenciado pela economia, mas, para além de um tempo reduzido ao lucro, existem outras formas de descrever a manifestação deste tempo ainda capilarizado pela economia. Referimo-nos ao tempo da crise econômica, um tempo que, acelerado pela crise, torna mais prementes as necessidades materiais dos pobres, colocando suas necessidades mais básicas na condição angustiante do imediatamente urgente, o que nos leva ao estado paradoxal deste tempo, pois se por um lado ele acelera os eventos catastróficos da curta duração (BRAUDEL, 2005, p. 41-78), agora curtíssima, portanto, praticamente revolucionária; por outro, representa um tempo dificilmente suportável, que demora a passar na percepção de quem é supliciado naquilo que lhe é mais fundamental, como a sua alimentação, a sua vestimenta e o seu aluguel de moradia, representando assim, um tempo socioeconomicamente em descompasso com as necessidades e as aspirações daqueles, que têm poucos recursos financeiros.

### 3. 5 A Deflagração da Greve Geral dos Estivadores

Uma comissão da *União Geral* se reuniu duas vezes com o chefe de polícia,<sup>66</sup> dizendo-lhe que, em virtude da resolução da gerência da *Port of Pará*, todos os trabalhadores se colocariam em greve. Sendo que, no dia 2 de setembro de 1918, às 6 horas da manhã, nenhum operário seguiu para Val-de-Cans, eclodindo a greve prometida. Inicialmente, estiveram envolvidos 700 operários no movimento.<sup>67</sup>

Poucos dias depois do início da greve dos estivadores da *Port of Pará*, circularam boatos de que se preparava para o dia 7 de setembro, de 1918, uma greve geral das classes operárias. Os comentários se mostravam insistentes sobre o iminente movimento. Alardeava-se que a desarmonia, a qual se pretendia “cavar entre o capital escasso e o trabalho incerto” era objetivo de indivíduos “levianos”, e que apenas poderia redundar em prejuízos para a sociedade.<sup>68</sup> Isto nos faz recordar que no ideário dos “anarco-sindicalistas” a ordem vigente seria destruída por uma greve geral revolucionária. Houve formulações a seu respeito de que seria um levante armado em massa, porém outras idealizações a descreviam como “um fenômeno relativamente pacífico, tão generalizado que conseguiria tornar-se invulnerável à repressão do Estado” (HALL, 2001, p. 301).

Para E. P. Thompson (1987, p. 152), o grau extremado de pobreza dos operários e as graves mazelas, que os atingiam contribuía para que os seus protestos assumissem uma particular ressonância moral, pois apelavam pelos direitos essenciais e por noções elementares de solidariedade e conduta humanas ao invés de interesses setoriais. Não raro, as tragédias cotidianas sofridas pelos trabalhadores miseráveis levavam ao surgimento entre eles de noções utópicas de reconstrução instantânea da sociedade, e entre estas noções utópicas estava uma noção mítica e ampliada da greve geral: a Greve Geral Universal. Ou ainda, de acordo com Margareth Rago (1985, p. 20), a greve geral fazia parte de um conjunto maior de ações operárias, no qual o discurso operário sobre a fábrica traduziu desde cedo a revolta contra uma imagem suavizada do mundo do trabalho, projetada pelo imaginário burguês. Nesse aspecto, para a autora, falar de fábrica significa questionar praticamente a organização capitalista do processo de produção por vários lados. Assim, nesse movimento, as estratégias de luta preconizadas pelos libertários, desde a sabotagem, o boicote, o roubo, a destruição de

<sup>66</sup> “Os operarios da Port of em greve”. Belém, *Estado do Pará*, 3 de setembro de 1918, p. 2.

<sup>67</sup> *Folha do Norte*. Belém, 3 de set., 1918, p. 2.

<sup>68</sup> “Em nome do interesse geral”. Belém, *Folha do Norte*, 6 de setembro de 1918, p. 1.

equipamentos, até a greve geral, confluem na direção das práticas de resistência cotidiana criadas pela combatividade operária.

A greve, que se iniciara no dia 2, até o dia 5 de setembro de 1918 não havia sido solucionada, e nesse mesmo dia 5, os operários das *Oficinas Camelier*, de propriedade de Mary Camelier, e arrendadas à firma *Nicolaus & Cia.*, em número de 226 trabalhadores, aderiram ao movimento grevista,<sup>69</sup> justificando sua postura como uma ação de solidariedade aos seus colegas trabalhadores da *Port of Pará*, ainda não contemplados em suas reivindicações. Segundo Joaquim Vianna, um dos sócios da firma *Nicolaus & Cia.*, arrendatária das *Oficinas Camelier*, recebeu no dia 3 de setembro um ofício assinado por Gentil da Cunha, secretário da *União*, o qual reivindicava o aumento de 30% nos salários dos operários daquela firma, e também que o pagamento fosse efetuado semanalmente, em vez de quinzenalmente,<sup>70</sup> condições que não diferiam das exigidas à gerência da *Port of Pará*. Apesar de a firma *Nicolaus & Cia.* recentemente ter concedido benefícios aos seus empregados, como o aumento de vencimentos aos carpinas, em 16 de agosto de 1918, e constantes adiantamentos em dinheiro, conforme declarava e justificava, prontamente teria acedido às reivindicações do ofício da *União Geral dos Trabalhadores*.

No entanto, no dia 5 de setembro, o 1º secretário da *União* expediu novo ofício aos Srs. da *Nicolaus & Cia.*, dizendo-lhes que aquela agremiação agradecia a solução satisfatória, que deram à pretensão dos operários das *Oficinas Camelier*, mas que, por espírito de solidariedade aos colegas da *Port of Pará*, estes operários continuariam em greve. O sócio da firma *Nicolaus & Cia.*, Joaquim Vianna, respondeu a esse último ofício da *União*, por meio de carta, que, como havia exposto verbalmente à comissão de 5 membros, designados pelo secretário Gentil da Cunha, aceitava dar o aumento requisitado em consequência de trabalhos em vias de execução em sua oficina, como o do vapor *Uberaba*,<sup>71</sup> do *Lloyd Brasileiro*, cuja urgência pedia que fossem logo concluídos. Neste aspecto, o sócio Vianna salientou que houve um acordo entre as partes, porém desobedecido pela *União Geral*. O sócio da firma diante do ocorrido prometia retomar a liberdade de ação da empresa, para agir conforme as circunstâncias, pois alegava não ter sua firma nada a ver com a companhia *Port of Pará*, e não

<sup>69</sup> “No regimen das gréves”. Belém, *Folha do Norte*, 6 de setembro de 1918, p. 4.

<sup>70</sup> *Estado do Pará*. Belém, 5 de set., 1918, p. 1.

<sup>71</sup> O vapor *Uberaba* foi perseguido durante duas horas por um submarino alemão, quando vinha de Nova York para o Pará. Foram lançadas contra a embarcação 32 granadas, que felizmente não a atingiram. Recebeu auxílio de um destróier norte-americano, para salvar-se da perseguição. A bordo estavam cerca de 500 pessoas, entre as quais mulheres e crianças. Cf. “O “Uberaba” perseguido por um submarino allemão”. Belém, *A Palavra*, 29 de agosto de 1918, p. 1.

podia sua empresa ficar sujeita a “prejuízos avultados”, não obstante a aceitação das reivindicações dos seus operários, justamente para que não sofresse a privação de sua mão de obra. Acompanhando a ação dos operários das *Oficinas Camelier*, operários de outras oficinas do *Porto do Sal* e do Curro aderiram ao movimento grevista.<sup>72</sup>

A solidariedade operária foi um elemento destacado nesta greve geral de 1918, em Belém do Pará, iniciada pelos estivadores da *Port of Pará*. Neste panorama, o movimento paredista, deflagrado no seio de uma categoria profissional e orientado pela *União Geral*, teve no impulso solidário das demais classes profissionais a base para a construção de uma mobilização massiva e abrangente. Todavia, a solidariedade operária não se manifesta de maneira automática, muito pelo contrário, a sua ocorrência é episódica e, às vezes, decorrente de fatores, cuja sucessão de eventos não possibilita uma previsão segura quanto aos seus resultados.

Acompanhando este raciocínio e ampliando a perspectiva, o que podemos entrever na grande greve de maio de 1919, em Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, segue neste sentido, pois, conforme César Queirós (2012, p. 60-67), a greve dos operários da *Companhia Francesa*, que trabalhavam no Novo Porto, eclodiu súbita e brutalmente, sem aviso algum, como uma “greve relâmpago”. O movimento paredista generalizou-se para as demais categorias, com a ajuda da UGT do Rio Grande, construindo suas pautas reivindicatórias no decorrer da greve e das adesões de outros ramos profissionais. Após a greve se difundir pelas categorias classistas, houve o conflito entre os paredistas e a polícia, com agressões a operários, a moças e a crianças, com a invasão da sede da UGT pelos policiais e a prisão de trabalhadores, chegando-se ao extremo de a polícia atirar contra um grupo de operários, o qual se manifestava contra a prisão de um trabalhador, ferindo vários e matando outros. Por esta via, a reação extremamente violenta da polícia levou à adesão de mais setores do operariado rio-grandense à greve, agregando, além deles, os trabalhadores de outras cidades ao movimento grevista, que indignados, solidarizavam-se com os operários vitimados pela polícia e engrossavam as hostes reivindicadoras.

---

<sup>72</sup> *Folha do Norte*. Belém, 6 de set., 1918, p. 4. Ver ainda “A greve dos operários da Port of”. Belém, *Estado do Pará*, 6 de setembro de 1918, p. 1 e “Grèves”. Belém, *A Palavra*, 7 de setembro de 1918, p. 2.

### 3. 6 Alguns Impasses e A Solução da Greve Geral

A *Port of Pará* acrescentou, como motivo para não dar o aumento salarial aos seus empregados, o fato de muitos deles ganharem uma diária de 14\$000 réis. No dia 5 de setembro de 1918, o subprefeito de polícia Homero da Fonseca esteve na sede da *União Geral dos Trabalhadores*, encontrando reunidos ali mais de mil homens. O subprefeito tentou falar com o presidente da *União*, contudo sem sucesso, pois lhe informaram que não existia naquele lugar tal cargo, e que a cada sessão era aclamado um operário qualquer, para presidir aquela sessão, após a qual era destituído, aclamando-se nas sessões subsequentes novos presidentes. De posse dessa informação, o subprefeito falou com o 1º secretário Gentil da Cunha na sede da UGT, convidando-o a se apresentar no outro dia ao chefe de polícia. Momentos depois da saída do subprefeito de polícia, Gentil da Cunha foi desligado das suas atribuições de secretário, para que não sofresse sozinho o peso das responsabilidades.<sup>73</sup>

A proeminência da UGT do Pará na greve geral de 1918, a sua estrutura organizativa, aglutinadora de sindicatos e de associações operárias, suas estratégias políticas e de ação direta, demonstram a sua relevância para o movimento operário do Estado. Depois da sua dissolução, em novembro de 1918, pela polícia do governador Lauro Sodré, ocorreu, em meados de dezembro de 1918, a aliança entre as lideranças mais moderadas do meio trabalhista do Pará, para a criação de uma federação operária, que a substituísse. A *Federação Operária do Norte* (FON) se propunha a representar os interesses das classes operárias do Estado sem defender doutrinas políticas, a exemplo do anarquismo supostamente propagandeado pela UGT, bem como pretendia adotar um tom mais conciliatório entre empregados e patrões (OLIVEIRA, 2013, p. 89-119). Um paralelo histórico pode ser traçado com as associações trabalhistas do movimento operário de Porto Alegre da Primeira República brasileira, pois nos anos de 1917 a 1919 o Rio Grande do Sul foi palco de intensas mobilizações operárias, capitaneadas por instituições trabalhistas, como a *Federação Operária do Rio Grande do Sul* (FORGS), com grande influência sobre o operariado; a *União Geral dos Trabalhadores* (UGT), com participação intensa nos movimentos grevistas de 1918; a *União Maximalista*, inspirada na Revolução Russa de 1917, importante nas

---

<sup>73</sup> “As greves e os grevistas”. Belém, *Folha do Norte*, 7 de setembro de 1918, p. 2. Conferir também “A greve dos operários da Port of”. Belém, *Estado do Pará*, 7 de setembro de 1918, p. 1. Segundo essa coluna do *Estado do Pará*, o próprio Gentil da Cunha disse ao subprefeito de polícia Homero da Fonseca que se considerava exonerado do cargo de secretário da *União Geral dos Trabalhadores*.

mobilizações paredistas de 1919; e, a *União Operária Internacional* (UOI), criada em 1905 e de inspiração anarquista (QUEIRÓS, 2014, p. 84-88).

Em Belém do Pará, no dia 6 de setembro de 1918, próximo das 9 horas da manhã, Gentil da Cunha compareceu à polícia, acompanhado dos operários Manoel Silva, Antonio Monteiro e Roberto Silva, todos da *Port of Pará*. Após algumas observações, o desembargador Napoleão de Oliveira apresentou aos grevistas um acordo oferecido pela *Port of Pará*: aumento de 30% aos operários, que recebiam a diária até 3\$000; 15% aos de 3\$000 a 6\$000; 10% aos de 6\$000 a 9\$000; e, 5% aos de 9\$000 a 11\$000. Todavia, ocorrera uma reação na sede da *União Geral*, a qual indicou que a proposta seria rejeitada. Para poder rejeitar as contrapropostas dos patrões, e para manter os operários firmes e decididos no movimento, a *União Geral dos Trabalhadores* distribuía diariamente alimentação aos operários da *Port of Pará*.<sup>74</sup>

As seguintes associações decidiram apoiar a greve dos estivadores: *Federação das Classes de Construção Civil, Sindicatos dos Marceneiros e Artes Correlativas, Federação da União de Operários Sapateiros, Federação dos Mecânicos e Metalúrgicos, União dos Carpinas Navais e Calafates, União dos Chauffeurs e Sindicato dos Ofícios Vários*.<sup>75</sup> Tanto o apoio destas associações quanto a adesão à greve por parte dos operários das *Oficinas Camelier* indicavam a existência de uma solidariedade de classe entre os trabalhadores do Estado do Pará da Primeira República brasileira. A solidariedade de classe entre eles foi possível em virtude da existência de elementos, os quais possibilitaram a sua consciência de classe, isto é, a “consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes” (THOMPSON, 1987, p. 17). O papel da UGT, como uma instituição de classe autoconsciente, foi fundamental para articular os interesses dos grevistas e canalizá-los através da estrutura de sensibilidade da classe operária paraense, possibilitando uma greve capaz de fazer-se sentir no sistema econômico da região.

Era sensível o incômodo que a greve dos estivadores da *Port of Pará* causava nos patrões e nos clientes donos de embarcação, quando os reparos nas embarcações se faziam urgentes e demandavam rapidez, serviços esses insistentemente reclamados.<sup>76</sup> Dias se passaram sem nenhum avanço nas negociações.<sup>77</sup> O governo, por seu lado, apresentou-se para

<sup>74</sup> “As greves e os grevistas”. Belém, *Folha do Norte*, 7 de setembro de 1918, p. 2.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> “Grêve em Val-de-Cães”. Belém, *Folha do Norte*, 17 de setembro 1918, p. 1.

<sup>77</sup> “A greve dos operários da Port of”. Belém, *Estado do Pará*, 13 de setembro de 1918, p. 1.

tentar conciliar os interesses dos operários e os da companhia. Nas reuniões realizadas perante o chefe de polícia, com o presidente da *Associação Comercial do Pará*, como árbitro, os grevistas se mostravam firmes em sua reivindicação pelo aumento salarial de 30%, ao que a companhia alegava estar “impossibilitada de suportar em suas despesas um accrescimento de tal monta”.<sup>78</sup> A companhia informou que, de janeiro a setembro de 1918, mais de 156 operários de suas oficinas tiveram aumento em seus salários, sendo que os salários de alguns operários variavam de 7\$500 a 13\$500 réis, segundo a companhia “valores estes não diminutos em relação aos trabalhadores que remuneram”.<sup>79</sup> A *Port of Pará* também afirmava que entre os mais inflexíveis estavam, principalmente, alguns operários, que recebiam salários dentro dos limites máximos, e que, ainda na quinzena anterior, receberam quantias superiores a 150\$000 e 200\$000 réis, como pagamentos de seus honorários de meio mês.<sup>80</sup> A companhia apresentou uma nova proposta de aumento de 20% ao comitê dos grevistas, sendo por eles recusada.<sup>81</sup> Depois de uma série de negociações e recusas do proletariado, a greve estava próxima do seu fim.

A greve geral dos estivadores da *Port of Pará* foi solucionada no dia 20 de setembro de 1918. O presidente da *Associação Comercial* Cassio Reis teve bastante empenho nas negociações, para resolver os impasses, que duravam cerca de 20 dias. Mais de 600 homens retornaram ao serviço na manhã do dia 21.<sup>82</sup> A partir deste dia passou a vigorar a tabela de aumentos, com base nos salários anteriores, que se segue:

**Tabela 06. Aumentos Salariais (%).**

Salários	Aumento (%)
De 500 a 6\$000 Réis	30%
De 6\$500 a 10\$000 Réis	20%
De 10\$000 a 12\$000 Réis	15%
De 12\$000 a 14\$000 Réis	10%

**Fonte:** Tabela elaborada por Adriano Craveiro de Oliveira, com base em *Estado do Pará*, de 08/09/1918, e *Folha do Norte*, de 21/09/1918.

<sup>78</sup> *Folha do Norte*. Belém, 17 de set., 1918, p. 1.

<sup>79</sup> *Idem*.

<sup>80</sup> *Idem*.

<sup>81</sup> “Varias noticias”. Belém, *Estado do Pará*, 18 de setembro de 1918, p. 2.

<sup>82</sup> “A greve de Val-de-Cães”. Belém, *Folha do Norte*, 21 de setembro de 1918, p. 1.

### 3. 7 Globalidade e Classe Operária

A greve geral da *Port of Pará* fornece situações modelares, capazes de ilustrar econômica, social e politicamente a fase da Primeira República, que ocorreu em meados do século XX, no Estado do Pará. Neste quesito, o ano de 1918 serve para exemplificar os momentos, nos quais a economia da Amazônia estava em franco declínio, algo muito agravado pelos efeitos drásticos da Primeira Grande Guerra. Assim, ocorreu a confluência de, no mínimo, dois fatores fundamentais para este tempo de crise. Uma vez que a produção da borracha asiática suplantou em quantidade e em venda a borracha amazônica, pois era vendida a um menor preço (WEINSTEIN, 1993, p. 241-293), resultando na decadência da economia gomífera amazônica, o que comunicava os efeitos econômicos da crise da borracha regional ao cenário também de crise, o qual sobreviera ao Brasil e à região norte, em virtude da Grande Guerra, que trouxera ao país forte inflação e crise econômica.

Dessa forma, a análise da situação local do Estado do Pará não pode ser descolada do contexto mundial, posto que estivesse profundamente relacionada com a conjuntura internacional, fosse por meio da exportação da borracha regional para o exterior, e por sua concorrência da com a borracha asiática, fosse por meio dos abalos causados pela Primeira Guerra Mundial no Brasil e, por consequência, na Amazônia. Sendo a condição da economia do período ponto já pacificado e atestado por vasta bibliografia especializada, somado a isso o fato de não ser nossa intenção recuperar este debate, desejamos considerar outros pontos mencionados nesse estudo.

A organização da *União dos Estivadores* acompanhou um movimento maior da época, o qual se desenvolveu no Pará e em outros Estados da federação brasileira. O processo de formação dessa união, como de outras, evidencia a importância da conscientização e da organização para esta classe. O mecanismo de organização classista marca o ponto de ruptura entre a ética do trabalho defendida pela burguesia e a concepção sustentada pelos dirigentes operários, pois a atuação organizada confere aos trabalhadores a condição de classe de forma mais evidente. A associação operária é a materialização da experiência comum no decorrer da qual se constrói a identidade coletiva, desta maneira, o surgimento de uma identidade de classe e de uma consciência classista em determinada categoria ou grupo de trabalhadores somente podem ser constatadas a partir da sua organização, pois no ato de criação da organização classista se demonstra a vontade de se estabelecer uma identidade coletiva. E, na



medida em que esse proletariado consegue organizar-se, ganha outra característica fundamental: a legitimidade política (BATALHA, 1991/1992, p. 122-123).

A greve geral desencadeada pelos estivadores da *Port of Pará*, em 1918, apresenta uma condição modelo para as análises em torno da sociedade do Estado do Pará, da sua economia e da sua cultura. O movimento grevista analisado permite, a partir de si, a projeção de um olhar mais amplo e circunstanciado sobre a região, indo mesmo buscar a história de uma das mais importantes companhias presentes no Estado na época, e possibilita, por meio do registro histórico desta realidade, a construção narrativa da existência dessa companhia e dimensioná-la em relação aos pequenos comerciantes locais e às dificuldades de abastecimento de gêneros alimentícios aos habitantes de um dos principais bairros da capital do Estado: o bairro do Reduto.

Nesse contexto, o registro histórico desta dimensão relacional entre a instalação da *Port of Pará* na região e as suas consequências negativas, as quais recaíram sobre os menos favorecidos socioeconomicamente, ganha relevância pelo fato de tornar possível a escrita da história da luta de classes em um nível local, mas também global, pois a *Port of Pará*, com a sua presença na Amazônia significa, sobretudo, o alcance mais abrangente e irreversível da agressiva Globalização. Entre estes dois planos, o global e o regional, a classe operária criou formas de luta, que embora nem sempre fossem eficazes a longo prazo, mostravam a disposição de uma cultura combativa, que assestava seus ataques contra a opressão econômica e social, ataques lançados contra os inimigos mais diretos da sua condição socioeconômica, ataques que somente foram possíveis graças à sua organização e mobilização, uma vez que a sua força estava assentada essencialmente no seu número, estando os homens, as mulheres e as crianças, todos unidos numa classe.

Portanto, este capítulo se fundamentou na discussão da greve geral dos estivadores no Estado do Pará da Primeira República brasileira, para refletir a respeito da mundialização do capital e da integração global da Amazônia, a partir dos espaços da “economia-mundo”, destacando-se o avanço deste capital internacional, capaz de redefinir e de redesenhar as microrrelações socioeconômicas, num sistema dinâmico e redifusor de consequências capitalistas, que recompôs os espaços sociais e econômicos da vivência humana na região; além disso, buscou-se evidenciar a relação entre as classes profissionais e as classes sociais diante dos problemas econômico-sociais, enfatizando-se a crise econômica e as dificuldades financeiras, as quais influenciavam os rumos mais imediatos da vida dos trabalhadores, assim

como se investigou o associativismo mutualista dos profissionais da estiva; a legitimidade classista da sua união beneficente; as estratégias de luta e de reivindicação grevistas; a adesão solidária das demais categorias profissionais, como componente determinante da greve dos estivadores; e, o papel crucial da *União Geral dos Trabalhadores do Pará*, provida de mecanismos eficientes de autogestão interna, para solucionar a greve geral, com ganhos consideráveis para a classe, tanto do ponto de vista econômico quanto da cultura operária organizativa.

## CONCLUSÃO

Pensar as classes no Pará da Primeira República requer uma série de esforços, entre os quais, podemos destacar a necessidade de afinar os planos de visão e de análise. Se por um lado, os estudos sobre as classes se confrontam com a dificuldade de reconstituir metodicamente densas realidades específicas, que não diluam o processo histórico em um quadro fragmentário; por outro, há a sempre e renovada necessidade de construir amplos quadros explicativos, que não simplifiquem a complexidade das relações sociais. Neste âmbito, permanece a tensão no campo historiográfico entre o imperativo da síntese macroanalítica e a reconstituição detalhada das manifestações históricas particulares (SILVA, 2000, p. 1-2). Nesse ponto, buscou-se fazer a articulação entre o macro-histórico global com as especificações mais regionais da Amazônia de meados do século XX, dando-se especial atenção aos desdobramentos socioeconômicos resultantes dessa interação na realidade regional.

Porém, não nos basta pensar somente a interação entre o global e o local, e suas consequências a curto e a longo prazos para uma história do econômico e do social, retirando deste tratamento metodológico simplesmente o que o movimento das estruturas econômicas e sociais consegue dinamizar na vida dos sujeitos, enquanto participantes de uma classe específica. É preciso ir-se um pouco além e, nesse sentido, procurar as significações sociais e culturais, que as classes assumem em seu processo de constituição e manifestação. Quando referimos à manifestação das classes, especificamente, a classe operária, depara-se facilmente no terreno das comparações. O grande modelo de classe operária é, sem dúvida, o proletariado moderno e fabril da Europa, sendo que este ainda deriva de outro modelo acentuadamente idealizado, originário da teoria marxista. Esse operário europeu típico, que não chega a ser igual a si mesmo, no sentido da ontologia marxista, foi usado como medida comparativa para se descobrir, ou mais precisamente prescrever, o que seria correto nas atitudes e evolução das outras classes operárias ao redor do globo (BATALHA, 1991/1992, p. 111-124).

O marxismo é um dos legados do patrimônio intelectual, que segue a vaga da colonização europeia de diversas partes do mundo a partir da Revolução Francesa; e, além disso, a condição histórica dos operários e a modernidade política, na qual estiveram lançados, são dimensionadas a partir de um conjunto universal de conceitos surgidos com o Iluminismo europeu. Não raro, modelos conceituais europeus foram validados com alcance e

condição universais, e serviram como a verdade absoluta e paradigmática, para se compreender as realidades sociais e históricas das outras regiões globais, mesmo que os criadores desses modelos conceituais os tivessem criados na completa ignorância do que se passava fora da Europa. A versão europeia e historicista do marxismo postula um tempo, que mede a distância cultural entre povos distintos, negando aos povos não ocidentais, ou afastados geográfica e culturalmente da Europa, a condição política moderna, e, por consequência, deixa-os em “espera” histórica, durante longo tempo, por sua cidadania política, ou seja, a sua legitimidade social, política e cultural ainda está a caminho, condição, que legitima a opressão e o domínio europeu sobre os outros povos considerados, supostamente, “não evoluídos”. Assim, a concepção do desenvolvimento desigual entre as sociedades surgida com o historicismo, que ainda foi reassumida pelo marxismo historicista, encontra suas raízes ideológicas e intelectuais na ideia de um tempo vazio e homogêneo, que, obviamente, elegeu a Europa como a civilização mais evoluída nessa linha (político) temporal (CHAKRABARTY, 2008, p. 29-54).

Este modelo de interpretação histórica, o qual atribui às classes operárias uma missão histórica, que prescreve e normatiza as manifestações do proletariado, reduz as possibilidades de um conhecimento razoável da sua efetividade, ao passo que propõe em seu lugar uma efetividade substitutiva, originada de uma teoria revolucionária em alguns aspectos idealista. O operariado corre o risco, dessa forma, de se tornar o instrumento de uma razão histórica alheia a si mesmo, que lhe dita regras de conduta e aponta um caminho a ser seguido, pois teorias revolucionárias e prescritivas sempre são criadas, para direcionar a prática e a política revolucionária do proletariado (CASTORIADIS, 1985, p. 12-54).

O estudo, que ora se realizou, buscou compreender, a partir da experiência específica dos trabalhadores, o movimento operário de maneira mais ampla. Para além dos esquemas ontológicos herdados da vasta tradição teórica, que se debruçou sobre as classes e sua relação com o capitalismo, a história que se pretendeu mostrar neste trabalho tem seu principal fundamento na pesquisa empírica, na qual os documentos, em conjugação com a teoria mais apropriada, pudessem fornecer os meios para a reconstituição da história do movimento operário no Estado do Pará de meados do século XX.

Os temas, os quais desenvolvemos nesta Dissertação de Mestrado, possuem muitas especificidades históricas, sociais, econômicas e culturais, mas também é legítimo pensar a respeito do que estava em jogo ou o que era importante nas relações instituídas, por exemplo,

nas sociedades mutualistas. Posto dessa forma, deve-se procurar compreender a importância dos benefícios para os grupos preferenciais das sociedades de auxílio mútuo. Essa compreensão se torna possível nos momentos de necessidade, nos quais as sociedades beneficentes eram acionadas pelos sócios ou nos conflitos em torno de necessidades não atendidas por essas instituições.

Nesse aspecto, foi revelador o que aconteceu na sede da *Associação Beneficente dos Mestres e Marinheiros da Amazônia*, no dia 9 de julho de 1918, quando o marítimo Jeremias Patricio dos Santos invadiu esta mutualista, e, armado de um punhal, tentou apunhalar o seu presidente Manoel Martins da Costa, ameaçando assassiná-lo, caso não conseguisse o que desejava. Por esta época, a beneficente dos mestres e marinheiros ainda era uma associação nova, pois fora fundada 2 anos antes, isto é, no ano de 1916. Desse modo, embora de fundação recente, já havia conflito de interesses no seu interior. Nestas tensas circunstâncias, o ato não foi consumado por causa da intervenção dos membros da sociedade, os quais intervieram no momento do ataque, repelindo o agressor. Dessa forma, a testemunha Raymundo Lopes Pereira dissera que “julga o motivo de tal agressão devido Jeremias ter de fazer viagem no vapor “Aymoré”, e como não estivesse presente (sic) foi colocado em seu lugar um outro marítimo, o que bastou para que Jeremias se exasperasse para cometer tal delicto”.<sup>83</sup>

A partir deste processo-crime, cuja documentação está localizada no *CMA*, é possível reconhecer que a associação mutualista dos mestres e marinheiros exercia poder sobre a escala de trabalho dos seus membros, sendo-lhe facultada a prerrogativa de substituir seus trabalhadores no embarque nos vapores e nos navios, o que não fora bem aceito pelo marítimo Jeremias dos Santos, causando uma grave desavença na sede da associação. Em relação a isto, a gravidade do conflito dá a medida da importância que as deliberações de uma sociedade beneficente poderiam assumir na vida dos seus associados, pois de sua direção eram tomadas decisões, as quais repercutiam na subsistência de cada trabalhador. Fato este, que desencadeou uma crise interna na instituição, somente controlada pela intervenção dos demais membros presentes, e pela detenção do agressor pela polícia civil do Estado.

---

<sup>83</sup> Para a tentativa de agressão e ameaça Cf. Autos Crime de Ameaça, Réu: Jeremias Patricio dos Santos. *Centro de Memória da Amazônia*. Tribunal de Justiça, 1919, Cx. Tribunal Correccional (4ª Vara), Crime c/ Pessoa, Ameaça, 1914/1917/1919. Para a fundação da *Associação Beneficente dos Mestres e Marinheiros da Amazônia* Cf. Associação Beneficente dos Marinheiros da Amazonia – Estatuto de 1916. *Centro de Memória da Amazônia*. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

Como se pode notar, as sociedades mutualistas instituíam na sua interioridade administrativa um pequeno cosmos social, com trocas econômicas, culturais e simbólicas. Nesse âmbito, tais trocas eram significadas culturalmente, o que podia gerar níveis distintos de significação simbólica, sendo possível tanto a resultante da gratidão dos membros quanto a do ressentimento. Nos termos das trocas, podemos identificar determinadas práticas, as quais alimentam um verdadeiro circuito simbólico. Desse modo, referimo-nos às dádivas legadas por pessoas particulares ou públicas às sociedades de auxílio mútuo. Desse modo, dentre as diversas sociedades, que utilizavam o termo “dádiva” nos seus estatutos, selecionamos a *Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte*, a qual estabelecia como critério para a aquisição do grau de sócio benemérito, no parágrafo 5º do seu artigo 5º do seu estatuto, o seguinte: “§ 5.º Benemeritos serão os socios que dadivarem a Sociedade com valores de qualquer especie”.<sup>84</sup> Dessa maneira, legar uma dádiva a uma beneficente representava adquirir prestígio social ante os membros dessa sociedade, pois, como assevera Marcel Mauss (2008), a dádiva será retribuída (MAUSS, 2008, p. 185-314). Neste caso, a dádiva material possuía os seus correspondentes na gratidão e no reconhecimento por parte dos membros da sociedade em relação ao ofertante, concedendo-lhe esta o título de benemérito, e o prestígio social em contraparte pela dádiva ofertada.

Além disso, a mutualista de bairro *Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte* propunha objetivos de grande relevância social para o espaço urbano de Belém do Pará, assim como outra mutualista bairrista chamada *Liga da Liberdade*, pois ambas fazem parte da história do espaço da cidade. A respeito desta questão, são elucidativos os artigos 37 e 38 dos estatutos da *Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte*, os quais rezam o que se segue:

Artigo 37 - Fica o Conselho de Ministros auctorizado a dispender (sic) o que for necessario com as despesas que se fizerem com as causas em juiso ora em litigio contra os socios e as que possam surgir, concernentes as terras occupadas pelos mesmos socios.

Artigo 38 - Fica igualmente aprovado o acto do presidente da Sociedade na compra feita das barracas numeros oito e nove sitas á Avenida 25 de Setembro, nesta cidade, que pertenceram a José Domingos Alvares de Lima, e o emprestimo levantado em nome da Sociedade no valor de um conto de reis, para occorrer áquellas aquisições.

---

<sup>84</sup> Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte – Estatuto de 1924. CMA. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.

A *Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte*, conforme os seus estatutos sociais definiam, permitia o contrato de empréstimos junto a entes financeiros para a compra de propriedades, para a moradia dos seus sócios, assim como também pretendia expandir a sua atuação, por meio de filiais, para outras regiões do Estado do Pará. Por seu turno, a *Liga da Liberdade* lutava por objetivos muito próximos aos da *Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte*, pois entre os seus fins estava a defesa dos direitos dos seus associados na questão dos terrenos litigiosos existentes nos bairros do Umarizal, de São João, da Pedreira, do Una e do Telégrafo, em Belém do Pará, conhecidos como terrenos “Dos Lobos, Guimarães, etc.”, sobrenomes estes, que demarcavam as propriedades de famílias latifundiárias poderosas do Estado do Pará. Esta sociedade voluntária guardava aspirações comuns com a *Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte*, no sentido de planejar a aquisição, para o seu patrimônio, de terrenos e prédios, os quais poderiam ser arrendados ou alugados pelos associados da *Liga*. No entanto, a *Liga da Liberdade* deu um passo decisivo para a história do espaço urbano de Belém do Pará, uma vez que os seus estatutos caminhavam na direção de que seus membros se esforçariam para manter representantes eleitos nas câmaras legislativas do Estado do Pará e da Intendência de Belém do Pará, realizando o alistamento eleitoral dos seus membros, e promovendo conferências e comícios de propaganda, com o fim de que os associados seguissem as orientações da diretoria da *Liga*, para “fins exclusivamente de interesses da associação e bem estar dos seus associados”.<sup>85</sup>

Nesse panorama, a *Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte*, fundada em 28 de setembro de 1924, e a *Liga da Liberdade*, fundada em 3 de setembro de 1918, lutavam para resolver o problema de moradia dos seus membros, que residiam nos latifúndios urbanos de Belém, os quais abrangiam os bairros do Telégrafo, da Pedreira, do Marco, da Matinha, de Canudos e de São Braz. Nesse aspecto, para Carlos Rocque (1999, p. 192-197), foi na gestão do intendente de Belém do Pará Antônio Martins Pinheiro, entre 1916-1917, que surgiram pela primeira vez os problemas entre os proprietários e os moradores destes latifúndios. Sendo que esses moradores criaram a *Liga da Liberdade* e o *Cruzeiro do Norte*, para reunir fundos, com o objetivo de comprar em definitivo as terras, e revendê-las aos ocupantes.

Desse modo, as duas sociedades de auxílio mútuo possuíam um grande contingente de eleitores organizados, especialmente os membros da *Liga da Liberdade*. Este fato se constituía numa reserva política apreciável, além de facultar grande prestígio a quem

---

<sup>85</sup> Liga da Liberdade – Extrato de Estatuto de 1919. *Centro de Memória da Amazônia*. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.

resolvesse a conflitiva demanda dos moradores destes latifúndios. Portanto, um grupo organizado eleitoralmente foi capaz de chamar a atenção para si e que se tornara alvo das tentativas de ajuda de três intendentess de Belém do Pará, durante a parte final da Primeira República brasileira.

Seguindo-se a esses fatos, a chegada de Magalhães Barata ao poder em 1930 no Estado do Pará, como Interventor Federal, mudaria definitivamente a situação irresoluta dos moradores dos latifúndios urbanos. Assim, o interventor Magalhães Barata, como ato de seu governo, pura e simplesmente, desapropriou as terras em litígio e distribuiu-as aos moradores (ROCQUE, 1999, p. 194-195). Dessa maneira, chegava ao fim uma luta por liberdade, que fora o motivo para a fundação daquelas beneficentes de bairro, e que se arrastava por mais de uma década de conflitos e de enfrentamentos.

O anseio por liberdade podia se manifestar de diversas maneiras nas histórias, as quais decidimos registrar e narrar nesta pesquisa. Como exemplo, podemos mencionar a greve vitoriosa organizada em 1914 pelo sindicato *União dos Manipuladores de Pão*, em Belém do Pará. Dessa forma, os trabalhadores exigiam das padarias o aumento dos seus salários e da comissão da venda dos pães, que lhes dessem refeições durante o trabalho, assim como os deixassem repousar algumas horas aos domingos. Nestes termos, a certa altura da greve dos manipuladores do pão, os trabalhadores em desespero, diante da precariedade das suas condições de vida e de trabalho, afirmaram que eram “uns escravos das padarias”.<sup>86</sup>

As circunstâncias da greve dos padeiros e dos manipuladores de pão aludem à possibilidade de relacionar a vida do operário da Primeira República brasileira com a do escravo do Brasil colonial e monárquico, sendo que essa comparação não seria caso isolado na história do país, pois o político e advogado Rui Barbosa, em 1919, fizera este paralelo, traçando uma linha de continuidade entre a condição operária e a escravidão. Nesta toada, fato similar deu-se nas declarações militantes do abolicionista Evaristo de Moraes, em 1918, quando declarava haver “identidades” comuns entre operários e escravos, sugerindo que os operários seriam os novos escravos, e afirmando que a suposta liberdade do operário nos contratos de trabalho era mínima (MENDONÇA, 2009, p. 140-144).

---

<sup>86</sup> “Grève dos padeiros”. Belém, *Estado do Pará*, 27 de julho de 1914, p. 2; “A grève dos padeiros”. Belém, *Folha do Norte*, 28 de julho de 1914, p. 2; “Grève dos padeiros”. Belém, *Estado do Pará*, 28 de julho de 1914, p. 2; “A grève dos padeiros”. Belém, *Folha do Norte*, 29 de julho de 1914, p. 2; “Os padeiros em grève”. Belém, *Estado do Pará*, 29 de julho de 1914, p. 2; e, “Terminou a grève dos padeiros”. Belém, *Folha do Norte*, 30 de julho de 1914, p. 2.



Neste panorama, estudar a história das classes trabalhadoras do Estado do Pará a partir de suas manifestações sociais, culturais e institucionais propicia uma densa experiência histórica. Por esta via, as sociedades mutualistas, os sindicatos operários, o motim de protesto e a greve são fenômenos privilegiados para a compreensão da formação da classe operária no Estado do Pará da Primeira República brasileira.

À guisa de conclusão, a pesquisa desenvolvida sobre as sociedades mutualistas alcançou o centro da formação dos sindicatos operários. Poder-se-á afirmar que as beneficentes operárias foram o indicativo cultural e social do surgimento das sociedades de resistência, que tanto lutaram por melhorias na vida do trabalhador, e reivindicaram, de modo decisivo, os seus direitos sociais. A investigação histórica encaminhada não se limitou à mera comprovação de hipóteses a esmo de uma teoria dada aprioristicamente. Por este motivo, a pesquisa exigiu constantes reformulações dos problemas na medida em que a documentação analisada e criticada questionava os pressupostos estruturantes das hipóteses elaboradas. A discussão, a qual se manifesta neste ponto, guarda identidade com a sempre controversa relação entre teoria e prática, sendo nesse aspecto necessária a reflexão, que se impõe a partir da empiria presente na pesquisa histórica, e os problemas levantados diante das hipóteses construídas conceitualmente. A relação de revisão de pressupostos históricos e historiográficos se deu, sobretudo, em virtude da especificidade do tema do mutualismo e do sindicalismo no Estado do Pará. Tal fato se ampara, em grande medida, no ineditismo escalar das fontes trabalhadas durante a pesquisa, uma vez que a análise em série de estatutos de mutualistas e de sindicatos se distinguiu por conta da quantidade do material estudado, da metodologia mobilizada, da teoria adotada e dos problemas enfrentados neste trabalho de pesquisa e de interpretação histórica.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### Referências Hemerográficas – Biblioteca Pública Arthur Vianna

01. “A doca do Reducto e a companhia Port of Pará”. Belém, **Folha do Norte**, 9 de janeiro de 1910, p. 1.
02. “A doca do Reducto e a companhia Port of Pará”. Belém, **Folha do Norte**, 10 de janeiro de 1910, p. 1.
03. “A Pará-Elctrica e os bonds”. Belém, **Folha do Norte**, 14 de março de 1910, p. 1.
04. “A Pará-Elctric e o povo”. Belém, **Folha do Norte**, 16 de março de 1910, p. 1-2.
05. “Os sucessos de ante-hontem”. Belém, **Folha do Norte**, 17 de março de 1910, p. 1.
06. “A Pará-Elctric e a viação urbana”. Belém, **Folha do Norte**, 17 de março de 1910, p. 1.
07. “A Pará-Elctric e a viação urbana”. Belém, **Folha do Norte**, 18 de março de 1910, p. 1.
08. “A Pará-Elctric e a viação urbana”. Belém, **Folha do Norte**, 19 de março de 1910, p. 1.
09. “A Pará-Elctric e a viação urbana”. Belém, **Folha do Norte**, 20 de março de 1910, p. 1.
10. “LIGA BENEFICENTE dos Empregados da Pará-Elctric”. Belém, **Folha do Norte**, 6 de maio de 1913, p. 1.
11. “Greve de sapateiros”. Belém, **Folha do Norte**, 16 de fevereiro de 1914, p. 1.
12. “Gréve dos sapateiros”. Belém, **Folha do Norte**, 27 de março de 1914, p. 1.
13. “A gréve dos carroceiros”. Belém, **Folha do Norte**, 9 de abril de 1914, p. 1-2.
14. “A grève”. Belém, **Folha do Norte**, 13 de abril de 1914, p. 1.
15. “Pela primeira vez no Pará...”. Belém, **Folha do Norte**, 2 de maio de 1914, p. 1.
16. “GRÉVE DOS CONSTRUCTORES CIVIS”. Belém, **Folha do Norte**, 26 de maio de 1914, p. 2.
17. “Gréve dos padeiros”. Belém, **Estado do Pará**, 27 de julho de 1914, p. 2.
18. “A gréve dos padeiros”. Belém, **Folha do Norte**, 28 de julho de 1914, p. 2.
19. “Gréve dos padeiros”. Belém, **Estado do Pará**, 28 de julho de 1914, p. 2.
20. “A gréve dos padeiros”. Belém, **Folha do Norte**, 29 de julho de 1914, p. 2.

21. “Os padeiros em grève”. Belém, **Estado do Pará**, 29 de julho de 1914, p. 2.
22. “Terminou a grève dos padeiros”. Belém, **Folha do Norte**, 30 de julho de 1914, p. 2.
23. “As carrocinhas da Empresa Americana”. Belém, **Folha do Norte**, 20 de março de 1915, p. 2.
24. “A ‘grève’ dos motoristas e conductores da Pará-Electric”. Belém, **Folha do Norte**, 19 de fevereiro de 1917, p. 1-2.
25. “A grève”. Belém, **Folha do Norte**, 20 de fevereiro de 1917, p. 1.
26. “Um meeting contra a carestia da vida”. Belém, **Folha do Norte**, 1 de julho de 1917, p. 1.
27. “Causou funda impressão...”. Belém, **Estado do Pará**, 10 de fevereiro de 1917, p. 4.
28. “O anonymo que...”. Belém, **Estado do Pará**, 15 de fevereiro de 1917, p. 4.
29. “A grève de hontem”. Belém, **Estado do Pará**, 19 de fevereiro de 1917, p. 1-2.
30. “Um meeting contra a carestia da vida”. Belém, **Folha do Norte**, 1 de julho de 1917, p. 1.
31. “Contra a carestia da vida”. Belém, **Folha do Norte**, 2 de julho de 1917, p. 2.
32. “O “Uberaba” perseguido por um submarino allemão”. Belém, **A Palavra**, 29 de agosto de 1918, p. 1.
33. “700 Homens se recusam ao trabalho”. Belém, **Folha do Norte**, 3 de setembro de 1918, p. 2.
34. “Os operarios da Port of em greve”. Belém, **Estado do Pará**, 3 de setembro de 1918, p. 2.
35. “A grève dos operarios da Port of”. Belém, **Estado do Pará**, 5 de setembro de 1918, p. 1.
36. “Em nome do interesse geral”. Belém, **Folha do Norte**, 6 de setembro de 1918, p. 1.
37. “No regimen das gréves”. Belém, **Folha do Norte**, 6 de setembro de 1918, p. 4.
38. “A grève dos operarios da Port of”. Belém, **Estado do Pará**, 6 de setembro de 1918, p. 1.
39. “Gréves”. Belém, **A Palavra**, 7 de setembro de 1918, p. 2.
40. “As greves e os grevistas”. Belém, **Folha do Norte**, 7 de setembro de 1918, p. 2.
41. “A grève dos operarios da Port of”. Belém, **Estado do Pará**, 7 de setembro de 1918, p. 1.
42. “As greves e os grevistas”. Belém, **Folha do Norte**, 7 de setembro de 1918, p. 2.
43. “A grève dos operarios da Port of”. Belém, **Estado do Pará**, 8 de setembro de 1918, p. 1.
44. “Gréve em Val-de-Cães”. Belém, **Folha do Norte**, 17 de setembro 1918, p. 1.
45. “A grève dos operarios da Port of”. Belém, **Estado do Pará**, 13 de setembro de 1918, p. 1.

46. “Varias noticias”. Belém, **Estado do Pará**, 18 de setembro de 1918, p. 2.
47. “A greve de Val-de-Cães”. Belém, **Folha do Norte**, 21 de setembro de 1918, p. 1.
48. “A carestia da vida”. Belém, **Estado do Pará**, 4 de novembro de 1918, p. 3.

#### **Processo de Autos Crime – Centro de Memória da Amazônia**

01. Autos Crime de Ameaça, Réu: Jeremias Patricio dos Santos. **CMA**. Tribunal de Justiça, 1919, Cx. Tribunal Correccional (4ª Vara), Crime c/ Pessoa, Ameaça, 1914/1917/1919.

#### **Livro de Instalação e de Presenças – Grêmio Literário Português do Pará**

01. Real Associação de Socorros Mútuos D. Vasco da Gama – Livro de 1898. **GLPP**. Gabinete de Leitura, Livro (1898), Doc. Avulso.

#### **Estatuto de Associação – Grêmio Literário Português do Pará**

01. Centro Republicano Português no Pará – Estatuto de 1914. **GLPP**. Gabinete de Leitura, Estatuto (1914), Doc. Avulso.

#### **Estatutos de Associações – Centro de Memória da Amazônia**

01. Loja Maçônica Renascença – Extrato de Estatuto de 1872(?). **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
02. Associação de Caridade Santa Casa de Misericórdia do Pará – Estatuto de 1890. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
03. Instituto Lauro Sodré – Estatuto de 1899. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
04. Sociedade Mutua Operaria do Arsenal de Marinha – Estatuto de 1905. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

05. Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Pará – Estatuto de 1906. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
06. Sociedade de Seguros Mutuos Sobre a Vida Garantia da Amazonia – Estatuto de 1906. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
07. Igreja Presbyteriana Independente de Belém – Estatuto de 1906. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
08. Gremio Pharmaceutico do Pará – Estatuto de 1907. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
09. Associação dos Empregados no Commercio do Pará – Estatuto de 1908. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
10. Real Associação de Socorros Mutuos D. Vasco da Gama – Extrato de Estatuto de 1908. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
11. Santa Casa de Misericordia do Pará – Extrato de Estatuto de 1909. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
12. Sociedade Beneficente União dos Funileiros do Pará – Extrato de Estatuto de 1909. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
13. Liga Operaria – Extrato de Estatuto de 1910. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
14. Sociedade Recreativa Club Tenente dos Diabos – Extrato de Estatuto de 1910. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
15. Synagoga “Shaâr-Hashamaim” de Belém do Pará – Extrato de Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
16. União Espirita Paraense – Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
17. União Espirita Paraense – Extrato de Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
18. Real Associação de Socorros Mutuos D. Vasco da Gama – Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

19. Real Associação de Socorros Mutuos D. Vasco da Gama – Extrato de Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
20. Reform Club – Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
21. Associação Espirita “Caridade, Amor e Perdão” – Extrato de Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
22. Centro Espirita Eduardo Siqueira – Extrato de Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
23. Club União e Perseverança – Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
24. Club União e Perseverança – Extrato de Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
25. Associação do Commercio a Retalho do Pará – Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
26. Associação do Commercio a Retalho do Pará – Extrato de Estatuto de 1911. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
27. Sociedade Beneficente dos Leiteiros do Pará – Extrato de Estatuto de 1912. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
28. União dos Chauffeurs – Estatuto de 1913. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
29. Pará Anglican Church – Estatuto de 1913. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
30. Pará Anglican Church – Extrato de Estatuto de 1913. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
31. Associação de Auxílios Mutua Paraense – Estatuto de 1913. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
32. Sociedade Atheneu Commercial do Pará – Estatuto de 1913. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

33. Sociedade Atheneu Commercial do Pará – Extrato de Estatuto de 1913. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
34. Sindicato dos Funileiros do Pará – Estatuto de 1913. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
35. União dos Manipuladores de Pão – Estatuto de 1913. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
36. União dos Operarios Sapateiros – Estatuto de 1913. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
37. Sociedade Beneficente A Auxiliadora Paraense – Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
38. Sociedade Recreativa Juventude – Extrato de Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
39. Guarany Foot-Ball Club – Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
40. Escola Livre de Odontologia do Pará – Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
41. Centro Galaico – Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
42. Club Mixto Carnavalesco dos Varredores – Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
43. Liga Beneficente dos Empregados da Pará Electric – Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
44. Paysandú Sport Club – Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
45. Associação Commercial do Pará – Extrato de Estatuto de 1914. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
46. Sociedade Dentaria do Pará – Extrato de Estatuto de 1915. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

47. Associação Beneficente de Praticos da Amazonia – Estatuto de 1915. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
48. Associação Beneficente de Praticos da Amazonia – Extrato de Estatuto de 1915. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
49. Associação dos Mercieiros do Pará – Estatuto de 1915. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
50. Associação dos Mercieiros do Pará – Extrato de Estatuto de 1915. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
51. Centro Musical Paraense – Estatuto de 1915. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
52. Club Beneficente dos Machinistas do Pará – Estatuto de 1915. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
53. Loja Maçonica Firmeza e Humanidade – Estatuto de 1915. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
54. Sociedade Beneficente União de Monte Alegre – Extrato de Estatuto de 1915. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
55. Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres – Estatuto de 1916. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
56. Sociedade União Protectora dos Estivadores – Estatuto de 1916. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
57. Associação Beneficente dos Marinheiros da Amazonia – Estatuto de 1916. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
58. Associação de Socorros Mutuos dos Pescadores no Pará – Estatuto de 1916. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
59. Associação de Socorros Mutuos dos Pescadores no Pará – Extrato de Estatuto de 1916. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
60. Imperial Sociedade Beneficente Artistica Paraense – Extrato de Estatuto de 1916. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.



61. Sociedade Cametaense – Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
62. Yole Club – Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
63. Club Militar da Guarda Nacional do Pará – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
64. Federação Paraense dos Sports Nauticos – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
65. Sociedade Beneficente Jurunense – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
66. Sociedade Beneficente São João Baptista – Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
67. Sociedade Beneficente S. José de Quelúz – Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
68. Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
69. Sociedade Beneficente União dos Cigarreiros do Pará – Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
70. Sociedade Beneficente União dos Empregados da Camara no Pará – Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
71. Sociedade Internacional de Beneficencia – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
72. Associação Beneficente dos Leiteiros do Pará – Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
73. Associação Beneficente dos Pescadores no Pará – Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
74. Associação Beneficente dos Pescadores no Pará – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA.** Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

75. Associação Humanitaria Renascença – Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
76. Centro dos Despachantes Geraes da Alfandega do Pará – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
77. Club do Remo – Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
78. Club do Remo – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
79. Congregação das Filhas do Coração de Maria – Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
80. Congregação das Filhas do Coração de Maria – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
81. Cooperativa Typographica – Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
82. Cooperativa Typographica – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
83. Liga dos Panificadores do Pará – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
84. Sociedade Medico-Cirurgica do Pará – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
85. Sociedade Phenix Caixeiral Paraense – Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
86. Sociedade Phenix Caixeiral Paraense – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
87. Sociedade União Protectora dos Conductores e Motorneiros da Pará-Electric – Extrato de Estatuto de 1917. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
88. Sociedade Beneficente Ferroviaria do Pará – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

89. Sport Club do Pará – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
90. Sport Club Syrio Brasileiro – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
91. Club Commercial – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
92. Ideal-Club – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
93. Club Luso-Brasileiro – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
94. Club Sportivo – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
95. Associação Civica e Beneficente dos Empregados do Serviço Sanitario do Estado – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
96. Associação dos Officiaes Aduaneiros do Pará – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
97. Nacional Club – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
98. Paysandú Sport Club – Estatuto de 1918. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
99. Sociedade Beneficente S. José de Queluz – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
100. Sindicato dos Caldeireiros de Ferro do Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
101. União dos Operarios Marceneiros e Artes Correlativas – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
102. Unione Italiana di Istruzione e Mutuo Soccorso – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.

103. Sport-Club Lybano Brasileiro – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
104. Sport-Club Lybano Brasileiro – Extrato de Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
105. Centro Catholico do Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
106. Liga da Liberdade – Extrato de Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
107. Sociedade Italiana de Beneficencia – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
108. Centro Catholico do Pará – Extrato de Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
109. Centro Industrial e Commercial do Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
110. Club Naval do Gram-Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
111. Cooperativa Typographica – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
112. Liga dos Panificadores do Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
113. Liga dos Proprietarios de Barbearias – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
114. Sociedade Beneficente União dos Empregados de Camara no Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
115. Sociedade Civil Escola de Agronomia e Veterinária do Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
116. Sociedade Civil Escola de Agronomia e Veterinária do Pará – Extrato de Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.

117. Associação Commercial do Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
118. Caixa de Socorros dos Caldeireiros de Ferro do Pará – Estatuto de 1919. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
119. Casa de Saude Maritima da Federação Maritima do Pará – Estatuto de 1920. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
120. Liga dos Despachantes Geraes da Recebedoria – Estatuto de 1920. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
121. Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres – Estatuto de 1920. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
122. Associação dos Proprietarios de Botequins – Estatuto de 1920. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
123. Associação dos Proprietarios de Botequins – Extrato de Estatuto de 1920. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
124. Associação Dramatica, Recreativa e Beneficente – Estatuto de 1920. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
125. União Beneficente São João Baptista – Estatuto de 1920. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
126. Sociedade Beneficente dos Talhadores de Peixe do Pará – Estatuto de 1921. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
127. Sociedade Beneficente Coração de Jesus – Estatuto de 1921. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
128. Associação Humanitaria Bombeiros Voluntarios do Pará – Estatuto de 1921. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
129. Associação dos Officiais Aduaneiros do Pará – Estatuto de 1921. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
130. Cooperativa Typographica – Extrato de Estatuto de 1921. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

131. Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará – Estatuto de 1921. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
132. Paysandú Sport Club – Extrato de Estatuto de 1921. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
133. Centro Espirita Esperança – Estatuto de 1922. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
134. Grupo do Azulão – Estatuto de 1922. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
135. Sociedade União Sindicato dos Estivadores do Pará – Estatuto de 1922. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
136. Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Pará – Estatuto de 1923. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
137. Confederação Geral dos Pescadores do Brazil – Estatuto de 1923. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
138. Gremio Lusitano — Estatuto de 1923. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
139. Associação Beneficente dos Mestres e Marinheiros da Amazonia – Estatuto de 1923. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
140. Centro Beneficente Esportivo Maguary – Estatuto de 1923. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
141. Centro Musical Paraense – Extrato de Estatuto de 1923. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
142. Sociedade Beneficente dos Empregados Maritimos da Alfandega do Pará – Estatuto de 1923. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
143. Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres – Estatuto de 1924. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
144. Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres – Extrato de Estatuto de 1924. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.

145. Associação dos Guardas Aduaneiros do Pará – Estatuto de 1924. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
146. Aliança Operaria Beneficente Freitas Dias – Estatuto de 1924. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
147. Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte – Estatuto de 1924. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
148. União dos Fructeiros do Pará – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
149. União dos Fructeiros do Pará – Extrato de Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
150. Palace Club – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
151. Palace Club – Extrato de Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
152. Sinagoga Essel Abraham – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
153. Sociedade Assembléa Paraense – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
154. Sociedade Beneficente Minageis – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
155. Associação Beneficente Postal do Pará – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
156. Bôa Vista Sport Club – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
157. Igreja Presbyteriana do Pará – Extrato de Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
158. União Beneficente dos Empregados de Farda dos Correios do Pará – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.

159. Instituto da Ordem dos Advogados do Pará – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
160. Liga da Liberdade – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
161. Sociedade Beneficente São João Baptista – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
162. Syrio Sport-Club – Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
163. Syrio Sport-Club – Extrato de Estatuto de 1925. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
164. Tatwa Padre Antonio Vieira – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
165. Sociedade Beneficente União dos Açougueiros do Pará – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
166. Sociedade Centro Recreativo Portuguez – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
167. Associação da Praticagem da Barra do Pará – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
168. Associação dos Officiais Aduaneiros do Pará – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
169. Associação Espirita Caminheiros do Bem – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
170. Casa de Saude Maritima do Pará – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
171. Centro Academico de Direito do Pará – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
172. Club Beneficente dos Machinistas do Pará – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.



173. Club Naval do Gram-Pará – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
174. União Italiana de Instrução e Mutuo Socorro – Estatuto de 1926. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
175. União Espirita Paraense – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
176. Cooperativa Typographica – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
177. Cooperativa Typographica – Extrato de Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
178. União Commercial do Pará – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
179. União dos Chauffeurs do Pará – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
180. União dos Chauffeurs do Pará – Extrato de Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
181. Associação Humanitaria Antonio Baena – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
182. Associação Humanitaria Antonio Baena – Extrato de Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
183. Centro Internacional dos Motoristas do Pará – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
184. Congregação das Irmãs Adoradoras do Preciosissimo Sangue no Brasil – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
185. Amazonia Athletico Club – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
186. Associação da Imprensa do Pará – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.

187. Associação dos Guardas Aduaneiros do Pará – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
188. Associação dos Guardas Aduaneiros do Pará – Extrato de Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
189. Asylo da Velhice Desamparada do Pará de São Francisco de Assis – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
190. Asylo da Velhice Desamparada do Pará de São Francisco de Assis – Extrato de Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
191. Italia Sport Club – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
192. Julio Cesar Sport Club – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
193. Sport Club do Pará – Estatuto de 1927. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
194. Associação dos Guardas Aduaneiros do Pará – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
195. Associação Beneficente dos Leiteiros do Pará – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
196. Associação do Commercio Importador – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
197. Associação do Commercio Importador – Extrato de Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
198. Gremio dos Machinistas da Amazônia – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
199. Instituto de Proteção e Assistência à Infância – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.

200. Sociedade Beneficente dos Empregados Brasileiros da The Western Telegraph Company, em Belem do Pará – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
201. Sociedade Beneficente Paz e Harmonia – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
202. Sociedade Beneficente Shaar Hassamaim – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
203. Sociedade Beneficente União e Firmeza – Estatuto de 1928. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
204. Paramount Athletico Club – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
205. Club Militar do Pará – Extrato de Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
206. Escola Pratica de Commercio do Pará – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
207. Federação dos Escoteiros Catholicos do Brasil – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
208. Grupo Espirita Roustaing – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
209. Paysandú Sport Club – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
210. Santa Casa de Misericordia do Pará – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
211. Sociedade Beneficente Coração de Jesus – Extrato de Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
212. Sociedade Beneficente Ferroviaria do Pará – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
213. Sociedade Espiritualista Cristã – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.

214. Sociedade Mutua dos Funcionarios do Fisco Municipal – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
215. Sociedade Mutua dos Funcionarios do Fisco Municipal – Extrato de Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
216. União Beneficente dos Taifeiros – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
217. Sociedade de Fructicultura do Pará – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
218. Sociedade União Beneficente dos Estivadores da Borracha – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
219. União Trabalhadora Beneficente São José – Estatuto de 1929. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
220. Guarany Foot-Ball Club – Extrato de Estatuto de 1930. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.
221. Unione Italiana di Istruzione e Mutuo Soccorso – Estatuto de 1931. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1919-1925), Cx. 02, Doc. Avulso.
222. Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres – Estatuto de 1933. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
223. Santa Casa de Misericordia do Pará – Estatuto de 1944. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
224. Santa Casa de Misericórdia do Pará – Estatuto de 1945. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
225. Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres – Estatuto de 1946. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
226. Santa Casa de Misericordia do Pará – Estatuto de 1951. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1926-1929), Cx. 03, Doc. Avulso.
227. Associação Beneficente dos Mestres e Marinheiros da Amazonia – Extrato de Estatuto de 1956. **CMA**. Fundo Cartório de Títulos e Documentos, Estatutos (1899-1918), Cx. 01, Doc. Avulso.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Humberto de. “A associação tipográfica baiana: uma mutual de ofício na Salvador dos séculos XIX e XX”. **X Colóquio do Museu Pedagógico**, 2013, p. 1751-1762.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79.

BATALHA, Claudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *In*: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, 1999, p. 42-68.

\_\_\_\_\_. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, Ago- Dez 2010, p. 12-22.

\_\_\_\_\_. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, Set. 91/Ago. 92, p. 111-124.

\_\_\_\_\_. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. “A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República”. *In*: AZEVEDO, Elciene [et al.] (Orgs.). **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 251-269.

\_\_\_\_\_. “Os desafios atuais da história do trabalho”. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, Jan- Dez 2006, p. 87-104.

\_\_\_\_\_. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 161-189.

BITTENCOURT, Ícaro. “O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos”. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 20, n. 01, Jan-Jun 2007, p. 141-151.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTELLUCCI, Aldrin A. “Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República”. **Dossiê da Revista Brasileira de História**. v. 25 n.50, São Paulo, Jul-Dez 2005, p. 1-23.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Al margen de Europa: pensamiento poscolonial y diferencia histórica**. Barcelona: Tusquets Editores, 2008.

DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; UFRJ, 1993.

FARIAS, William Gaia. **A construção da república no Pará (1886-1897)**. Rio de Janeiro: UFF-Niterói, (Tese de Doutorado), 2005.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **“Preferem-se português(as)”**: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). São Paulo: Unicamp-Campinas, (Tese de Doutorado), 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRUZINSKI, Serge. **“Local, global e colonial nos mundos da Monarquia Católica: apontes sobre o caso amazônico”**. 2014, p. 1-17.

HALL, Michael M. “A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina”. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**. Vol. IV. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 283-327.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Ed., 1982.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Dicionário aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos impérios**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas, RS: Ed. UFPel/Unitrabalho, 2001.

LUCA, Tania Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

\_\_\_\_\_. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Recife: UFPE-PE, (Tese de Doutorado), 2011.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Abolicionismo e militância operária: a construção da identidade militante de Evaristo de Moraes. *In*: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Memórias e Narrativas (auto)Biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 133-154.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

NETO, Edizio de Moura Melo. **Muito além da assistência e do auxílio**: as associações mutualistas em Belém do Pará (1889-1930). Belém: UFPA-PA, (Monografia de Graduação), 2015.

NOMELINI, Paula Christina Bin. “Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores”. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, Ago- Dez 2010, p. 143-173.

\_\_\_\_\_. “O mutualismo e seus diversos significados para os trabalhadores campineiros nas primeiras décadas do século XX”. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (Orgs). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 247-276.

OLIVEIRA, A. C. **As lutas operárias em Belém da Primeira da República: as greves de 1917 a 1919**. Belém: UFPA-PA, (Monografia de Graduação), 2013.

PENTEADO, Antonio Rocha. **O sistema portuário de Belém**. Belém: EdUFPA, 1973.

PEREIRA, Joana Dias. “Sindicalismo revolucionário em Portugal”. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 3, Jan- Jul 2010, p. 195-220.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917/1919)**. Porto Alegre: UFRGS-RS, (Tese de Doutorado), 2012.

\_\_\_\_\_. “Meetings, boicotes e carneiros nas grandes greves ocorridas em Porto Alegre durante a Primeira República (1917-1919)”. **Em tempo de histórias**, (PPGHIS/UnB) Nº. 24, Brasília, Jan- Jul 2014, p. 83-105.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata: a lenda, o homem e o político**. Belém: SECULT, 1999.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará**. Belém: CEJUP, 1992.

SAVAGE, Mike. “Espaço, redes e formação de classe”. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, Jan-Jun 2011, p. 6-33.

SILVA, Fernando Teixeira. **Operários sem patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)**. São Paulo: UNICAMP-SP, (Tese de Doutorado), 2000.



SILVA, João Kennedy dos Santos; OLIVEIRA, Walter Pinto de. **De Paulo Maranhão a Getúlio Vargas: a imprensa sob o jugo tenentista (1930-1935)**. Belém: FIBRA-PA, (Monografia de Graduação), 2013.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)**. Porto Alegre: PUC-RS, (Tese de Doutorado), 2004.

\_\_\_\_\_. “O mutualismo de fechamento étnico no Rio Grande do Sul (1854-1940)”. **MÉTIS: história & cultura** – v. 4, n. 8, Jul- Dez 2005, p. 127-157.

TACHOT, Louise Bénat. « **Do SABOR DA CANELA à navegação no MAR DOCE: a improvável geografia do « río Marañon** » (IVº Encontro História colonial Belém), 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. “A história vista de baixo”. In: \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 185-201.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

TORRES, Antonio Costa. **Solidariedade e reciprocidade: as associações de socorro mútuo em Belém durante a Primeira República (1890-1930)**. Belém: UFPA-PA, (Monografia de Graduação), 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “O ethos mutualista: valores, costumes e festividades”. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (Orgs). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 193-218.

VISCARDI, Cláudia M. R.; JESUS, Ronaldo Pereira de. **A Experiência Mutualista e a Formação da Classe Trabalhadora no Brasil**. In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. (Org.).

**As Esquerdas no Brasil:** a Formação das Tradições (1889-1945). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 21-51.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC: Editora Universidade de São Paulo, 1993, (Estudos Históricos).

WILLIAMS, Raymond. **Historia y Cultura Común.** Madrid: Catarata, 2008.